



JOVENS CIDADÃOS: transformando comunidades

Paraty - RJ | 2024

Denise B. Menezes | Tatiane F. Olivatto | Priscila K. B. Forcel | Felipe F. Inguaggiato | Ana L. de Paula | Fabio L. da Silva
(orgs.)



J86 Jovens cidadãos: transformando comunidades, Paraty – RJ, 2024 / organizado por Denise Balestrero Menezes, *et al.* – São Carlos: PROEX/PPGEU/UFSCar, 2025.
169 p.

ISBN 978-65-01-38294-4

1. Educação Básica. 2. Atividade de Extensão Universitária. 3. Sustentabilidade. I. Título.

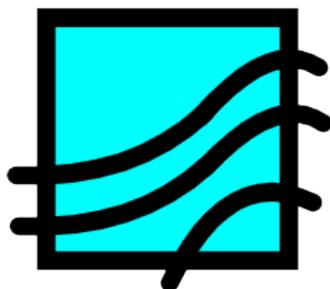
CDD – 379.1 (20ª)

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca Comunitária da UFSCar
Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180

realização



processo: 23112.015163/2024-19



PPGEU / UFSCar



apoio



Agradecimentos

Agradecemos à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de São Carlos (PROEX-UFSCar - Processo nº 23112.004063/2016-49), à coordenadora do projeto, Denise Balestrero Menezes; aos membros da organização do projeto - em ordem alfabética - Ana Laura de Paula, Fabio Leandro da Silva, Felipe Facci Inguaggiato, Priscila Kauana Barelli Forcel e Tatiane Ferreira Olivatto; aos responsáveis pela condução do projeto no âmbito da Criativa Idade Sistema Educacional, Teresa Mesquita, Maria Carolina Nassif e Lucas Marciano; e todos os alunos participantes do projeto. Agradecimento especial aos integrantes do projeto de extensão "Trilha da Natureza", por terem nos recebido tão calorosamente para as atividades presenciais na UFSCar.

Prefácio

A Engenharia Urbana e a Sociedade

Este é o resultado de um projeto realizado por pesquisadoras e pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento trabalhando em conjunto para disseminar conhecimento sobre cidades e seus frutos.

No Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da UFSCar – PPGEU buscamos a integração de áreas distintas para realizarmos pesquisas sobre a ocupação humana, em especial as cidades, há mais de 30 anos. Essas pesquisas rendem muitas dissertações e teses, formam pessoas que irão se dedicar aos temas em outras universidades, prefeituras, órgãos públicos e privados de forma exemplar. Mas qual legado fica para a sociedade?

Considerando o foco das pesquisas, muitas aplicações são feitas diretamente em municípios de toda parte do Brasil e alguns do exterior, outro tanto de conhecimento é passível de replicação e aplicação em novas pesquisas, novas teorias e metodologias são criadas. Mas abrangemos a sociedade de forma ampla?

Considerando que ainda faltava algo nessa disseminação de conhecimento, um grupo de pesquisadoras e pesquisadores de Doutorado, Mestrado e Pós-doutorado começou a gestar uma atividade que pudesse levar às novas gerações ainda no seu processo de formação, suas ideias e questionamentos sobre a sustentabilidade das cidades e os problemas ambientais atuais.

Deste desejo surgiu a atividade de extensão registrada na UFSCar “Jovens Cidadãos: transformando comunidades rumo aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável” que foi desenvolvida e aplicada com estudantes do ensino básico.

O resultado de um conjunto de atividades desenvolvidas com estes estudantes resultou em um livro cujos capítulos retratam toda essa inquietação da equipe propositora, o desenvolvimento metodológico e finalmente o olhar de jovens para a realidade da cidade de Paraty - RJ.

Muito além do conhecer turístico e histórico local, evidencia-se o olhar desses estudantes e sua compreensão das questões urbanas, ambientais e sociais. Esta ampliação de foco de observação não se perderá e seguirá acompanhando o desenvolvimento destas pessoas.

Boa leitura.

Denise Balestrero Menezes
Professora Doutora da Universidade Federal de São Carlos

Apresentação

Este livro faz parte de um trabalho coletivo com o objetivo de compartilhar a experiência vivenciada durante o desenvolvimento do projeto de extensão “Jovens Cidadãos Transformando Comunidades Rumo aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável” (Processo PROEX-UFSCar nº 23112.004063/2016-49), idealizado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana (PPGEU) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e apresentar os frutos desta iniciativa.

Com base na experiência adquirida, o livro busca fortalecer o debate sobre a importância dos projetos de extensão como uma ponte efetiva entre a sociedade e as atividades desenvolvidas na universidade. Ele também se propõe a ser um registro detalhado das atividades realizadas, com o intuito de inspirar e dar continuidade a projetos similares. Entendemos que este material é uma ferramenta relevante para legitimar, dar visibilidade e consolidar os resultados alcançados ao longo do processo.

Assim, a primeira seção traz um relato de experiência sobre o planejamento e desenvolvimento do projeto como um todo, destacando a estruturação das etapas que o compuseram, o esforço de incluir uma abordagem voltada para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, e as reflexões sobre o impacto da atividade na formação cidadã.

Para enfatizar e trazer evidências dessas reflexões, na segunda seção são apresentados os capítulos com os resultados das atividades realizadas, referindo-se ao trabalho de documental de cada um dos seis grupos que atuaram na experiência. Nesta seção, a composição dos capítulos se deu a partir da ótica dos próprios alunos, cujo olhar foi direcionado para observar a organização do espaço urbano e da sociedade e suas relações com a infraestrutura e serviços públicos urbanos - especialmente acessibilidade e saneamento -, o histórico das ocupações e consolidação do patrimônio, trajetória econômica local, acesso à moradia como formas de acesso à própria cidade, situações de risco e sustentabilidade. Assim, cada capítulo é composto por levantamento de referencial teórico e de dados estatísticos, descrição dos procedimentos metodológicos utilizados e resultados alcançados, seja por meio de discussão crítica das problemáticas observadas ou proposição de medidas de intervenção na realidade atual.

Já a terceira seção é composta por depoimentos daqueles que foram tocados pelo projeto, cujas perspectivas se diferem das de quem planejou e estruturou a iniciativa. Essas percepções apontam para o cenário de sucesso do projeto, no qual o pensamento crítico sobre o ordenamento do espaço urbano foi construído em etapas bem definidas, ao mesmo tempo que habilidades sociais foram aprimoradas e a formação cidadã dos alunos foi efetivamente consolidada.

Boa leitura!

Sumário

O Projeto de Extensão Universitária “Jovens Cidadãos Transformando Comunidades Rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”: Contribuições para a Educação Básica

12

Análise da Relação entre a Urbanização e a Infraestrutura do Esgoto em Paraty-RJ

33

Jovens Cidadãos: Transformando Comunidades Rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

57

Comparação de Aspectos Legislativos e Práticos Relacionados à Acessibilidade na Mobilidade Urbana: Estudo de caso em Paraty (RJ)

74

Sumário

A Falta de Acessibilidade para Pessoas com Deficiência (PcDs) e Questões de Saneamento Básico na Cidade Histórica de Paraty (RJ)

95

Paraty (RJ): Problemas Acarretados pela Urbanização

114

Proposta para um Centro Histórico mais Acessível: O caso de Paraty

130

Percepções dos Participantes

159

RUA
FRESCA



Rua Marechal Deodoro
Antiga Rua da Cadeia



O Projeto de Extensão Universitária “Jovens Cidadãos Transformando Comunidades Rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”: Contribuições para a Educação Básica

Denise Balestrero Menezes¹; Tatiane Ferreira Olivatto¹; Priscila Kauana Barelli Forcel¹; Felipe Facci Inguaggiato²; Ana Laura de Paula³; Fabio Leandro da Silva¹

Resumo

Diante do processo de degradação ambiental, a Organização das Nações Unidas lançou a Agenda 2030, um plano de ação com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). A concretização da agenda demanda o envolvimento de toda a sociedade, bem como a educação acaba sendo um eixo fundamental. Logo, a atividade de extensão universitária "Jovens cidadãos: transformando comunidades rumo aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável" foi desenvolvida, almejando contribuir com tal finalidade. Observa-se que a atividade contribuiu para o debate da sustentabilidade com jovens do ensino médio, favorecendo o seu protagonismo na identificação de problemas socioambientais no município de Paraty (RJ), bem como na proposição de soluções para a realidade da comunidade ali inserida. Destaca-se o papel da atividade de extensão universitária como ferramenta de sensibilização e na formulação de ações práticas para a mudança da realidade, rumo aos ODS. Recomenda-se a replicação das estratégias adotadas em atividades futuras.

Palavras-Chave: Educação Básica, Atividade de Extensão Universitária, Sustentabilidade.

¹ Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

² Instituto Federal Fluminense - IFF

³ Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP

1. Introdução

Na atualidade é evidente uma crescente preocupação de governos com o uso exploratório dos recursos naturais e a degradação ambiental, principalmente em economias emergentes, o que demanda o direcionamento de esforços para o enfrentamento deste cenário (Anas *et al.*, 2024). Diante de tal necessidade, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi lançada pela Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 2015. Este plano de ação global é composto pelos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que se ramificam em 169 metas, associadas diretamente com temas centrais (i.e. educação, meio ambiente, resiliência etc.) e deve ser cumprido por todas as partes integrantes da convenção (United Nations, 2024).

O enfrentamento dos efeitos adversos das atividades humanas exige um olhar

ampliado e uma visão multidisciplinar para a elaboração de estratégias. Para o sucesso da implementação da Agenda 2030 é indispensável a interconexão e o envolvimento de toda a sociedade, o que se relaciona diretamente com a educação (ODS 4), entendida como um fator fundamental para a concretização dos 17 ODS. A sustentabilidade ultrapassa os limites da sala de aula, exige projetos que possibilitem aos estudantes a compreensão dos desafios e a promoção de uma capacitação favorecedora de intervenções em sua realidade local, favorecendo a criação de um novo modelo social pautado na sustentabilidade e formando jovens mais conscientes e engajados na causa (Rodrigues, 2024).

Legalmente, as instituições educacionais possuem um papel ativo na construção de valores e conhecimentos voltados para a conservação do meio ambiente,

o que deve ocorrer de forma integrada e estimular a consciência crítica (Freire, 2018), essencial para compreender as relações de opressão e transformação no contexto socioambiental (Brasil, 1999).

Nesse sentido, ao longo da história das universidades brasileiras, os projetos de extensão possuem um papel fundamental na criação de vínculos e promulgação de possíveis mudanças socioespaciais. Essa estrutura é um alicerce estrutural da universidade, seguindo a tríade ensino-pesquisa-extensão (Nogueira, 2013). Embora em outros países, como na Inglaterra, onde cursos e projetos de extensão universitária tiveram origem no século XIX - voltadas à mazela populacional que não possuía acesso à universidade - no Brasil tais iniciativas datam das décadas de 1950 e 1960, mediante viés de compromisso social.

Assim, desde o processo de retorno à democracia em 1980, atividades de

extensão passaram a integrar o sistema universitário, cuja finalidade é realizar uma transformação social por meio de ações pautadas nas necessidades da sociedade e a inclusão de diferentes saberes, criando possibilidades (Medeiros, 2013) e se se tornaram elementos indissociáveis do ensino e pesquisa, conforme a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988).

Neste sentido, os projetos de extensão universitária potencializam o desenvolvimento de ações com foco no trabalho de temas ambientais com a sociedade, promovendo o diálogo como prática educativa, que, segundo Freire (2018), é fundamental para a troca de saberes entre a universidade e as comunidades. Assim, os projetos deixam de ser meramente informativos e passam a ser transformadores, na medida em que permitem a problematização da realidade socioambiental, convidando os participantes a refletirem criticamente

sobre suas práticas e a constroem soluções de forma coletiva.

Corroborando com estes conceitos, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (2001) destaca que a extensão universitária se enquadra em um processo e relação que transforma a Universidade e Sociedade, o que dá caráter de horizontalidade nesta relação, onde ocorre o intercâmbio de saberes e de conhecimentos, enfatizado pela interdisciplinaridade e saberes (Freire, 1995).

Sendo assim, o projeto de extensão intitulado “Jovens Cidadãos Transformando Comunidades Rumo aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”, (Processo nº 23112.004063/2016-49), foi idealizado no âmbito do Programa de Pós Graduação em Engenharia Urbana (PPGEU), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), vinculado ao programa de extensão da pós graduação

e, posteriormente, aprovado pela Pró-Reitoria de Extensão (ProEx) da mesma, com a intenção de sensibilizar e mobilizar estudantes da última etapa do ensino básico, transformando-os em agentes potentes e capazes de propor soluções para a condução de mudanças em nível local, tendo como norte a Agenda 2030 e a realidade vivenciada pela comunidade afetada. Tal projeto de extensão universitária teve sua abordagem pautada na interdisciplinaridade e participação ativa, articulando o conhecimento científico e experiências dos jovens, diante das questões socioambientais encontradas no município de Paraty (RJ).

Basicamente, o projeto foi constituído por três etapas: (i) condução de oficinas e formação voltadas para a sustentabilidade, problemas contemporâneos e a Agenda 2030; (ii) imersão no município de Paraty (RJ), promovendo o protagonismo

dos estudantes e a aplicação de seus conhecimentos para identificar os problemas socioambientais enfrentados pela comunidade; e (iii) promoção da conexão entre a teoria e a prática, por meio da proposição de soluções para modificar o contexto local.

O presente capítulo traz uma descrição da atividade de extensão universitária desenvolvida, detalhando os métodos adotados, estratégias, impactos e resultados, fornecendo bases para que outras iniciativas semelhantes possam ser desenvolvidas e auxiliar na concretização dos ODS.

1.1 Objetivo

Este capítulo tem como objetivo geral apresentar o detalhamento da atividade de extensão universitária "Jovens cidadãos: transformando comunidades rumo aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável", contribuindo para o avanço do tema e fortalecendo o desenvolvimento de atividades teórico-práticas com foco

na Agenda 2030, além de fomentar a realização de atividades futuras. Como objetivos específicos, a extensão universitária busca:

- **Compartilhar vivências:** Explicitar as práticas empreendidas, as abordagens metodológicas aplicadas e os ensinamentos adquiridos durante a execução do projeto "Jovens cidadãos: transformando comunidades rumo aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável", evidenciando os êxitos alcançados e os obstáculos superados, com o propósito de enriquecer as discussões acerca das ações extensionistas relacionadas à Agenda 2030.

- **Viabilizar futuras iniciativas:** Expor, de forma sistematizada e minuciosa, os procedimentos implementados, as estratégias delineadas e os resultados obtidos, oferecendo um referencial pragmático capaz de inspirar e subsidiar outras instituições ou coletivos interessados

em conceber atividades de extensão universitária alinhadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

- **Incentivar as atividades extensionistas:** Evidenciar os frutos e os impactos benéficos advindos da implementação do projeto, enaltecendo a importância das práticas extensionistas na consolidação do elo transformador entre a universidade e a sociedade, além de estimular a adesão ampliada de discentes, docentes e comunidades em iniciativas consonantes com os preceitos da Agenda 2030.

2. A atividade de extensão universitária

A atividade de extensão universitária pode apresentar um grande potencial de transformação social, a qualidade das ações se associa diretamente com os projetos e a relação desenvolvida com a comunidade, para que de fato seja promovida uma relação dialógica,

que impacte a formação do educando e a formação cidadã (Volante; Andrade, 2024).

A proposta de atividade surgiu inicialmente através das inquietações dos pós-graduandos em Engenharia Urbana (UFSCar) Felipe Facci Inguaggiato e Tatiane Ferreira Olivatto. Cabe salientar que, na ocasião, o doutorando Felipe era professor de Geografia do Ensino Médio, estava trabalhando com conteúdo conectado à sustentabilidade, englobando temas como planos diretores e acordos internacionais.

Emerge a ideia de trabalhar a Agenda 2030 com os estudantes do ensino básico, tendo como foco a imersão científica, a realização de um estudo de caso e a elaboração de uma proposta para intervenção na realidade local.

A proposta, que incorporou mestrandos, doutorandos e pós-doutorandos do PPGEU, foi submetida para a ProEx da UFSCar no início do segundo semestre

de 2024, cuja aprovação foi obtida no 1 pode ser observado um maior dia 06 de agosto de 2024. No Quadro detalhamento da atividade.

Quadro 1: Plano de ensino da atividade extensionista.

ITENS	DESCRIÇÃO
Atividade	Jovens cidadãos: transformando comunidades rumo aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
Equipe	<p>Docente interna: Profa. Dra. Denise Balestrero Menezes (coordenadora)</p> <p>Pós-doutorando: Dr. Fabio Leandro da Silva¹</p> <p>Estudante de Pós-Graduação (doutorado): Felipe Facci Inguaggiato¹</p> <p>Estudante de Pós-Graduação (doutorado): Tatiane Ferreira Olivatto¹</p> <p>Estudante de Pós-Graduação (mestrado): Priscila Kauana Barelli Forcel¹</p> <p>Membro externo</p> <p>Estudante de Pós-Graduação (mestrado): Ana Laura de Paula²</p> <p>1 – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana (UFSCar)</p> <p>2 – Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (UNESP)</p>
Informações Gerais	<p>Setor responsável: Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana (PPGEU)</p> <p>Abrangência na UFSCar: Intradepartamental</p> <p>Linha programática: Desenvolvimento Urbano (Estudos, pesquisas, capacitação, treinamento e desenvolvimento de processos e metodologias, dentro de uma compreensão global do conceito de urbanização, legislação e práticas legais, visando proporcionar soluções e o tratamento de problemas das comunidades urbanas.).</p> <p>Grande área (Classificação CNPQ): Engenharia</p> <p>Área temática principal: Multidisciplinar</p> <p>Área temática secundária: Meio Ambiente</p>

Objetivo	Compartilhar, na prática, os conhecimentos necessários para identificar problemáticas urbanas, interpretar seus aspectos legislativos e propor intervenções urbanas, visando alinhar as ações e práticas da sociedade aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.
Público-alvo	Estudantes do Ensino Médio, sendo 13 alunos do 1º ano, 18 alunos do 2º ano e 7 alunos do 3º ano da Escola Criativa Idade Sistema Educacional, em Poços de Caldas (MG).
Tópicos desenvolvidos	<p>Introdução a dinâmica das cidades e seus aspectos legislativos</p> <p>Busca pelo universo de estudo e problemáticas locais</p> <p>Familiarização com a realidade local/questões intrínsecas espaciais</p> <p>Interpretação dos dados e construção de materiais para intervenção</p> <p>Construção da Proposta de Intervenção</p> <p>Organização e apresentação do Trabalho Final</p>
Estratégias de ensino e avaliação	<p>Os conceitos básicos de ocupação das cidades, plano diretor e dinâmica das cidades já são contemplados pelo plano de ensino da disciplina de Geografia conduzida pelo ensino regular. O projeto de extensão acrescentaria o caráter de ensino baseado em projetos à disciplina mencionada.</p> <p>Houve um momento inicial de exposição geral do projeto e apresentação das etapas a serem desenvolvidas. Na sequência, foi iniciado um debate para a formação do conhecimento necessário para aplicabilidade desses conceitos na área de estudo preestabelecida (município de Paraty – RJ). Foram realizadas reuniões periódicas (a cada sete ou 15 dias) e foram fornecidos artigos complementares aos discentes. Ao final, foi possibilitado aos estudantes a aplicação de seus conhecimentos para formalizar a intervenção na temática de seu interesse (atividade central da atividade de extensão).</p> <p>A avaliação dos estudantes se baseou nas propostas de intervenção e da apresentação dos posters, sendo conduzida pelo professor responsável pela disciplina na escola, além dos comentários dos estudantes da pós-graduação presentes na ocasião das apresentações.</p>

Recursos	<p>Ambiente virtual (Google Meet).</p> <p>Materiais complementares disponibilizados de forma eletrônica e gratuita</p> <p>Deslocamento dos estudantes até o município de Paraty (RJ)</p> <p>Computador</p> <p>Apresentação (formato digital)</p>
Bibliografia	<p>BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Organizado por Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002. 320 p.</p> <p>BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de junho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 180, 11 jun. 2001.</p> <p>BOSS, Suzie; KRAUSS, Jane. Reinventing project-based learning: Your field guide to real-world projects in the digital age. International Society for Technology in Education, 2022.</p> <p>NOVA ESCOLA. Mobilidade urbana: atividades interdisciplinares. 2023. Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/21738/mobilidade-urbana-atividades-interdisciplinares. Acesso em: 18 mar. 2024.</p> <p>ONU BRASIL. A Agenda 2030. 2015. Disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/. Acesso em: 21 set. 2023.</p> <p>ONU BRASIL. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 18 mar. 2024.</p>

Fonte: Os autores, 2025.

2.1 Métodos empregados para o desenvolvimento da oficina

A primeira etapa do projeto foi desenvolvida no âmbito da unidade escolar, através do currículo de Geografia. Na ocasião, temas como urbanização, cidades e instrumentos de política ambiental foram trabalhados com os estudantes através do ensino regular, adotando diversas estratégias (e.g. aulas expositivas e dialogadas, metodologias ativas, gamificação e realização de oficinas).

No dia 27 de agosto de 2024, foi realizada a primeira reunião com os discentes, buscando promover uma dinâmica de integração. Os integrantes da equipe se apresentaram, reforçaram a ideia da iniciativa, os temas de pesquisa desenvolvidos pela equipe, a apresentação de informações da UFSCar e o impacto que os jovens cidadãos podem exercer na vida de comunidades.

As aulas expositivas consistiram em discussões teóricas sobre os conceitos vinculados às temáticas propostas, permeadas por análise, reflexão e debate acerca do tema pelos alunos, a fim de instigar o senso crítico e a visão de mundo dos alunos, bem como a utilização de métodos como a sala de aula invertida para cumprir tal objetivo. A oficina, realizada sob o objetivo de estimular e articular termos conceituais e práticos, dividiu-se em momentos que partiram da explicação teórica e prática sobre a importância do olhar atento e do reconhecimento de problemáticas socioespaciais, de modo a proporcionar uma leitura crítica da realidade, por meio da reflexão dos alunos sobre as dinâmicas sociais, culturais e ambientais que permeiam o território, para assim, por fim, contextualizar o município de Paraty,

no estado do Rio de Janeiro, como área de estudo. A atividade foi realizada entre 7h30 e 7h40 da manhã, quando foram apresentados os objetivos da oficina e o contexto das situações a serem discutidas, com destaque para a área de mata nativa próxima ao rio Docinho, na Zona 4 de Paraty.

Mais uma vez, Freire (1996) se mostra presente e de suma importância como método pedagógico, haja vista o estímulo e a participação ativa dos envolvidos, incentivando-os a identificar e problematizar as questões de forma coletiva, fortalecendo o senso de pertencimento e responsabilidade comunitária, trazendo luz a um dos objetivos de um projeto de extensão universitária: o diálogo entre a universidade, a sociedade civil e as necessidades reais do espaço.

Em um segundo momento, entre 7h40 e 8h00, os alunos foram divididos em grupos preestabelecidos para discutir a situação proposta, que abordava a

possível concessão da área de proteção ambiental para a iniciativa privada e os impactos dessa decisão para a comunidade local.

As discussões em grupo foram seguidas por uma plenária, realizada entre 8h00 e 8h30, quando as reflexões e propostas elaboradas foram compartilhadas e debatidas coletivamente. Por fim, entre 8h30 e 8h45, foram sistematizadas as conclusões da Situação 1, que fomentaram a elaboração de propostas concretas sobre as problemáticas, elemento que, ao final, demonstrou na prática como a proposição de projetos de intervenção são elaborados e discutidos.

Dentre as conclusões, destaca-se que os alunos mencionaram a importância da área de mata nativa próxima ao rio Docinho, que serve como habitat natural para animais silvestres e é utilizada pela população para atividades recreativas, como passeios, exercícios e piqueniques. Além disso,

a falta de recursos para a manutenção da área levou a prefeitura a considerar a concessão para a iniciativa privada, gerando preocupação e revolta entre os moradores, que temem restrições de uso e alterações significativas no local.

Além disso, foi mencionado que o governo estadual do Rio de Janeiro propôs implantar um aterro sanitário na região periférica da cidade de Rios Perenes, além da Zona 4 de Paraty, com investimentos compensatórios, como a construção de um novo hospital, duas escolas públicas e um parque. Ambas as situações foram analisadas à luz das problemáticas socioespaciais e das possíveis soluções que integrem os interesses da comunidade e a preservação ambiental, sempre com base no diálogo e na participação ativa dos envolvidos.

Após este momento, os alunos voltaram-se à leitura e compreensão de aspectos legislativos municipais, assim

como do Plano Diretor do Município de Paraty. Tal processo ocorreu por meio da estratégia da divisão em pequenos grupos e da já mencionada sala de aula invertida, mediante disposição eletrônica em um ambiente de nuvem. Entre os dias 02 e 05 de setembro de 2024, os vinte e dois estudantes foram divididos em grupos e realizaram uma imersão no município de Paraty, acompanhados pela equipe escolar. Neste momento, foram realizadas visitas a museus, o forte, ecossistemas locais (mangue), quilombo, trajetos de relevância histórica e também ao centro considerado patrimônio sociocultural. Após a realização da visita técnica, os estudantes passaram a se encontrar quinzenalmente com um integrante da equipe do projeto, selecionado com base na afinidade com sua linha de pesquisa. Após a visita técnica, foram promovidas discussões e reflexões sobre as problemáticas socioespaciais do município.

Para tanto, visando aproximar os alunos dos integrantes do projeto, com base na busca pela horizontalidade e na importância do diálogo, por meio de relações dialógicas, eles foram convidados a gravar um vídeo no qual deveriam descrever as sensações e impressões vividas durante a visita ao município, com o objetivo de captar, de forma sensível e subjetiva, as experiências pessoais e coletivas dos estudantes em contato com a realidade pesquisada ao longo do mês de agosto. Enfatiza-se também que essa etapa estimula a supracitada reflexão crítica e criativa, na qual os alunos podem articular suas percepções emocionais e intelectuais sobre o território.

Ao fim, o vídeo serviu como um registro documental das vivências, além de ser uma ferramenta de sensibilização e comunicação relacionada ao projeto de extensão.

Após a visita técnica e a gravação do vídeo, os estudantes passaram a

se reunir quinzenalmente com um integrante da equipe do projeto, previamente selecionado com base na afinidade com sua linha de pesquisa. Esses encontros tiveram como propósito aprofundar as reflexões iniciadas durante a visita, bem como orientar os alunos na elaboração de propostas e ações alinhadas ao projeto. Enfatiza-se que a escolha de um integrante da equipe com afinidade temática garantiu um acompanhamento mais especializado e contextualizado, permitindo que os estudantes desenvolvessem suas pesquisas de forma mais consistente e integrada às demandas reais da comunidade. Essas reuniões quinzenais também fortaleceram o vínculo entre teoria e prática, proporcionando um espaço de diálogo e troca de saberes que enriqueceu tanto a formação acadêmica dos estudantes quanto a execução do projeto. Dessa forma, a continuidade do trabalho após a visita

técnica reforçou o compromisso com a construção coletiva de conhecimentos e soluções, sempre pautada pelo respeito à diversidade de olhares e experiências.

Materiais complementares foram disponibilizados aos discentes, bem como o template para a elaboração do material científico. Nos momentos dos encontros, era promovida a mediação, visando o foco da atividade extensionista.

No dia 22 de novembro de 2024, os estudantes visitaram a UFSCar (campus São Carlos) para realizar a última etapa do projeto. No momento inicial foram dadas as boas-vindas e ocorreu uma apresentação geral de todos, conduzida pelo Projeto de Extensão "Trilha da Natureza". Na sequência, os estudantes realizaram uma visita guiada a um fragmento de vegetação nativa do bioma Cerrado. Ao término, foi realizado um almoço no Restaurante Universitário.

Depois do período de descanso, foi dado início a apresentação das propostas dos estudantes por meio de apresentação oral pautada em recursos visuais em um anfiteatro.

A comunidade do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana (UFSCar) foi convidada a prestigiar a atividade, bem como contribuíram para a avaliação dos estudantes por meio de comentários e observações.

Por fim, foi realizado um momento de encerramento, buscando verificar as principais impressões dos estudantes sobre a atividade extensionista realizada.

3. A importância da realização de atividades extensionistas voltadas para a abordagem da Agenda 2030 com jovens do Ensino Médio

Conforme explanado anteriormente, as atividades extensionistas buscam fomentar o intercâmbio de saberes entre a universidade e a sociedade e,

no presente caso, tiveram como foco a Agenda 2030, direcionada ao processo de formação e constituição de “Jovens Cientistas” com alunos do ensino médio.

Em um primeiro momento, essas atividades oferecem uma oportunidade de sensibilização e engajamento em uma temática que está cada vez mais em evidência no cenário contemporâneo, haja vista as inerentes alterações climáticas, que acarretam inúmeras catástrofes socioespaciais e ambientais, muitas vezes potencializadas por um planejamento urbano e ambiental deficitário e carente de diretrizes.

Ao encontro de tal afirmação, a Agenda 2030, estruturada em 17 ODS, propõe planos de ação para enfrentar essas problemáticas, com o objetivo de reduzir desigualdades, preservar o meio ambiente, promover educação de qualidade, garantir a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos, além de

tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, entre outros aspectos.

Incorporar esses temas nas atividades extensionistas voltadas a estudantes de Ensino Médio amplia os horizontes educacionais e contribui para a construção de uma consciência crítica e cidadã, fomentando o que Freire (2018) propõe como uma pedagogia da autonomia, essencial para a formação de indivíduos comprometidos com a transformação social. Essas atividades permitem que os jovens compreendam as interconexões entre problemáticas locais, globais e questões socioeconômicas, espaciais e de caráter legislativo, trazendo uma discussão interdisciplinar que articula diferentes saberes e construções argumentativas e dialógicas.

Além disso, os alunos, por meio da interação prática entre o problema, a causa, a consequência e soluções, têm

a condição de identificar os desafios socioambientais na práxis, exercitando o protagonismo na proposição de soluções, o que condiciona habilidades como o trabalho em equipe e o supracitado pensamento crítico, elementos basilares para a construção de um modelo de sociedade baseado nos princípios da sustentabilidade.

Paralelamente, essas atividades promovem uma relação dialógica entre a universidade, o ambiente escolar e a sociedade, o que fortalece ainda mais o elo entre a terra e a prática. Isso potencializa o processo transformador da educação por meio da troca mútua de saberes, em movimentos de reflexão e ação – em que os alunos do ensino médio deixam de ser meros receptores de conhecimento e atuam como agentes ativos na construção de soluções para as problemáticas enfrentadas por suas comunidades.

Por fim, ao trazer para a discussão elementos voltados à Agenda 2030

para os jovens do ensino médio, cria-se uma ponte entre o ambiente escolar e a realidade externa, estimulando a formação de cidadãos conscientes, críticos e engajados, o que é essencial para que compreendam seu papel como agentes transformadores na condução de mudanças conceituais, espaciais e sociais em níveis locais e globais. Assim, atividades extensionistas voltadas para a Agenda 2030 com alunos do ensino médio transcendem apenas o caráter educacional, assumindo um papel voltado para a promoção de valores éticos e críticos, além de incentivar a construção de um futuro sustentável.

4. Reflexões sobre os impactos da atividade extensionista na formação cidadã de jovens do Ensino Médio

Por meio da atividade de extensão universitária, foi possível a realização de atividades voltadas para a Agenda 2030 e a promoção do protagonismo juvenil.

Assim como constatado por Rodrigues (2024) em sua atividade extensionista com estudantes do ensino básico, na atividade "Jovens cidadãos: transformando comunidades rumo aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável" observa-se que debates acerca dos temas de interesse foram desenvolvidos, contribuindo para a construção de sujeitos capazes de refletirem sobre sua realidade e propor medidas intervencionistas.

Atividades de extensão universitária são direcionadas para as necessidades de uma determinada comunidade, tendo em consideração sua realidade e interesses, o que pode estar associado com múltiplos contextos e está ligada a aplicação prática dos conhecimentos teóricos promovidos no processo de ensino (Korkman *et al.*, 2024). A articulação comprometida dos integrantes da atividade é indispensável para a transformação da realidade, o planejamento das atividades contribui

para que seja possível o trabalho com uma visão interdisciplinar e transversal acerca das questões ambientais (Carnevali *et al.*, 2024).

Os jovens envolvidos na atividade extensionista se aproximam da realidade sociocultural e política da área de intervenção, despertando um olhar crítico e mais consciente do seu papel enquanto cidadão, além de desenvolverem ações que impactam positivamente o desenvolvimento sustentável em nível local (Meireles; Afonso, 2024).

Ao final da atividade de extensão, verificou-se que os estudantes foram capazes de identificar situações que demandam medidas de intervenção no município de Paraty (RJ). De maneira geral, os tópicos identificados contemplam: esgotamento sanitário, poluição dos recursos hídricos, descarte de resíduos sólidos, problemas ligados à infraestrutura urbana, acessibilidade (i.e. vias de acesso, calçamento e

peças com necessidades especiais), o conflito entre urbanização e a preservação do patrimônio histórico-cultural. Logo, as intervenções propostas pelos discentes foram estruturadas considerando o Plano Diretor da área de estudo e pautadas nas necessidades identificadas.

Dentre os desafios encontrados na promoção da atividade, ressaltase a busca dos melhores meios para oportunizar aos estudantes reflexões e o processo de ensino por meio de atividades ativas, os diferentes níveis de domínio da escrita científica entre os participantes, o desenvolvimento da comunicação interpessoal. A realização de encontros periódicos síncronos, a utilização de tecnologias para comunicação, o trabalho com sala de aula invertida e a mediação do processo de construção auxiliaram no processo, permitindo aos estudantes

compartilharem seus conhecimentos e rompendo com a simples transferência de conhecimentos.

5. Conclusão

O projeto desenvolvido contribuiu para o fortalecimento do papel da universidade, principalmente por meio do eixo de extensão. De forma prática, foi trabalhada a Agenda 2030 e inquietações foram geradas em jovens estudantes, os levando a discussão de questões socioambientais através de atividades teórico-práticas. O processo contribuiu para a construção de sujeitos críticos e capazes de elaborar medidas voltadas para a mudança da vida de comunidades rumo à sustentabilidade. Atividades futuras podem ter como base a nossa experiência, promovendo a cidadania e a troca de saberes, almejando a busca da sustentabilidade e da concretização da Agenda 2030.

5. Referências

- ANAS, M., et al. Moving towards sustainable environment development in emerging economies: The role of green finance, green techinnovation, natural resource depletion, and forested area in assessing the load capacity factor. *Sustainable Development*, v. 32, n. 4, p. 3004-3020, 2024.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Brasília: Diário Oficial da União, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 de jan. 2025.
- BRASIL. Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 24 dez. 2024.
- CARVENALI, N. H. S.; MOURA, J. M. B.; BRUZINGA, J. S. C.; MARTINS, G. S.; SOUZA, F.; MACEDO, V. K. Sob sombra, flores e poesia: um programa de extensão universitária para educação ambiental. *Anais do 21º Congresso Nacional de Meio Ambiente*, 2024. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 09 jan. 2025.
- FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Plano Nacional de Extensão Universitária. 2001. Disponível em: <http://www.renex.org.br/arquivos/pne/index2.htm>. Acesso em: 04 nov. 2023.
- FREIRE, P. A Educação na cidade. São Paulo: Cortez, 1995.
- FREIRE, P. A Pedagogia da Libertação. Editora Paz e Terra, 2018.
- KORMANN, E.; GRIPA, S.; SOUZA CORRÊA, S.; VAUDAN, A. G. Formação continuada de professores da educação básica: uma aproximação por meio de um projeto de extensão universitária. *ARACÊ*, v. 6, n. 4, p. 11086-11103, 2024.
- MEDEIROS, M. M. A extensão universitária no Brasil-um percurso histórico. *BARBAQUÁ*, v. 1, n. 1, p. 9-16, 2017.
- MEIRELES, F. F.; AFONSO, H. C. A. F. A extensão universitária obrigatória voltada para a educação básica como recurso para atingir metas do Plano Nacional de Educação. *Revista de Ciências Sociais y Humanidades Chakiñan*, nº 23, p. 263 - 287, 2024.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

NOGUEIRA, M. D. P. O Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: um ator social em construção. Interfaces- Revista de Extensão da UFMG, v. 1, n. 1, p. 35-47, 2013.

RODRIGUES, E. A. S. Educação Ambiental a partir da Agenda 2030: Experiências No ensino de geografia na Educação Básica. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 10, n. 10, p. 01-13, 2024.

UNITED NATIONS. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 28 dez. 2024.

VOLANTE, E. A. C.; ANDRADE, A. A. V. Evolução do conceito da extensão universitária no Brasil e sua inserção nas normativas da Universidade Tecnológica Federal do Paraná–UTFPR. Revista Conexão UEPG, v. 20, n. 1, p. 1-19, 2024.



Análise da Relação entre a Urbanização e a Infraestrutura do Esgoto em Paraty-RJ

Maria Eduarda Zanetti de Paula, aluna do 3º do Ensino Médio da Escola Criativa Idade Sistema Educacional.

Mateus Francisco Diniz Costa, aluno do 1º do Ensino Médio da Escola Criativa Idade Sistema Educacional.

Pedro Henrique Engler Da Silva, aluno do 2º do Ensino Médio da Escola Criativa Idade Sistema Educacional.

Miguel Marques Ramos, aluno do 2º do Ensino Médio da Escola Criativa Idade Sistema Educacional.

Ana Laura de Paula, Tecnóloga em Gestão Ambiental pelo IFSULDEMINAS e Mestre em Ciências Ambientais (Unesp).

Resumo

A urbanização no Brasil é marcada pelo crescimento acelerado, com significativas diferenças regionais. Nesse sentido, espaços urbanos diversos surgiram, criando novas relações sociais. É importante mencionar que, segundo a Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, é necessário renovar compromissos com o desenvolvimento urbano sustentável, principalmente em cidades que enfrentam vários desafios ambientais, incluindo a poluição e a degradação de seus recursos naturais, como Paraty, cidade litorânea do estado do Rio de Janeiro. Portanto, neste trabalho tem-se como objetivo identificar os principais fatores que agravam a falta de saneamento básico adequado na cidade de Paraty-RJ e quais as dificuldades enfrentadas pelos moradores locais sobre esse problema. Além disso, busca-se analisar o

processo de urbanização da cidade litorânea e como o problema da falta de saneamento básico acompanha esse processo, visando, assim, uma melhoria na Engenharia Urbana e no sistema de esgoto, por meio de fossas sépticas e da ampliação das redes de ETEs.

Palavras-Chave: Paraty, planejamento urbano, urbanização, saneamento básico, tratamento de esgoto.

1. Introdução

A historiadora francesa Françoise Choay discute o significado da palavra "urbanismo", na obra intitulada como "O Urbanismo" de 2021. O termo deriva de "urbe", utilizado para designar de forma ampla os diferentes tipos de assentamentos humanos, e o sufixo "ismo", que remete ao estudo ou teoria da cidade. Segundo Ferreira (1999), o urbanismo pode ser caracterizado como o "estudo sistematizado e interdisciplinar da cidade e da questão urbana, incluindo o conjunto de técnicas administrativas, econômicas e sociais que permitem ao desenvolvimento racional e humano delas".

Já o termo urbanização refere-se ao processo de tornar um território urbano. Maria (2006) explica que isso pode ocorrer "explicitamente, pela ação de urbanizar, tornar urbano um território, o que pode se dar através de um projeto que ordenou anteriormente a ocupação ou sem um projeto, ou desenho ordenador, como é o caso de numerosos assentamentos urbanos no Brasil".

A urbanização consiste na criação e organização do espaço urbano, estabelecendo critérios para sua estruturação. Esse processo envolve a formulação de modelos e formas,

concebendo um padrão destinado à reprodução por imitação, seja por meio de um projeto previamente feito ou de um desenho ordenador, possibilitando diferentes formas de ocupação do território (Argan, 2004).

O urbanismo, por sua vez, caracteriza-se pela centralidade da grande cidade como um espaço exclusivamente humano, mas não se concentra nos principais núcleos da atividade social moderna. Entre esses núcleos, destacam-se a industrialização do trabalho produtivo, a intensificação comercial e financeira da circulação mercantil, a transformação e refuncionalização das culturas tradicionais e a formalização nacionalista da atividade política, elementos fundamentais para compreender a organização espacial e a dinâmica urbana contemporânea (Sposito, 2004).

As correntes de pensamento sistematizadas e classificadas por Choay (2021) estabelecem grupos de autores

que propuseram e questionaram a Cidade, a classificando-a em grupos como Pré-Urbanismo Progressista, Pré-Urbanismo Culturalista, Pré-Urbanismo Sem Modelo, Urbanismo Progressista, Urbanismo Culturalista, Urbanismo Naturalista, Tecnotopia, Antrópolis e Filosofia da Cidade (Galindo, 2016; Amanajás, 2016).

Antes de partir para o Brasil, deve-se introduzir o conceito de urbanismo, o qual surge primeiro como o pré-urbanismo progressista que idealizou cidades como centros de progresso, depois o urbanismo tecnocrático, surgido com a industrialização, focou na funcionalidade e eficiência, muitas vezes negligenciando aspectos sociais e criando cidades segregadas. Posteriormente aparece o urbanismo modernista, dominante no início do século XX e, influenciado pelo Movimento Moderno, que enfatizava racionalidade e funcionalidade.

Finalmente, o urbanismo pós-moderno

reintegrou a diversidade cultural e histórica, promovendo a revitalização urbana e diversidade arquitetônica (Galindo, 2016; Amanajás, 2016).

Tendo uma ideia global, e a história da urbanização, foquemos no Brasil, aqui a urbanização é marcada pelo crescimento acelerado, com significativas diferenças regionais, isto, claro, fez com que espaços urbanos diversos apareçam e criassem novas relações sociais. Já a metropolização (especialmente São Paulo) mudou a distribuição das classes sociais e a complexidade urbana. Também é importante mencionar que, segundo a Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, é necessário renovar compromissos com o desenvolvimento urbano sustentável. Isto é claro no Brasil, pois a violência urbana, e transporte coletivo são desafios que necessitam dessas políticas que promovam direito à cidade (Monte-

Mór, 2004).

O pré-urbanismo é classificado como culturalista e inspirado em Ruskin por Morris. A corrente de pensamento deles reclamava o desaparecimento da organização perante forças desintegradoras advindas da industrialização. “Destacamos que os modelos culturalistas definem ocupações extensivas em oposição ao modelo progressista, através de configuração de edificações de um ou dois pavimentos entremeadas com áreas de agricultura, ou com vegetação natural” (Mofré, 2006).

Outro aspecto do Pré-urbanismo é a crítica sem modelo. Os principais pensadores desse movimento foram Karl Marx e Engels, que “se achava justificada a partir da formação de uma grande classe proletária cuja geração foi permitida e autorizada pela cidade industrial” (Mofré, 2004). Marx (1846) e Engels (1873) viam na cidade o fruto de um problema geral, e apontam a

dificuldade do planejamento.

Os modelos descendentes das três correntes do Pré-urbanismo definiram elementos de composição que permaneceram isolados dos modelos, passando a ser adotados como tipos, recortados do contexto do modelo que os originou. A urbanização no Brasil, em decorrência ao seu contexto colonial, se caracteriza por ter sido tardia, após 1940. O processo de ocupação do território brasileiro teve sua origem nas regiões litorâneas, e depois se interiorizou (Sposito, 2004).

O forte movimento de urbanização se intensifica a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, e é acompanhado de um forte crescimento demográfico, resultado de uma natalidade elevada e de uma mortalidade baixa, causas essenciais dos processos sanitários e da melhoria relativa nos padrões de vida, e claro, a própria urbanização. Segundo Santos, é após a Segunda Guerra Mundial que a integração do território

se torna viável, quando as estradas de ferro são finalmente interligadas, pondo em contato diversas regiões do País, onde se empreende um ousado programa de infraestrutura (Mofré, 2006; Sposito, 2004).

Entre 1940 e 1950, a taxa bruta de mortalidade era de 20,6%, enquanto a taxa bruta de natalidade era de 44,4%. Já na década de 1950, os índices melhoraram, com a mortalidade caindo para 13,4% e a natalidade para 43,3%. Foi nesse contexto que a população agrícola cresceu na década de 1960. No entanto, com a urbanização e o desenvolvimento de grandes metrópoles e indústrias, a população rural diminuiu entre 1970 e 1980, segundo Santos (2002).

De acordo com Santos (2002), a integração do território e a possibilidade de ligação com o mercado produtor permitiram o nascimento do fenômeno da urbanização interior, com a criação de cidades intermediárias. Essas

idades, também chamadas de "idades médias", eram centros regionais que respondiam às demandas de consumo. A partir de 1960, começou-se a construir estradas de rodagem e rodovias de primeira ordem, permitindo que o Brasil se interligasse por grandes rodovias de boa qualidade, conforme observado por Santos (2002). Por outro lado, cria-se uma rede de estradas mesmo terciárias. Dessa forma, além da integração do território, agora temos também uma fluidez do território. O espaço torna-se fluido, permitindo que os fatores de produção, o trabalho, os produtos, o dinheiro, o capital, etc, passem a ter uma grande mobilidade (Santos, 2002; Sposito, 2004).

A modernização dos transportes é paralela a das comunicações. Cria-se um sistema de comunicação através das ondas, satélites, cria-se o telefone, e novas formas de transmissão de mensagem, tornando maiores as possibilidades de movimento de

valores, de dinheiro, de capitais, de ordens e entre outros. As comunicações permitem que o comércio ganhe uma nova dimensão, e naturalmente todos estes fatores têm como consequência um novo aumento da circulação, concomitante a uma urbanização, que tende a ser aumentada (Sposito, 2004).

O capitalismo se expande no campo, aumenta e modifica a relação entre trabalho e capital, reduzindo a quantidade de trabalho humano necessário e trazendo notoriedade e generalização às formas sociais até então pouco relevantes, tais como a do trabalhador agrícola não rural. Estes e outros fatores são importantes para entender a nova urbanização. A modernização no campo introduz uma série de tarefas que não são propriamente da produção material. Está, agora, se faz ligada ao trabalho intelectual e, mesmo que a este não queiramos em tese associar

a terceirização, ou a esta associar obrigatoriamente a urbanização, tais relações de fato se estabelecem a esse movimento, no caso brasileiro, se dá (Harvey, 2016).

Das cidades coloniais às metrópoles atuais, os referenciais teóricos foram sendo redefinidos, adaptados, recriados para explicar processos socioespaciais e informar projetos políticos de classes e grupos de interesse, dentro e fora do Estado (Harvey, 2016).

Os aglomerados urbanos são frutos da concentração de poder e capitais, crescentes nos espaços urbanos, que atraem grandes populações vindas do campo, de cidades menores, regiões menos desenvolvidas e outros países. Com a industrialização e a mecanização do campo, as cidades se concretizaram como as principais áreas de atração populacional. A globalização espalhou pelo mundo o modelo de vida urbano em expansão na Europa. É importante destacar que a urbanização é um

processo intrínseco ao êxodo rural (Mofré, 2006).

Em muitos centros urbanos, é comum verificar o crescimento desordenado e uma conseqüente proliferação de habitações populares, construídas de forma improvisada. Os aglomerados urbanos desordenados ocorrem, principalmente, nas periferias das grandes metrópoles de países em desenvolvimento (Mofré, 2006).

As favelas são parte do conjunto de ocupações irregulares crescendo em países subdesenvolvidos, como no Brasil. Elas abrigam parte da população deslocada pelo êxodo rural e sem condições financeiras, que chegam às metrópoles e grandes cidades sem documentos, poupanças e fiadores para encontrarem moradias "legais" (Mofré, 2006).

As ocupações irregulares são caracterizadas por serviços públicos precários ou pela inexistência deles. Nesse sentido, instrumentos

essenciais para o desenvolvimento da sociedade, como o fornecimento de água, energia, oferta de transporte, coleta de lixo, aparelhos de educação, saúde e assistência social, têm pouca importância nos planos de governo para a área (Mofré, 2006).

Nos países pobres, a má distribuição de renda, por exemplo, causa segregação na sociedade, visto que uma pequena minoria detém a maior parcela das riquezas do país, enquanto grande parte da população vive com recursos mínimos. Além disso, a ineficiência dos serviços públicos, os baixos investimentos em educação e em segurança pública acentuam o problema da violência (Sposito, 2004).

A Habitat III, realizada em 2016, teve como objetivo renovar os compromissos com o desenvolvimento urbano sustentável. No Brasil, o relatório nacional elaborado pelo Ipea e pelo Conselho das Cidades destacou avanços e desafios, como a

gentrificação e a gestão de recursos hídricos. A nova agenda urbana proposta na conferência enfatiza a necessidade de políticas inclusivas e sustentáveis (Sposito, 2004; Mofré, 2006).

O planejamento urbano no Brasil foi historicamente influenciado por teorias urbanísticas europeias e americanas. Exemplos notáveis incluem o plano de Aarão Reis para Belo Horizonte e reformas urbanas em grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Os desafios contemporâneos, como a limitação orçamentária do Estado e a influência do mercado, exigem uma abordagem mais inclusiva e participativa (Sposito, 2004).

Falando especificamente sobre o processo de desenvolvimento e urbanização de Paraty, temos um problema específico dessa cidade litorânea: a falta de estruturação do saneamento. Segundo o Plano Diretor de Paraty, o Executivo Municipal

deve realizar um projeto urbanístico sustentável, que inclui a implementação de projetos de fiação embutida, restauração do calçamento do centro histórico, fiação de telefonia e política de saneamento (Sposito, 2004).

O município de Paraty apresenta um grande déficit em relação ao esgotamento adequado. A cidade, que é em região litorânea e no sudeste, possui esgoto a céu aberto, desaguando no mar. O grande problema é que não existe uma rede de esgoto tratada e planejada na região. A cidade, que é histórica e cultural, foi construída para que a maré entrasse em suas ruas, como uma forma natural de limpá-la, mas com as condições de esgoto, sempre que a cidade "alaga", o cheiro nas ruas fica insuportável (Sposito, 2004).

A situação de esgoto a céu aberto em uma cidade litorânea como Paraty tem múltiplos impactos negativos. O descarte inadequado de efluentes no

mar compromete as margens praianas, prejudicando atividades turísticas, que são economicamente importantes para a região. Além disso, a contaminação das águas afeta os ecossistemas marinhos, causando impactos na biodiversidade e na pesca local. Esse cenário é agravado em épocas de maré alta, quando a cidade é inundada, expondo os moradores e turistas aos efluentes não tratados, o que gera um odor desagradável e aumenta o risco de doenças de veiculação hídrica (Sposito, 2004).

Por fim, se faz necessário uma análise estatística e profunda sobre o processo de urbanização dessa cidade e como esse problema pode e poderia ser evitado, desde sua fundação até os dias atuais. A urbanização desordenada, sem um planejamento de saneamento básico, contribui significativamente para esse problema, pois a cidade foi historicamente construída para permitir a entrada da maré nas ruas

(Sposito, 2004).

Como objetivo principal deste trabalho, pretende-se identificar quais os agravantes da falta de saneamento básico correto na cidade de Paraty-RJ e quais as dificuldades dos moradores locais sobre esse problema. Além disso, tem-se como objetivo analisar o processo de urbanização da cidade litorânea do estado do Rio de Janeiro e como o problema da falta de saneamento básico acompanha o processo de urbanização (Sposito, 2004).

2. Materiais e Métodos

Como produto desse trabalho, a proposta é dividi-lo em 4 partes: pesquisas bibliográficas para um amplo entendimento do tema em portais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e artigos referentes ao processo de urbanização e globalização relacionadas a cidade de Paraty, além de análise de legislações

referentes ao saneamento básico da cidade local.

Identificação da área de estudo, realizando uma caracterização detalhada da cidade de Paraty e de suas proximidades, abordando os aspectos geográficos, históricos e socioeconômicos mais relevantes. A análise da cidade levou em consideração sua arquitetura colonial, evidenciada na disposição urbana histórica e nas edificações que constituem um patrimônio cultural significativo. A organização das ruas, bem como o sistema de drenagem e de efluentes, foi examinada para entender como esses elementos arquitetônicos e urbanos foram planejados e como têm se mantido ao longo do tempo. Pesquisa de campo, para maior compreensão sobre o assunto, analisando os processos arquitetônicos da cidade, ruas e efluentes, construção da cidade sob o viés histórico e como isso acarretou os processos de poluição

marinha vindo da falta de tratamento de esgoto na cidade. Assim, explorando os desdobramentos negativos e positivos do processo de urbanização em Paraty. E por fim, propostas de intervenção, com objetivo de mitigar os impactos negativos decorrentes do processo de urbanização em Paraty. Essas intervenções têm como foco a proteção do meio ambiente e a preservação do patrimônio histórico da cidade. As propostas sugerem o aprimoramento do sistema de saneamento básico, implementação de fossas sépticas, especialmente em lugares sem ou com escasso acesso a saneamento básico, criação de grupos mobilizadores, instalação de uma rede esgoto e desenvolvimento de um plano de saneamento.

2.1 Caracterização da Área de Estudo

Localizada no litoral sul do estado do Rio de Janeiro, Paraty é destacada por sua importância no período colonial

e por seu patrimônio cultural. Paraty foi fundada no início do século XVII e rapidamente se tornou um ponto para o comércio com os povos indígenas e o tráfico de escravos. No século XVIII, a cidade ganhou destaque como um importante porto na rota do ouro, ligando o interior mineiro ao litoral. Esse período também trouxe um aumento no tráfico de escravos, alterando a economia e a infraestrutura da cidade (IBGE, 2023).

Por volta de 1640, o núcleo chamado Paratii foi transferido para onde hoje se situa o centro histórico, em “légua e meia de terra entre os rios Paraguaçu” doadas por Maria Jácome de Mello. Em 1660, o florescente povoado se rebela, exigindo a separação de Angra dos Reis e elevação à categoria de Vila. Surgia em, 1667 a Villa de Nossa Senhora dos Remédios de Paratii. Convém salientar que Paraty foi a primeira cidade brasileira a ter sua autonomia política decidida por escolha popular (Paraty-

RJ, 2024).

Já falando sobre a sua economia, durante o ciclo do ouro no século XVIII, Paraty se tornou um ponto crucial para o embarque e desembarque do ouro extraído das minas de Minas Gerais, que seguia para o Rio de Janeiro. A estrada conhecida como "Caminho do Ouro" conectava o interior ao porto de Paraty, sendo essencial para o escoamento desse valioso recurso (IBGE, 2023).

Além do ouro, Paraty destacou-se como um entreposto comercial para produtos coloniais como açúcar e café. O porto da cidade era vital para o comércio com Portugal e outras colônias. O crescimento de Paraty foi impulsionado pelo comércio e pela exploração de recursos naturais, o que se reflete em sua arquitetura colonial. Muitos edifícios da cidade datam dos séculos XVII e XVIII, e Paraty possui um dos centros históricos mais bem preservados do Brasil (IBGE, 2023).

Com o declínio do ciclo do ouro e a construção de novas rotas de transporte, como a Estrada Real e o sistema ferroviário, Paraty passou por um período de declínio econômico, tornando-se relativamente isolada e menos relevante comercialmente. Decidindo a extração e exportação do ouro, em meados do século XVIII, Paraty vai perdendo importância. Com o ciclo do café, a partir do século XIX, a cidade revive, temporariamente, seus prósperos dias de glórias coloniais (IBGE, 2023).

Enquanto abriam-se estradas pelo resto do país, continuava-se chegando a Paraty como na época Colonial: de barco, vindo de Angra dos Reis ou, a partir de 1950, por terra, via Cunha, em estrada que só comportava movimento quando não chovia e que aproveitava em parte o trecho da velha estrada do ouro e do café (IBGE, 2024).

A arquitetura colonial de Paraty é um dos seus atrativos. Com suas ruas de

pedra e construções históricas, sempre preservando o português do período colonial. Em 1966, foi derrubada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o que ajudou a proteger e conservar seu patrimônio arquitetônico. Além disso, Paraty é um local de eventos culturais importantes, como a Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP), que atrai autores e leitores de todo o mundo. As tradições locais, como a Festa de São Benedito e a dança do maculelê, são exemplos do compromisso de Paraty em manter suas raízes culturais e folclóricas vivas (IBGE, 2024).

A cidade oferece muitas atrações turísticas, incluindo suas belas praias, ilhas e cachoeiras, além de seu centro histórico. O turismo é uma das principais fontes de renda de Paraty, gerando empregos e ajudando o comércio local. O crescimento do turismo também traz desafios, como o equilíbrio da expansão econômica com a

preservação ambiental. O cuidado com o turismo é essencial para proteger o patrimônio cultural e natural de Paraty (Prefeitura Municipal de Paraty, 2024). Estando entre o mar e a serra, Paraty possui uma geografia variada, que inclui montanhas, florestas e praias, e contribui para sua rica biodiversidade. A cidade está cheia de áreas de conservação, como o Parque Nacional da Serra da Bocaina e a Reserva Ecológica da Juatinga, que promovem o ecoturismo e a proteção ambiental. Mas, Paraty enfrenta desafios relacionados ao crescimento urbano e à preservação de seus recursos naturais, com a poluição e degradação ambiental marinha (IBGE, 2024).

No planejamento urbano no Brasil, Paraty se tornou um exemplo de como equilibrar desenvolvimento e conservação. Desde a Constituição de 1988, a cidade tem focado em preservar sua cultura e estrutura colonial portuguesa (Paraty-RJ, 2024).

3. Resultados e Discussão

A geografia crítica, através das obras de Milton Santos, traz uma compreensão aprofundada das transformações socioeconômicas e territoriais no Brasil. Essas análises são essenciais para um planejamento urbano que considere as dinâmicas complexas do espaço geográfico, como exemplificado na cidade de Paraty. Com sua rica herança cultural e paisagens naturais preservadas, Paraty mostra como as teorias de Milton Santos podem ser trazidas na prática. A cidade estabiliza a preservação do patrimônio histórico com as necessidades do desenvolvimento sustentável, adaptando-se às transformações territoriais e econômicas sem perder sua identidade (IBGE, 2024).

Paraty enfrenta vários desafios ambientais, incluindo a poluição e a degradação de seus recursos naturais. Projetos como o “Paraíso Lixo Zero” buscam enfrentar esses problemas através da educação ambiental e da gestão de resíduos sólidos. Além disso, a falta de comunicação entre pesquisadores, gestores e a população local dificulta a implementação de políticas eficazes de conservação (Prefeitura Municipal de Paraty, 2024). A cidade apresenta um grande déficit em relação ao esgotamento adequado. A cidade, que é uma região litorânea localizada no sudeste, possui esgoto a céu aberto — ou seja, o esgoto deságua no mar.

Quadro 1: Dados de Paraty

Cidades	Área Territorial	População residente	Densidade demográfica	Escolarização	IDHM	Mortalidade Infantil .	PIB per capita	Esgotamento Adequado
Paraty	924,296 km ²	45.243 pessoas	48,95 hab/km ²	93,80%	0,693	10,12 óbitos por mil nascidos vivos	44.262,66	56,4 %

Fonte: IBGE, 2010, 2021, 2022, 2023.

Segundo o Art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, cap. VI do meio ambiente, "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público municipal e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações". O grande problema é que não existe uma rede de esgoto tratada e planejada na região de Paraty. A cidade foi construída para que a maré entrasse em suas ruas, como uma forma natural de limpá-la, mas, com as condições de esgoto, sempre que a cidade "alaga", ela se torna um grande esgoto a céu aberto (Prefeitura Municipal de Paraty, 2024).

Figura 1: Centro Histórico de Paraty



Fonte: autor, 2024.

Segundo o IBGE, cerca de 50% do esgoto é tratado na cidade. O processo de obtenção dos dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico utiliza como método o levantamento censitário, à medida que investiga todos os órgãos públicos e entidades privadas que constam no cadastro de prestadores de serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário nos municípios brasileiros (IBGE, 2023). Porém, quando se observa, através da pesquisa de campo juntamente com os relatos de moradores e do guia geográfico, Paraty é uma cidade que se deságua totalmente no mar. Os efluentes não são tratados e as áreas mais afastadas do centro histórico não possuem nem escoamento, nem encanamento necessário para tal (Prefeitura Municipal de Paraty, 2024). A estrutura de esgoto do centro histórico obviamente, não pode ser recalculada ou mudada, já que o mesmo é patrimônio histórico, e para que isso

fosse possível, seria necessária uma mudança drástica no local. Porém, isso ocasionou um descaso com o restante da cidade. Os seus locais distantes têm seus dejetos jogados livremente em canais que deságuam no mar, sem qualquer tratamento anterior nos encanamentos que liberam as águas das casas. A situação é tão grave que quase todas as praias de Paraty, na área da cidade, não são autorizadas para banho (IBGE, 2024).

3.1 Ideias de Intervenção

A cidade de Paraty enfrenta problemas estruturais em sua rede de esgoto, afetando especialmente as áreas periféricas e gerando impactos negativos ao meio ambiente. Para mitigar essa situação, uma solução viável seria a instalação de fossas sépticas, com destaque para o modelo biodigestor. Esse tipo de fossa, quando bem instalada e mantida, permite o retorno seguro de água tratada ao solo,

sem riscos de contaminação ambiental. No entanto, sua eficácia depende da associação com filtros biológicos e da conscientização dos moradores sobre a importância de realizar a manutenção adequada regularmente (IBGE, 2023). As fossas sépticas são mais adequadas para o tratamento de efluentes do vaso sanitário, principalmente. Contudo, como em Paraty há uma carência de infraestrutura de saneamento básico, sua implementação representaria um avanço inicial significativo. Durante a visita, observou-se que muitos estabelecimentos despejam diretamente seus resíduos nas redes de drenagem, que eventualmente deságuam nos rios, agravando a poluição local (Saluta, 2024). Apesar de sua eficiência, a instalação de fossas sépticas requer conscientização da população para seu uso adequado, uma vez que produtos de limpeza com químicos agressivos podem matar as bactérias essenciais ao funcionamento

da fossa, comprometendo o processo de tratamento. Dessa forma, antes da implementação em larga escala, é crucial que o poder público de Paraty promova campanhas de conscientização e ofereça suporte técnico para auxiliar os moradores na instalação e manutenção adequada das fossas.

Além disso, a criação de grupos mobilizadores compostos pelos próprios moradores é fundamental para reivindicar e pressionar o poder público a priorizar projetos de saneamento e educação ambiental. Esses grupos podem colaborar na sensibilização sobre a importância do saneamento e da disposição adequada de efluentes, ajudando a conscientizar a comunidade e impulsionando o desenvolvimento de soluções sustentáveis. Esse engajamento popular fortalece a demanda por melhorias e incentiva a implementação de práticas de saneamento básico, promovendo um

ambiente mais saudável para todos. Uma forma eficaz de melhorar o sistema de esgoto em Paraty seria aumentar o número de Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs). Porém, é importante lembrar que nem todas as áreas são viáveis para a instalação dessas estações, sendo necessário um mapeamento urbano do município para identificar as áreas adequadas para a instalação e melhoria das redes de esgoto. Como por exemplo, o centro histórico ou lugares em que essa instalação comprometa monumentos e edifícios tombados. Atualmente, além da quantidade insuficiente dessas estações, as ETEs existentes cobrem menos de 50% do território, deixando grande parte da população desassistida (IBGE, 2023).

A construção da cidade de Paraty ocorreu sem o planejamento de uma rede de esgoto adequada, tornando praticamente inviável reformar o centro histórico para integrar um sistema de

esgotamento sanitário. No entanto, os problemas de esgoto no centro também refletem o descaso com o saneamento nos bairros periféricos. Embora essas áreas tenham sido urbanizadas mais recentemente, elas replicam as deficiências do centro histórico em relação ao tratamento de esgoto.

Diante disso, é essencial desenvolver um plano de saneamento que contemple a instalação de redes de esgoto nos bairros periféricos, priorizando a preservação ambiental e a saúde pública. Essa medida reduziria a carga de poluição nas afluentes, tanto nas áreas centrais quanto nas periféricas, evitando que o esgoto não tratado seja despejado em rios e praias, prejudicando o ecossistema e impactando negativamente o turismo.

Além de melhorar o ambiente urbano e a qualidade de vida dos moradores, a implementação de um sistema de esgoto eficiente nas áreas fora do centro histórico contribuiria para a

valorização das áreas urbanas e tornaria o saneamento básico uma prioridade sustentável para o município (Maria; Pier; Chistol; Guilherme, 2011).

Com isso, podemos explicar nossa última, mas não menos importante ideia: regionalizar Paraty de acordo com a demanda de esgoto. Dividir o município em zonas com demandas semelhantes e construir uma ETE adequada para cada região garantiria uma cobertura mais ampla e eficiente. As zonas centrais, com maior volume de efluentes, poderiam ser menores, enquanto áreas periféricas, com menor demanda, poderiam ser atendidas por uma ETE a uma distância maior. Alternativamente, as regiões podem ser definidas conforme a capacidade máxima (com margem para crescimento e segurança) das ETEs, criando áreas de cobertura balanceadas (Saluta, 2011).

Municípios como Curitiba, São Paulo e Brasília adotam estratégias semelhantes

para garantir que o sistema de esgoto acompanhe o crescimento urbano de forma sustentável. Em Curitiba, por exemplo, o sistema é organizado por zonas de atendimento baseadas nas bacias hidrográficas e na capacidade das ETEs, como ocorre nas estações Belém e Atuba. Esse modelo permite uma expansão controlada das redes de esgoto, evitando sobrecarga. São Paulo, por meio da SABESP, organiza as áreas de atendimento com base na capacidade das ETEs, como nas estações de Barueri e São Miguel, equilibrando a expansão e minimizando riscos de sobrecarga (IBGE cidades, 2020, 2023).

Essa abordagem baseada na capacidade das ETEs e nas bacias hidrográficas é uma prática inteligente de saneamento, pois facilita a alocação eficiente dos recursos, reduz riscos de poluição e contribui para a preservação dos corpos d'água. Implementar um modelo semelhante em Paraty traria

maior segurança ambiental e ampliaria o acesso ao saneamento básico, promovendo desenvolvimento urbano sustentável (Pereira; Araújo, 2020).

4. Considerações Finais

Assim, é possível concluir que o processo de urbanização tardio e acelerado no Brasil originou cidades com estruturas que mais tarde ocasionaram problemas ambientais e logísticos. Paraty, desde sua fundação, foi projetada como um posto de armazenamento de matérias-primas para exportação no período colonial, sem planejamento para ser uma cidade habitável. Esse planejamento insuficiente resultou em sérios problemas de saneamento, difíceis de serem completamente revertidos.

Apesar de a democratização do acesso ao saneamento básico ser garantida por lei, esse serviço ainda é precário na cidade. A falta de sistemas de esgoto

adequados contribui para a proliferação de doenças e a poluição ambiental, como ocorre em Paraty, onde mais da metade das praias próximas não estão liberadas para uso. Essa carência de saneamento básico de qualidade representa um desafio significativo.

Com base nos resultados da visita local, conclui-se que a reversão total da poluição marinha na cidade é inviável. No entanto, medidas para reduzir essa poluição podem minimizar problemas como o mau cheiro e o risco de doenças relacionadas ao sistema de esgoto deficiente. A implementação de fossas sépticas nas residências e estabelecimentos da região é uma ação essencial para combater o problema do esgoto contaminado. Porém, é imprescindível que a população seja devidamente orientada quanto à instalação e à manutenção desses sistemas, assegurando sua eficácia. Simultaneamente, é necessário

5. Referências

fortalecer os sistemas de esgoto já existentes, exceto no centro histórico, onde as restrições arquitetônicas impedem alterações estruturais.

Essas ações, somadas ao engajamento comunitário, são cruciais para transformar a realidade local. A melhoria do saneamento básico contribuirá para a redução de efluentes sem tratamento que atingem o mar, promovendo a limpeza das águas e melhorando as condições ambientais das praias de Paraty.

Atualmente, menos da metade das propriedades da cidade dispõem de destinação adequada para seus esgotos, comprometendo seriamente o meio ambiente. Assim, é indispensável que se adote um olhar político e ambiental voltado para a cidade, priorizando soluções viáveis que levem em consideração sua história e processo de urbanização.

ANPTUR. Pesquisa da UFF aponta os impactos do turismo e mapeia pousadas do centro. 2007. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/4/100.pdf>. Acesso em: 22 set. 2024.

BLUMAR TURISMO. Blumar Turismo. Conheça o calendário cultural e turístico de Paraty em 2024. Disponível em: <https://www.blumarturismo.com.br/blog/conheca-o-calendario-cultural-e-turistico-de-paraty-em-2024/>. Acesso em: 22 set. 2024.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. História de Paraty. História - Paraty Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1510/#:~:text=Paraty%20ia,denomina%C3%A7%C3%A3o%20de%20Paraty%2C%20em%201844.> Acesso em: 22 set. 2024.

CARVALHO, L. A.; FERREIRA, M. P. Identificação dos aspectos históricos e reconhecimento da produção de cachaça para Denominação de Origem Paraty. 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/384241802_Identificacao_dos_aspectos_historicos_e_reconhecimento_da_producao_de_cachaca_para_Denominacao_de_Origem_Paraty. Acesso em: 22 set. 2024.

FANDÉ, Morto Baiém; PEREIRA, Vania Filippi Goulart Carvalho. Impactos ambientais do turismo: um estudo sobre a percepção de moradores e turistas no Município de Paraty-RJ. 2015. Universidade Severino Sombra, Vassouras, Brasil. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/Resgate/article/view/8645810>. Acesso em: 21 set. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Paraty: Dados Geográficos e Ambientais. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/paraty.html>.

MONFRÉ, Maria Alzira Marzagão. Modelos de urbanismo: conceitos, desenhos e tipos conforme "O Urbanismo" de Françoise Choay. Revista de Estudos Universitários, São Paulo, Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, 2006.

NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL. Com natureza e cultura, Paraty pode ser primeiro Patrimônio Mundial misto no Brasil. 2020. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2019/06/com-natureza-e-cultura-paraty-pode-ser-primeiro-patrimonio-mundial-misto-no-brasil>. Acesso em: 21 set. 2024.

PAES, Maria Tereza Duarte. Trajetórias do patrimônio cultural e os sentidos dos seus usos em Paraty (RJ). Resgate, Campinas, v. 23, n. 2, p. 119-134, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/Resgate/article/view/8645810>.

PARATY. Câmara Municipal. Lei Complementar nº 20, de 1 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o uso e ocupação do solo do município de Paraty. Paraty, RJ: Câmara Municipal de Paraty, 2004. Disponível em: https://www.paraty.rj.leg.br/camaraparaty/painel/Leis/2004/Lei_Complementar_20_2004.pdf. Acesso em: 22 set. 2024.

PEREIRA, Iara; ARAÚJO, Andréa. Plano de Saneamento Básico de Brasília: Planejamento e Gestão. Cadernos MetrÓpole, v. 20, n. 42, p. 209-230, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/G43GQ69PBc7Jk3vC8KJKRxx/>. Acesso em: 11 nov. 2024.

PREFEITURA DE CURITIBA. Águas de Curitiba: Meio ambiente. Prefeitura de Curitiba, Curitiba, 2024. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/aguas-de-curitiba/3136>. Acesso em: 11 nov. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CULTURA: Secretaria Municipal de Cultura. Cultura Paraty. 2024. Disponível em: <https://www.paraty.rj.gov.br/o-governo/secretaria-atribuicao/secretaria-municipal-de-cultura#:~:text=A%20relevo%20C3%A2ncia%20hist%C3%B3rica%20social%20e,de%20festivais%20culturais%20passando%20pelos>. Acesso em: 22 set. 2024.

Prefeitura Municipal de Paraty. Paraty. 2024. Disponível em: <https://www.paraty.rj.gov.br/>. Acesso em: 22 set. 2024.

SALUTA. Guia completo sobre fossa séptica: funcionamento e dicas de manutenção. Saluta, 2024. Disponível em: <https://saluta.com.br/guia-completo-sobre-fossa-septica-funcionamento-e-dicas-de-manutencao/>. Acesso em: 11 nov. 2024.

SÃO PAULO . Plano Municipal de Saneamento Básico: Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico e seus Impactos nas Condições de Vida, Volume I. Prefeitura de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/habitacao/arquivos/PMSB_Volume_I.pdf. Acesso em: 11 nov. 2024.

SOUZA, A. C.; SANTOS, R. C. Intervenções territoriais e comunitárias em saúde mental de comunidades tradicionais de Paraty. 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/384463994_Intervencoes_territoriais_e_comunitarias_em_saude_mental_de_comunidades_tradicionais_de_Paraty. Acesso em: 10 nov. 2024.

UNESCO. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Paraty e Ilha Grande – Patrimônio Mundial. 2019. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/1308/>. Acesso em: 22 set. 2024.

UNESCO. Paraty e Ilha Grande – Patrimônio Mundial. 2019. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/1308/>. Acesso em: 11 nov. 2024.

UOL. Paraty é reconhecida como Patrimônio Cultural e Natural da Humanidade. 2010 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/07/05/paraty-e-reconhecida-como-patrimonio-cultural-e-natural-da-humanidade.htm>.

POUSADA
DO
QUILOMBO
DO
CAMPINHO

0249 181270

Ri

Jovens Cidadãos: Transformando Comunidades Rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

João Vitor Moreira Pereira, aluno do 2º do Ensino Médio da Escola Criativa Idade Sistema Educacional.

Guilherme Maran de Azevedo, aluno do 2º do Ensino Médio da Escola Criativa Idade Sistema Educacional.

Nicole Souza Lemes, aluna do 1º do Ensino Médio da Escola Criativa Idade Sistema Educacional.

Mayara Costa Kozikoski, aluna do 3º do Ensino Médio da Escola Criativa Idade Sistema Educacional.

Yuri Pereira de Paula, aluno do 2º do Ensino Médio da Escola Criativa Idade Sistema Educacional.

Lucas André Marciano, Licenciado em História, Professor de História da Criativa Idade Sistema Educacional.

Resumo

O crescimento não planejado de uma cidade acarreta diversos problemas em sua infraestrutura, como a acessibilidade e até mesmo a coleta de resíduos sólidos. Paraty, a área de estudo desta pesquisa, carrega consigo essas diversas consequências, que afetam, com intensidades variadas, o turismo da cidade e a qualidade de vida da população. Assim, a pesquisa traz como problemática a falta adequada de distribuição de lixeiras na cidade de Paraty e propõe uma intervenção que visa reduzir, ou até solucionar, o problema. A proposta foi desenvolvida depois de uma caracterização da área de estudo, com dados socioeconômicos, contexto histórico e uma pesquisa de campo, relatada no texto.

Palavras-Chave: Engenharia Urbana, Resíduos Sólidos, Planejamento Urbano, Paraty, Urbanização

1. Introdução

A urbanização é um processo que está diretamente ligado ao modo de produção adotado majoritariamente no planeta, ou seja, está diretamente ligada aos processos capitalistas. Ela começa a se intensificar a partir do momento em que nos tornamos sociedades industriais, afinal, “as redes de informação e de articulação da economia capitalista ganham dimensão global, tendo nas cidades seu principal espaço de comando” (Luís, 2006; Alzira, 2015).

Esse fenômeno vem se intensificando gradativamente ao longo do tempo, fazendo com que ocorram diversas mudanças sociais, econômicas e ambientais nas cidades. A evolução acelerada da urbanização causou diversos problemas, principalmente em grandes centros urbanos. Entre esses problemas a alta densidade

demográfica, a falta de saneamento básico, transporte urbano inadequado, segregação espacial e a degradação ambiental (Santos, 2005).

Dentro de um contexto em que a organização dos centros urbanos era feita de forma que aumentava e facilitava a disseminação de doenças, surge o urbanismo. A ideia de alterar a organização e infraestrutura da cidade para evitar essa transmissão foi a gênese do urbanismo. Angela Moulin caracteriza uma das principais funções do urbanismo, o planejamento urbano, como “[...] instrumento de política para enfrentar as transformações sociais, políticas e econômicas derivadas da emergência da sociedade de base urbano-industrial” (Moulin, 2012).

Uma das principais atividades que faz com que ocorra organização e desenvolvimento na cidade é o

planejamento urbano. Aplicando a criação de uma “meta” para o futuro da cidade e, aliado a isso, a utilização de instrumentos urbanísticos, jurídicos e financeiros para alcançar essa meta. Esse planejamento surgiu por conta das transformações sociais, políticas e econômicas decorrentes da industrialização, visando ao controle de solo urbano, programas habitacionais e infraestrutura urbanística (Santos, 2005).

Por outro lado, a falta de um planejamento adequado faz com que se desenvolvam diversos problemas, como o crescimento em forma desordenada e desorganizada, gerando áreas urbanas ilegais, especulação imobiliária e dificuldade na prestação de serviços públicos essenciais, além da segregação social, em que áreas de baixa renda se tornam marginalizadas e com infraestrutura sucateada (Santos, 2005).

No Brasil, a urbanização se intensificou depois de 1940, ano em que o Brasil contava com uma taxa de urbanização de 26,35%, que ao longo de 40 anos cresceu pouco mais de 42%, atingindo 68,86% em 1980. Esse crescimento tem relação direta com as políticas e o projeto adotado durante o governo de Getúlio Vargas na década de 40, o projeto nacional-desenvolvimentista, que visava diminuir a dependência do Brasil em relação a exportação a partir da diversificação das atividades econômicas, com foco na indústria (Bastos, 2006; Santos, 1988).

Por conta disso, foi durante as décadas de 60 e 70 que a urbanização no país passou a ser mais complexa, devido à “modernização e ampliação dos transportes e das comunicações; uma expansão capitalista no campo e nas demais atividades; um movimento de migração muito forte; uma nova divisão do trabalho social e territorial, que se

superpõe a divisão do trabalho social e territorial anterior,[...]”, entre outros fatores (Santos, 1988). O planejamento urbano no Brasil se tornou necessário quando foi preciso uma reforma nas cidades para enfrentar a transmissão de doenças, pois a estrutura das cidades, a forma como eram organizadas, potencializava esse contágio.

Observamos no Brasil uma grande desigualdade socioeconômica e indivíduos habitando lugares insalubres. Com isto vemos que, em outubro de 2016 no Equador ocorreu a III Conferências das Nações Unidas, sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III, 2016). A conferência debate os eixos de renovar os compromissos políticos dos Estados sobre o tema do desenvolvimento urbano sustentável, como analisado nos últimos vinte anos, que leva em consideração o combate à pobreza e os desafios emergentes que, a partir disso, consiga concretizar uma nova

agenda urbana global (ONU, 2016).

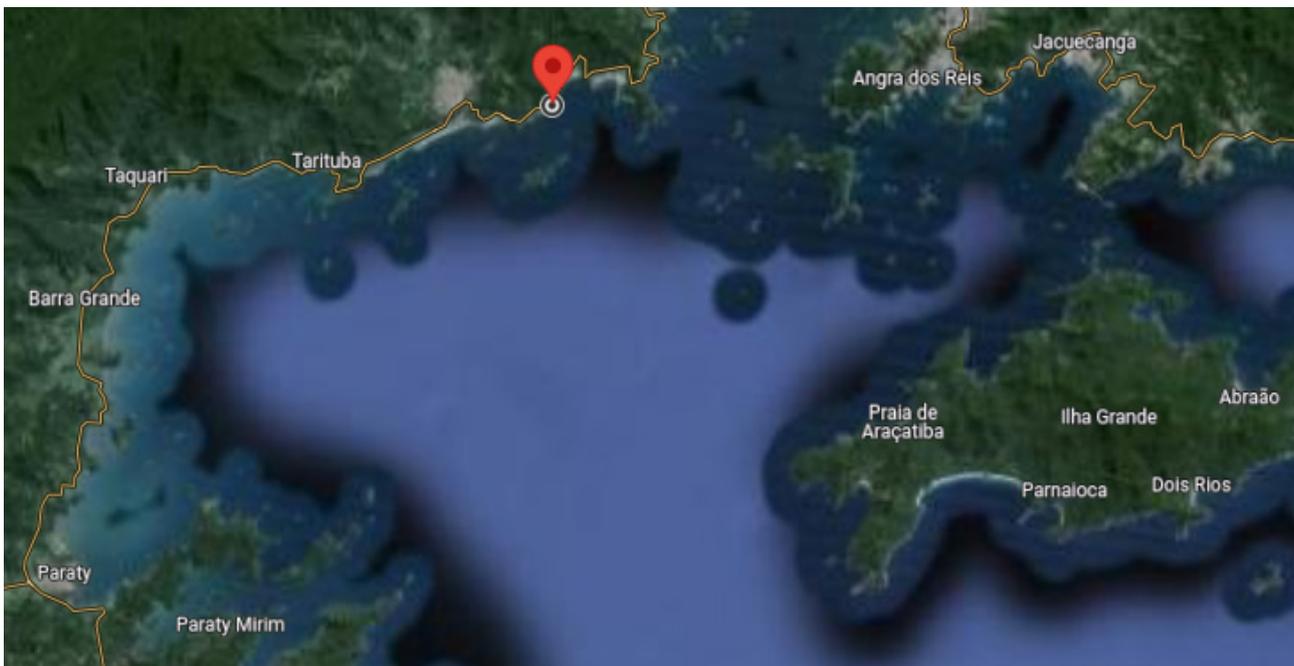
Com isto, se sobressai o Habitat II, realizado em Istambul, na Turquia, em 1996, o reconhecimento ao direito à moradia digna para todos sem discriminação. Em relação disto, temos a obra literária “Quarto de Despejo” de Maria Carolina de Jesus, que retrata uma das milhares de famílias marginalizadas nas periferias de São Paulo, sem condições de moradias dignas e vidas insalubres, que, quando aplicado o Habitat II garante os direitos básicos a serem exercidos aos cidadãos.

Com isto, a pesquisa tem como objetivo um maior entendimento sobre questões pautadas na coleta e manejo de resíduos sólidos. Para tanto, foi estabelecido como universo de estudo o município de Paraty, no estado do Rio de Janeiro, visando compreender questões pautadas na coleta de resíduos sólidos em municípios brasileiros.

1.1 Caracterização da Área de Estudo

Paraty é uma cidade litorânea localizada no estado do Rio de Janeiro. A cidade foi fundada oficialmente em 1667; contudo, o início da colonização da região remonta a 1502, ano em que uma expedição portuguesa “descobriu” a Baía de Ilha Grande (Caponero, 2019; Guerra, 2013; Marcelo, 2011). A Figura 1 mostra a localização da Baía de Ilha Grande, destacada por um marcador vermelho no topo da imagem.

Figura 1: Localização da Baía da Ilha Grande



Fonte: GOOGLE MAPS, 2024

Em 1726 foi construído o Porto de Paraty. A construção do porto foi imprescindível para a economia da cidade, afinal, ele se tornou o principal ponto de escoamento de metais preciosos durante o Ciclo do Ouro. A maior parte do ouro extraído em Minas Gerais tinha como destino Paraty, de

onde era exportado. Além disso, o porto era fundamental para a importação de africanos escravizados e de ferramentas usadas na mineração. Evidentemente, o Porto de Paraty se tornou um dos mais importantes da época. Além disso, Paraty tinha forte relação com o cultivo de café e cana-de-açúcar, sendo esta última transformada em aguardente (Caponero, 2019; Marcelo, 2011).

Já no século XIX, com o declínio do Ciclo do Ouro, a cidade passou a focar na comercialização de outros produtos, como café, arroz, farinha e aguardente, sendo o café o principal deles. Contudo, a comercialização de café em Paraty entrou em declínio devido à concorrência com o café paulista e à construção de ferrovias em 1864, que conectaram o Rio de Janeiro a outras cidades. O auge dessa decadência ocorreu em 1870, quando uma ferrovia chegou à cidade de Guaratinguetá, no noroeste de Paraty, transferindo o transporte de café do porto para

as ferrovias. Esse momento marcou o início da paralisação do porto e do comércio paratiense, levando muitos moradores a deixarem a cidade.

A mão de obra escravizada era fundamental para a economia de Paraty, chegando a representar mais da metade da população. Com a Lei Áurea, em 1888, a cidade perdeu grande parte de sua força de trabalho escravizada, afetando ainda mais sua economia (Marcelo, 2011).

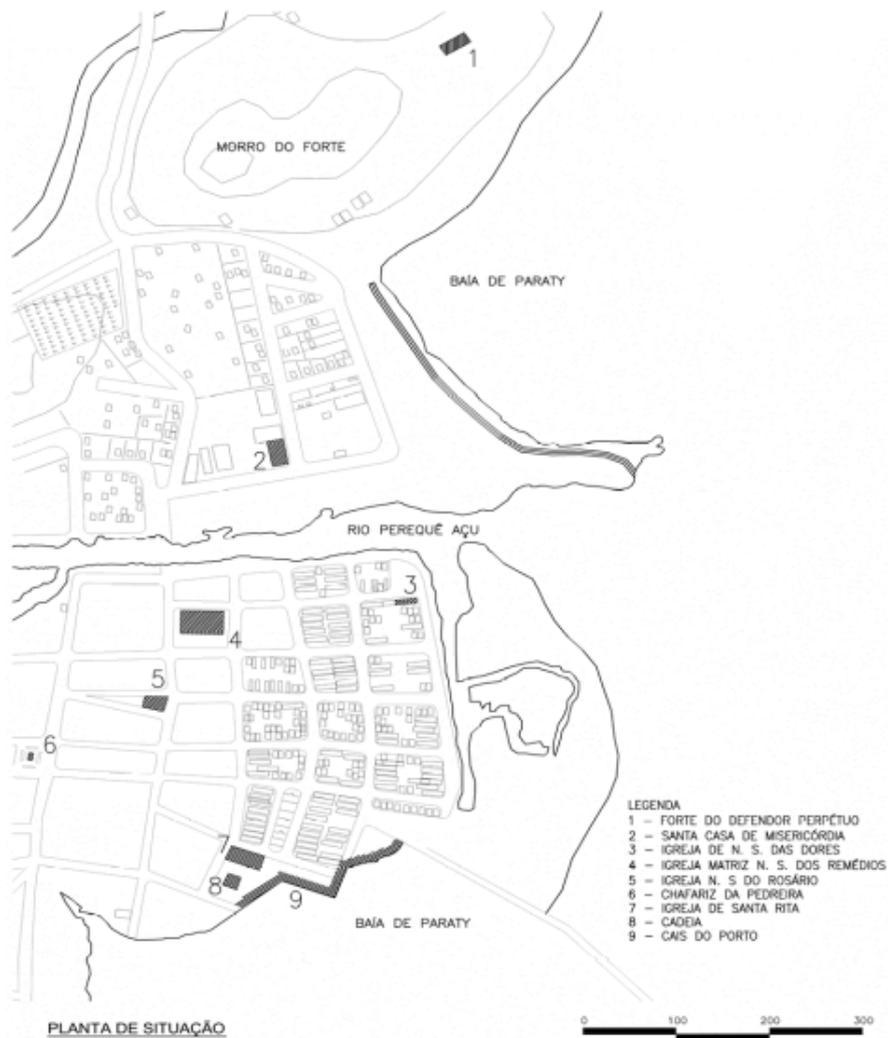
Devido ao declínio econômico e ao êxodo populacional, Paraty "parou no tempo", preservando suas características coloniais. Por essa razão, em 18 de setembro de 1945, foi declarada Monumento Histórico do Estado pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A preservação arquitetônica se deve tanto ao congelamento econômico quanto à falta de interesse político e de pressão popular por mudanças urbanísticas. A Figura 2 apresenta o centro histórico de

Paraty, destacando a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios e outros pontos relevantes.

Treze anos após ser declarado Monumento Histórico do Estado, em 13 de fevereiro de 1958, o município

paratiense foi tombado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Em 1966, a cidade foi elevada à categoria de Monumento Histórico Nacional.

Figura 2: Mapa do centro histórico de Paraty



Fonte: Marcelo, 2011

1.2 Dados Socioeconômicos da Cidade de Paraty

Como indicado na Tabela 1, Paraty possui uma área territorial de 924,3 km² e uma população residente de 45.243 habitantes. Em Paraty, apenas 2.500 moradores têm acesso ao saneamento básico. Além disso, apenas 56,4% do esgoto é tratado, enquanto o restante não é coletado nem tratado (IBGE, 2010).

A população residente recebe, em média, 2,2 salários mínimos, possivelmente devido ao fato de a cidade ser considerada turística. A taxa de mortalidade infantil é de 10,12% (IBGE, 2022).

Tabela 1: Dados socioeconômicos de Paraty

Área territorial	População Residente	Esgotamento sanitário adequado	Salário médio mensal dos trabalhadores formais (Salário mínimo)	Mortalidade infantil
924,296 km ²	45.243 indivíduos	56,4%	2,2	10,12%

Fonte: IBGE, 2010 e 2022, adaptado pelos autores, 2024.

A lei prega conceitos pautados em uma cidade sustentável, embora, na prática, limite o acesso a serviços básicos. Observamos que, em muitas cidades litorâneas, a lei é aplicada apenas no papel. Grande parte dessas cidades

descartam o esgoto diretamente nas marés, o que as torna insustentáveis e restringe o acesso a serviços básicos, como o saneamento, para os moradores da região.

De acordo com o Art. 206 do Código Civil: "Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público Municipal e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações." Entretanto, vemos que esse direito não é respeitado, com um volume significativo de resíduos de esgoto descartados nas marés e índices de tratamento de esgoto muito abaixo do ideal. Isso gera adversidades tanto para os moradores locais quanto para os turistas.

Após a realização de trabalhos de campo entre os dias 2, 3, 4, 5 e 6 de setembro de 2024, constatou-se que o esgoto da população residente não é tratado, conforme indicado pelo IBGE. Todo o esgoto produzido é despejado diretamente nas marés, o que prejudica a qualidade de vida da população e viola a lei. Assim, o objetivo deste trabalho

é propor uma intervenção relacionada à temática de resíduos sólidos, com o objetivo de melhorar os processos de coleta e tratamento.

2. Materiais e Métodos

A pesquisa foi realizada em quatro etapas principais. A primeira etapa visa obter dados sobre Paraty, englobando o contexto histórico, o turismo, a cultura, o patrimônio cultural, a sociedade e as legislações do município. A pesquisa foi conduzida por meio de artigos, consultas ao site do IBGE e análise do plano diretor da cidade.

A segunda etapa foi destinada ao entendimento da legislação municipal, bem como das leis federais e estaduais que incidem sobre as questões debatidas.

A terceira etapa foi a pesquisa de campo, realizada nos dias 2, 3, 4, 5 e 6 de setembro, um momento em que houve contato presencial com a cidade e seus habitantes.

A quarta etapa foi destinada à formulação de uma proposta de intervenção que visa mitigar o problema infraestrutural e sanitário de coleta de resíduos sólidos, identificado durante a pesquisa de campo e embasado no uso de dados.

3. Resultados e Discussões

Após a pesquisa de campo realizada de 02/09/2024 a 06/09/2024, percebeu-se que poucos habitantes têm seu esgoto coletado, há uma notável má distribuição de lixeiras e falta de acessibilidade no centro da cidade e, a partir de conversas com os guias, entendeu-se que a cidade pode deixar de ser patrimônio cultural e natural mundial, reconhecido pela Unesco, caso não proporcione as condições básicas para seus moradores e visitantes.

Segundo a Lei 2.312 do Código Nacional de Saúde, o descarte impróprio de resíduos sólidos no Brasil é proibido. Entretanto, com a má distribuição

de lixeiras ou quantidade insuficiente delas, as pessoas tendem a descartar o lixo em qualquer lugar, aumentando ainda mais a sujeira nas ruas. Isso pode criar um ciclo vicioso: quanto mais lixo acumulado, menos as pessoas se sentem motivadas a manter o ambiente limpo, gerando problemas ambientais e de saúde, além de prejudicar a estética da cidade. Paraty é conhecida por sua beleza e seu patrimônio histórico; no entanto, uma cidade suja pode afastar turistas, sendo o turismo uma de suas principais fontes de economia, o que afeta negativamente a economia local (Brasil, 1954).

Outro grande malefício, quando há o descarte de lixo em áreas de vegetação, é a proliferação de doenças. O acúmulo de resíduos atrai insetos, roedores e outros animais, que podem transmitir doenças para a população. Além disso, o lixo acumulado pode gerar mau cheiro e poluição do ar, afetando a qualidade de vida dos moradores (Gomes, 2022).

Em relação à coleta do lixo reciclável gerado em Paraty, durante a visita, nada foi visualizado, mas, de acordo com a própria Prefeitura de Paraty, a coleta de recicláveis ocorre e é realizada pela própria prefeitura em parceria com a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis (Paraty 2024).

Os problemas apresentados acima possuem relação com os processos de expansão urbana do município, pois este se expandiu sem um planejamento correto, o que limita a qualidade de vida dos moradores locais ao gerar diversos problemas, como saneamento básico precário, instabilidade no fornecimento de energia elétrica, ausência de elementos de acessibilidade, insegurança e carência de sinalização turística, etc. (MTUR, 2015).

3.1 Proposta de Intervenção

Embora haja a coleta de 98,46% dos resíduos sólidos, a partir da pesquisa de campo, foi notável a falta de

uma infraestrutura adequada para o descarte de lixo nas vias públicas, o que ocasiona o descarte inapropriado desses resíduos.

O problema com o descarte de lixo no centro da cidade não é uma questão encontrada exclusivamente em Paraty. O mesmo problema ocorreu e foi enfrentado em cidades como Itararé e Franco da Rocha. Instalar mais lixeiras de forma bem distribuída no centro da cidade foi a solução encontrada pelas prefeituras das duas cidades, que possuem populações semelhantes, e até 3 vezes maiores quando comparadas à de Paraty, que é de 45.243 habitantes, enquanto a de Itararé é de 44.438 habitantes e a de Franco da Rocha é de 144.849 habitantes (Itararé, 2016; Franco da Rocha, 2014; IBGE, 2022).

Para Paraty, tanto pela importância do turismo quanto pela qualidade de vida que a cidade deve fornecer, realizar o mesmo processo será muito importante, mas também é necessário

explicitar que cumprir com os objetivos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos faz parte da legislação brasileira, mais especificamente a Lei do Saneamento, ou Lei nº 11.445, na qual, de acordo com o próprio Plano Diretor de Paraty, “o saneamento básico compreende um conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas” (Paraty, 2023).

Em decorrência disso, é imprescindível que a Secretaria Municipal de Paraty atribua mais lixeiras acessíveis à população. Após realizar o estudo da área de Paraty, onde não há a presença de lixeiras, a Prefeitura deve implantar lixeiras em pontos estratégicos, como foi realizado em Conselheiro Lafaiete, onde foram instaladas lixeiras em

locais públicos com grande circulação e fluxo de pessoas, como no centro histórico de Paraty, e disponibilizar para a população residente lixeiras em frente às moradias. Como feito em Itararé, quatro lixeiras instaladas por quarteirão poderiam diminuir o descarte inadequado de resíduos sólidos e fornecer maior conforto e qualidade de vida para quem mora, ou visita, a cidade.

É pertinente destacar que, até o momento desta pesquisa, não foram encontradas leis e normas que impeçam a instalação de lixeiras no centro histórico, desde que, evidentemente, isso não interfira na preservação do patrimônio. Por conta disso, é recomendado que as lixeiras instaladas não sejam chamativas, tomando como referência a letra “D” do Artigo 134, no qual “sejam adotadas as cores e materiais de revestimento indicados pela Prefeitura Municipal, ao aprovar o projeto de reforma,

através de diferentes opções”. O artigo faz referência aos casos de reforma, mas as lixeiras devem ser instaladas respeitando a mesma lógica de preservação, para que não interfiram na paisagem, e também para que não exijam a perfuração das calçadas, principalmente no centro histórico. Com isso, a Figura 3 demonstra uma lixeira instalada em Franco da Rocha como modelo de lixeira a ser instalada.

Figura 3: Modelo de lixeira instalado em Franco da Rocha



Fonte: Franco da Rocha, 2014

Evidentemente, Paraty possui particularidades, debatidas anteriormente no texto, que provavelmente farão ser necessária uma adaptação das lixeiras, como a adição de uma estrutura capaz de suportá-las sem a perfuração do chão. A lixeira de Franco da Rocha apresenta-se apenas como exemplo de uma lixeira implantada em um centro urbano e que se mostrou funcional.

Assim, a cidade passa a ter uma melhoria no manejo e na limpeza urbana, o que melhora a qualidade de vida da população, tornando-a mais agradável para a visitação e cumprindo uma lei federal (Itararé, 2016; Paraty, 2023; Conselheiro Lafaiete, 2022; Franco da Rocha, 2014).

4. Considerações Finais

A falta de planejamento urbano voltado à coleta adequada de lixo, assim como ocorreu em Paraty, a área de estudo, pode desencadear diversos problemas na infraestrutura, como a acessibilidade e a coleta de resíduos sólidos. Dessa forma, a proposta de intervenção visa solucionar o problema relacionado à falta de lixeiras, a partir da implantação de mais lixeiras em pontos estratégicos.

A proposta visa mitigar o problema dos resíduos sólidos, além de cumprir uma legislação federal, a Lei do Saneamento, que entende que “o saneamento básico compreende um conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas”, e também, ao fornecer uma

melhor qualidade de vida, realizará a manutenção da cidade de Paraty como patrimônio cultural e natural mundial.

Desse modo, o presente trabalho pode servir de exemplo para outros trabalhos voltados à regulação do espaço urbano no tocante a intervenções urbanas que visam à melhoria na coleta de resíduos sólidos.

Em conclusão, a proposta tem potencial para diminuir consideravelmente o problema com o manejo de resíduos sólidos, melhorando a qualidade de vida da população, cumprindo uma lei federal e mantendo Paraty como patrimônio cultural e natural mundial.

5. Referências

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A Construção do Nacional-Desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a Dinâmica de Interação entre Estado e Mercado nos Setores de Base. 2006. Disponível em: https://anpec.org.br/revista/vol7/vol7n4p239_275.pdf. Acesso em: 28 ago. 2024.

CARTILHA Reciclar Transforma. Prefeitura de Paraty. Disponível em: [70](https://www.paraty.rj.gov.br/conteudo/downloads/paraty-</p></div><div data-bbox=)

espera-por-voce/Cartilha_Reciclar_Transforma.pdf. Acesso em: 7 out. 2024.

CAPONERO, Maria Cristina; GIRALDI, Rita C.; LEITE, Edson. Paraty, patrimônio mundial da Unesco: preservação da história, da memória, da cultura e da biodiversidade. Revista Confluências Culturais. Disponível em: <https://periodicos.univille.br/RCC/article/view/181>. Acesso em: 28 ago. 2024.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. CNM ressalta atuações municipais de fiscalização contra o descarte inadequado de resíduos sólidos. 2023. Disponível em: <https://cnm.org.br/comunicacao/noticias/cnm-ressalta-atuacoes-municipais-de-fiscalizacao-contra-o-descarte-inadequado-de-residuos-solidos>. Acesso em: 29 out. 2024.

GALINDO, Ernesto; AMANAJÁS, Roberta Monteiro. Nova agenda urbana do Brasil à luz do Habitat III. Dez. 2016. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1fBZ5dpQE2KNZC6vVVIffHhw1snUWqZ141/view>. Acesso em: 28 ago. 2024.

GOMES, Andressa Olivia da Silveira; BELÉM, Monica de Oliveira. O lixo como um fator de risco à saúde pública na cidade de Fortaleza, Ceará. Sanare, v. 21, n. 1, p. 21-28, 2022.

GUERRA, A. J. T.; BEZERRA, J. F. R.; JORGE, M. do C. O.; FULLEN, M. A. The geomorphology of Angra dos Reis and Paraty municipalities, Southern Rio de Janeiro State. Revista Geonorte, 12 jan. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/1141>. Acesso em: 28 ago. 2024.

IBGE. Cidades e Estados, Franco da Rocha (SP). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/franco-da-rocha.html>. Acesso em: 28 out. 2024.

IBGE. Cidades e Estados, Itararé (SP). Disponível em: <https://www>.

[ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/itarare.html](https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/itarare.html). Acesso em: 28 out. 2024.

IBGE. Cidades e Estados, Paraty (RJ). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/paraty.html>. Acesso em: 27 maio 2024.

INSTITUTO ÁGUA E SANEAMENTO. O saneamento em Paraty - RJ. Disponível em: <https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/rj/paraty>. Acesso em: 29 out. 2024.

IPHAN. Código de Obras do Município de Paraty. 16 nov. 1983. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_n_655_de_16_de_novembro_de_1983.pdf. Acesso em: 21 nov. 2024.

IPHAN. Paraty (RJ). 4 mar. 2015. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/busca?search_query=tombamento+de+Paraty&do_search=y&buscar=buscar. Acesso em: 28 ago. 2024.

LEI Nº 11.445. Planalto. 5 jan. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm. Acesso em: 18 nov. 2024.

LEI ORDINÁRIA 8316/2006 de Poços de Caldas - MG. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/p/pocos-de-caldas/lei-ordinaria/2006/832/8316>. Acesso em: 12 nov. 2024.

MARCELO, Hernán Venegas. Patrimônio cultural e turismo no Brasil em perspectiva histórica: encontros e desencontros na cidade de Paraty. 2011. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/28725/Patrim%20cultural%20e%20turismo%20no%20Brasil%20em%20perspectiva%20hist%20rica_%20encontros%20e%20desencontros%20

na%20cidade%20de%20Paraty.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 28 ago. 2024.

PARATY inaugura novo sistema de coleta seletiva. Recicloteca (Centro de Informações sobre Reciclagem e Meio Ambiente), 2 fev. 2018. Disponível em: <https://www.recicloteca.org.br/noticias/paraty-inaugura-coleta-seletiva/>. Acesso em: 7 out. 2024.

PLANO Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Paraty. Prefeitura de Paraty, 2 dez. 2023. Disponível em: https://www.paraty.rj.gov.br/conteudo/downloads/plano-diretor/PD-PARATY-TOMO-I-DIAGNOSTICO-V03_2023.pdf. Acesso em: 18 set. 2024.

PREFEITURA de Conselheiro Lafaiete. Prefeitura inicia a instalação de lixeiras em toda cidade. 4 abr. 2022. Disponível em: <https://conselheirolafaiete.mg.gov.br/v2/prefeitura-inicia-a-instalacao-de-lixearas-em-locais-publicos/>. Acesso em: 12 nov. 2024.

PREFEITURA de Franco da Rocha. Lixeiras são instaladas no Centro da cidade. 25 nov. 2014. Disponível em: <https://www.francoarochoa.sp.gov.br/noticia/2014/11/25/lixearas-sao-instaladas-no-centro-da-cidade/>. Acesso em: 28 out. 2024.

PREFEITURA de Itararé. Prefeitura instala lixeiras no centro da cidade. 20 jun. 2016. Disponível em: <https://itarare.sp.gov.br/prefeitura-instala-lixearas-no-centro-da-cidade/>. Acesso em: 28 out. 2024.

RIBEIRO FIGUEIREDO, Kaline. Descarte de lixo inadequado da população brasileira. Revista Extensão, Palmas, v. 7, n. 4, p. 138-140, 2023. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/extensao/article/view/9180>. Acesso em: 19 nov. 2024.

SANTOS, Angela Moulin S. Penalva. Planejamento urbano: para quê e para quem? Revista de Direito da Cidade, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/9699>. Acesso em: 28 ago. 2024.

SANTOS, Milton. Espaço e sociedade no Brasil: a urbanização recente. 1 jan. 1988. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1dA8jNzp3p9CfJfBVzcHK48p0z_J_calY/view. Acesso em: 28 ago. 2024.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. 13 mar. 2013. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1tI0hS44hYhwGGKMFRT1IsJtch53TINT/view>. Acesso em: 28 ago. 2024.



Comparação de Aspectos Legislativos e Práticos Relacionados à Acessibilidade na Mobilidade Urbana: Estudo de caso em Paraty (RJ)

Luna Pereira de Podestá, aluna do 3º do Ensino Médio da Escola Criativa Idade Sistema Educacional.

Carlos Daniel Martins Gonçalves, aluno do 1º do Ensino Médio da Escola Criativa Idade Sistema Educacional.

João Saheki Skulski, aluno do 2º do Ensino Médio da Escola Criativa Idade Sistema Educacional.

Pedro Ghiraldello Furtado, aluno do 2º do Ensino Médio da Escola Criativa Idade Sistema Educacional.

José Henrique Silva Freitas, aluno do 1º do Ensino Médio da Escola Criativa Idade Sistema Educacional.

Gabriela Vilela Cordeiro, aluna do 3º do Ensino Médio da Escola Criativa Idade Sistema Educacional.

Felipe Facci Inguaggiato, Doutor em Engenharia Urbana (UFSCar). Professor EBTT no Instituto Federal Fluminense (IFF) – Campus Macaé.

Resumo

O crescimento demográfico brasileiro foi fomentado pelo processo de industrialização do país e ocorreu de forma desigual e desordenada, haja vista falta de planejamento da estruturação do crescimento urbano acarreta em problemas físicos que afetam diretamente a vida da população, como é o caso da ausência de acessibilidade nos espaços públicos para pessoas com mobilidade reduzida. Desse modo, este trabalho tem como objetivo, primeiramente, contextualizar o tema por meio do processo brasileiro de industrialização. Em segundo plano, busca debater o direito à cidade por meio da comparação de documentos

legais, artigos acadêmicos e institucionais com a caracterização da área de estudo realizada na cidade tombada de Paraty (RJ). Esta análise nos indicou a dissonância entre as legislações e o espaço urbano, e tem-se como objetivo final inspirar outros patrimônios históricos a implementar reformas urbanísticas que garantam o direito de ir e vir das pessoas com mobilidade reduzida.

Palavras-Chave: Engenharia Urbana, Industrialização, Direito à Cidade, Mobilidade Reduzida, Planejamento Urbano.

1. Introdução

De acordo com o arquiteto e urbanista Jan Gehl (2014), em seu livro “Cidade para Pessoas”, as cidades são compostas pelas pessoas que a ocupam e participam ativamente dos seus atrativos. Entretanto, a falta de coesão das cidades (a falta, ou inexistência, de planejamento dos espaços públicos, de prioridade para pedestres, a má distribuição de recursos e oportunidades em bairros negligenciados) acabam segregando a população. Nesse sentido, observa-se o processo de ocupação do território brasileiro, que teve um desenvolvimento socioeconômico desigual devido a fatores históricos, econômicos, políticos e sociais (Santos, 2005). Esse crescimento teve um aumento significativo em um curto espaço de tempo, onde, de acordo com Santos (1988, p.88): “O Brasil é um país que, a cada ano, tem sua população aumentada em 3.000.000 de habitantes, quando existem numerosos países que têm este contingente total de população (...)” e, com esses dados, é possível constatar o significativo crescimento demográfico brasileiro

que foi fomentado pelo processo de industrialização do país.

Analiticamente, entre 1940 e 1950, o número de pessoas no meio rural superava o urbano. Porém, com a industrialização, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, a população urbana cresceu rapidamente, incentivada por melhores condições de vida e trabalho nas cidades, o que contribuiu para o fortalecimento da metropolização e o desenvolvimento de cidades médias, cujas populações também aumentaram gradativamente, criando novos polos urbanos e transformando a estrutura demográfica do país (Santos, 1988).

As cidades intermediárias, ou médias, surgem para atender a uma demanda crescente de consumo e se expandem devido à melhoria da rede viária, que reduz o tempo de viagem e aumenta a acessibilidade entre cidades (Santos, 1988). Conjuntamente a isso, são criados os subúrbios urbanos, locais

dos quais servem de segregação socioeconômica, em que moradores com pouca ou nenhuma influência no giro do capital sofrem com a falta de investimentos e acesso a serviços essenciais, como saneamento básico, saúde e educação de qualidade. Essa falta de desenvolvimento reflete num projeto de elitização dos centros urbanos, onde direitos civis são muitas vezes negligenciados e permanecem apenas no plano ideológico.

Em vista do rápido e desordenado crescimento demográfico brasileiro foram criados diferentes conceitos ligados ao planejamento urbano com o objetivo de organizar o crescimento das cidades e melhorar a expectativa de vida da população, baseados, por exemplo, no Plano Haussmann, liderado por Georges Eugène Haussmann em Paris, que estabeleceu um marco no pensamento urbanístico ao incorporar ideais higienistas e modernizar a cidade por meio da demolição de áreas

insalubres, da criação de novos espaços urbanos e da divisão em bairros organizados. Essas transformações, embora promovessem a saúde e a beleza urbanas, resultaram na valorização das terras e na expulsão de moradores de baixa renda, fenômeno conhecido como gentrificação (Monte-Mór, 2006; Santos, 2005). Esse modelo foi adotado no Brasil após a abolição da escravatura e a Proclamação da República, quando o país buscava abandonar características coloniais e modernizar seus centros urbanos seguindo o padrão europeu.

Como consequência, Lefebvre (2012) apresenta reflexões sobre o direito à cidade, analisando conceitos e fenômenos como reflexo do planejamento urbano desordenado, constatando, por exemplo, a concentração de riquezas em determinados territórios valorizados economicamente, o que resultou na concentração de hospitais e comércios

nesses locais, afastando a população mais pobre dos recursos necessários para viver. Além disso, o autor discute a destruição de locais tradicionais e a expulsão de residentes para a construção de monumentos que atendiam às demandas do período industrial (Marguti; Costa; Galindo, 2016).

O debate sobre o direito à cidade está diretamente relacionado à lógica de distribuição dos recursos no espaço urbano, ou seja, à distância entre as áreas de produção e consumo e as áreas de moradia. E, com o objetivo de mitigar as desigualdades geradas por essa seleção criteriosa, o Estado, de modo geral, em escala internacional, buscou estabelecer quais mazelas sociais têm direito de acessar os recursos e quem deve ser afastado dos centros e mantido na pobreza dos subúrbios urbanos, surgiu a Habitat I, um programa estabelecido pelo Programa das Nações Unidas para

Assentamento Humano.

Desde sua fundação, a Habitat tem promovido discussões entre os países membros sobre a afirmação de direitos e a implementação de políticas públicas para a construção de cidades mais justas. Nesse contexto, destacam-se: Habitat I, realizada em Vancouver, Canadá, em 1976, quando foi reconhecida mundialmente a necessidade de assentamentos urbanos sustentáveis diante da urbanização acelerada; e Habitat II, realizada em Istambul, Turquia, em 1996, onde foi reafirmado o direito à moradia adequada para todos, sem discriminação.

No Brasil, os efeitos da Habitat II se manifestaram cerca de quatro anos após a conferência, com a aprovação da Emenda Constitucional que incluiu o direito à moradia na Constituição de 1988 em seus artigos 182 e 183 (Brasil, 1988). Entretanto, somente com o Estatuto da Cidade, Lei n. 10.257/2001

(Brasil, 2001) apresentou-se uma série de avanços relacionados ao direito à cidade sustentável (Marguti; Costa; Galindo, 2016).

Nesse sentido, com a promulgação da Constituição de 1988 e, posteriormente, com a Lei nº 10.257/2001, foi considerado que o mesmo “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo (...)” (Brasil, 2001, parágrafo único), tornou-se possível regulamentar de forma mais eficaz o crescimento urbano, garantindo leis que assegurem o bem-estar populacional e ambiental.

Desse modo, o Estatuto da Cidade apresenta uma ampla gama de projetos voltados para a regularização, democratização e desenvolvimento da gestão urbana, que devem, ou deveriam, ser implementados por meio dos planos diretores (Brasil, 2001). Por sua vez, os planos diretores são leis obrigatórias a municípios com mais

de vinte mil habitantes, presentes em regiões metropolitanas e aglomerações urbanas com a finalidade de orientar o crescimento e o desenvolvimento urbano. Nos municípios com população acima de vinte mil habitantes, os planos diretores devem, obrigatoriamente, definir a função social das diferentes áreas, sejam elas urbanas ou rurais, privadas ou públicas, incluindo áreas de cidades-satélites. No entanto, nem todos os planos diretores são implementados conforme os preceitos sociais estabelecidos pelo Estatuto da Cidade.

Por exemplo, apesar de presente no Estatuto da Cidade, Art. 41, parágrafo 3º, e no Estatuto da Pessoa com Deficiência, Art. 1º, questões voltadas à acessibilidade, na prática observa-se algumas lacunas estruturais nos espaços urbanos (Brasil, 2001).

Desse modo, ao se observar a lacuna entre a legislação vigente no Brasil e a realidade dos municípios no país,

nota-se uma disparidade significativa entre o que é proposto pela lei e o que é efetivamente implementado na maioria dos municípios. Assim, entende-se a necessidade de fomentar medidas voltadas à acessibilidade nesses locais. Por fim, o objetivo deste trabalho é, por meio de propostas mitigadoras, influenciar projetos de forma propositiva e metodológica, a fim de realizar intervenções em espaços públicos carentes de acessibilidade.

2. Materiais e Métodos

O trabalho estruturou-se em um procedimento metodológico dividido em quatro etapas. O primeiro momento foi dedicado à construção do alicerce teórico e bibliográfico do projeto. Nessa fase, foram realizadas buscas, análises e pesquisas com temáticas relacionadas à urbanização, direito à cidade e acessibilidade, com o objetivo de compreender os conceitos teóricos

ligados à temática.

A segunda etapa buscou compreender processos legais e regulatórios relacionados à acessibilidade no espaço urbano, em portais e órgãos governamentais como o IPHAN e o IBGE, além de legislações federais e municipais extraídas da Constituição Brasileira, dos Comitês Brasileiros, da Lei Orgânica e dos Planos Diretores de Paraty.

A penúltima etapa voltou-se à identificação da área de estudo e à análise de seus processos socioeconômicos e legais por meio de documentos históricos e legislações locais, estabelecendo como universo de estudo o município de Paraty, localizado no estado do Rio de Janeiro. Para verificação da problemática apontada anteriormente, foi realizado um trabalho de campo no município de Paraty, entre os dias dois e sete de setembro de 2024, a fim de observar e analisar os problemas estruturais

identificados na etapa anterior

Uma vez entendidas as questões legislativas e os problemas encontrados no universo de estudo, a última seção do trabalho consistiu em construir uma proposição de intervenção com alternativas que possam mitigar os problemas encontrados anteriormente, relacionadas especificamente à acessibilidade municipal.

2.1 Caracterização da área de estudo

Paraty, cidade localizada no litoral do estado do Rio de Janeiro, possui uma extensão territorial de 924 km² (IBGE, 2022) e uma população residente de 45.243 habitantes (IBGE, 2022), além de ser considerada patrimônio cultural mundial pelo seu conjunto arquitetônico e paisagístico, tombados pelo IPHAN, em 1958 (IPHAN, 2014).

O município teve um status relevante para a economia do Brasil no séc. XVIII e XIX por ter servido de ligação comercial para os estados de Rio de

Janeiro, Minas Gerais e São Paulo devido aos seus portos que permitiam a entrada de escravos e a saída do ouro, e posteriormente, do café (IPHAN, 2014).

Após ter prosperado com os portos, se destacou pela produção de pinga e derivados da cana, o que movimentou a economia local (Paraty, 2023).

Entretanto, houve uma estagnação econômica no momento em que surgiram outras vias e estradas que realizavam o transporte das mercadorias, e o município se encontrava isolado geograficamente por um período aproximado de cem anos. Somente na década de 1970 que Paraty voltou a se integrar à nova economia da região com a construção da rodovia Rio-Santos (IPHAN, 2014).

Hoje, Paraty é um destino turístico popular, conhecido por sua arquitetura dominante da segunda metade do séc. XVIII e das primeiras décadas do séc. XIX, incorporadas por ruas de pedra,

casarões coloniais e igrejas antigas (IPHAN, 2014). Além disso, a cidade se localiza na divisa entre o estado do Rio de Janeiro e São Paulo, sendo constituída pela Serra da Bocaina e pelos rios e vales que dela descem, sendo um lugar propício para atividades de ecoturismo (Paraty, 2023).

Do ponto de vista legislativo, o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do município de Paraty, lei complementar nº 34, aprovada no ano de 2007 e atualizada no ano de 2023, é executado pelo Poder Público Municipal, tendo por finalidade orientar o desenvolvimento do turismo sustentável através da conciliação da proteção dos seus patrimônios natural e cultural ao desenvolvimento socioeconômico do Município de Paraty - garantindo à população o direito à cidadania e o incremento do bem estar da comunidade (Paraty, 2023).

Ademais, do ponto de vista de acessibilidade, a Lei nº 1931/2013

dispõe sobre a Criação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, que visa fiscalizar e assegurar os direitos básicos das pessoas com deficiência, incluindo áreas como educação, saúde, trabalho, lazer e transporte. Este conselho atua para promover o bem-estar social e econômico dessas pessoas, em conformidade com a Constituição Federal (Paraty, 2013). Por fim, a Lei Orgânica de Paraty, promulgada em 1990, reforça esses direitos ao prever a adoção de mecanismos que facilitem o livre acesso em eventos públicos para deficientes físicos (Art. 156) (Paraty, 1990), enquanto o Art. 134 da lei nº 655/1983 em sua seção III (das reformas e reparos) promulga que somente serão permitidas obras de reformas e reparos desde que respeitem a estrutura original dos edifícios, mantendo as cores e materiais de revestimento indicados pela Prefeitura Municipal com consultoria do IPHAN (Paraty, 1983).

3. Resultados e Discussões

Em contraposição às legislações citadas, durante a pesquisa de campo, foi possível notar grande falta de acessibilidade em toda a estrutura arquitetônica do município de Paraty. O calçamento de pedra das ruas, por exemplo, além de transmitir a história do Brasil colonial, evidencia que a cidade não é planejada para todos. As ruas do centro histórico de Paraty são um obstáculo para aqueles que não conseguem caminhar sobre elas, como demonstra a Figura 1. E, por mais que seja difícil intervir na estrutura de uma cidade tombada, uma das justificativas plausíveis para a ausência de soluções é a falta de interesse, o que exemplifica as desigualdades sociais presentes e questões correlatas ao direito a cidade se configurar conforme críticas apontadas por Harvey (2012).

Figura 1: Passarelas inacessíveis, compostas por degraus, acúmulo de água e desníveis.



Fonte: Autores, 2024.

Além do mais, observa-se também infraestruturas de locomoção não que a falta de planejamento nas ocorrem apenas na Zona do Bairro

Histórico, mas também em arruamentos e calçadas dos bairros residenciais da cidade, que também corroboram para os problemas de acessibilidade já citados, conforme a Figura 2.

Figura 2: Calçada não funcional; calçadas tomadas por vegetação; sinalização de faixa de trânsito desgastada.



Fonte: Autores, 2024.

Observa-se que a negligência de direitos em relação à acessibilidade ao meio urbano faz com que haja uma seleção entre aqueles que podem acessar os recursos da cidade e os que devem ficar reclusos. Nesse sentido, a ausência de calçadas adaptadas e rampas adequadas limita significativamente a mobilidade de deficientes físicos, restringindo a sua participação na vida social, o que acaba levando à uma sensação de isolamento, invisibilidade e exclusão, uma vez que barreiras físicas impedem a interação e o pleno envolvimento com o restante da comunidade. LeFebvre (2012), nesse sentido, aponta que a produção do espaço, como ela é organizada, privilegia certos grupos, enquanto exclui outros, o que resulta em uma cidade fragmentada e desigual – indo ao encontro do observado nas Figuras 1 e 2.

Por fim, a efetividade de um espaço público democratizado no município é falho na medida em que os pressupostos no Estatuto da Cidade (Brasil, 2001) não foram instituídos de modo satisfatório mesmo depois dos seus 23 anos de promulgação, podendo ser contraposta com a realidade em detrimento dos problemas urbanos citados.

3.1. Propostas de Intervenção

Considerando os problemas ressaltados na seção anterior, e buscando proposições de coletâneas de intervenções já concretizadas em áreas consideradas como patrimônio histórico, evidenciam-se trabalhos como os do mestrando Leonardo Menezes, sob a supervisão e orientação do chefe da Casa do Patrimônio do Iphan, é condizente considerar a efetividade de propostas de intervenção nestas áreas, ao observar, em seu trabalho, a

construção do projeto rota-piloto, cujo objetivo é a construção de rampas e travessias que tornem alguns trechos mais acessíveis para pessoas com mobilidade reduzida (Universo da Inclusão, 2024).

“O sucesso de uma intervenção como essa, com potencial de impactar positivamente um grande número de pessoas, corrobora a missão institucional do Iphan e pode ser vista também como uma ferramenta de educação patrimonial”, afirmou o chefe da equipe do Escritório Técnico do Iphan na Costa Verde (ETCV), André Cavaco, em relação ao projeto (Universo da Inclusão, 2024).

Outra intervenção que pode dar luz aos projetos de novo calçamento em Paraty pode ser inspirados na rota de acessibilidade realizada em Salvador (BA), no bairro Pelourinho que, assim

como Paraty, é tombado pelo IPHAN e pela UNESCO por ser considerado patrimônio histórico da humanidade (Belitardo, 2023).

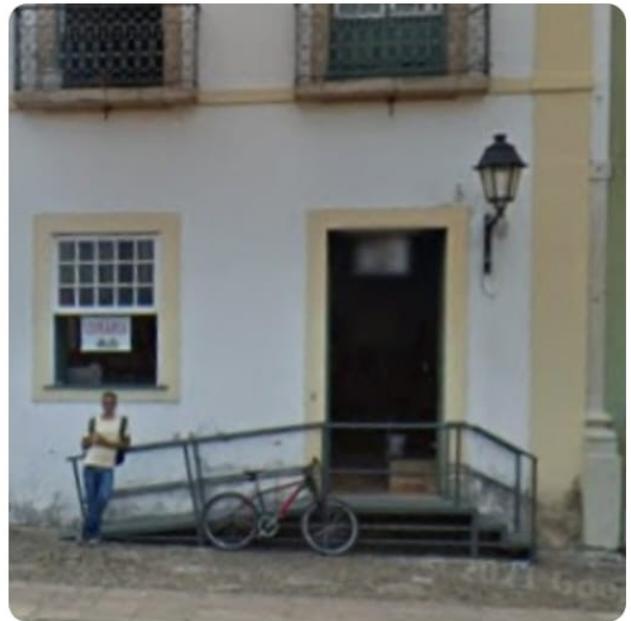
Em Pelourinho, houve o alargamento das calçadas, que passaram de 0,60 m para 1,50 m de largura, seguindo normas técnicas nacionais (ABNT, 2015), como a construção de rampas na Fundação Casa de Jorge Amado e, nos pontos de cruzamento de ruas, a construção de passarelas em concreto ciclópico revestidas por pedras planas e lisas, que criaram um asfaltamento com alto grau de nivelamento, evitando trepidação. Essas soluções, além de ajudarem as pessoas com mobilidade reduzida, conseguem manter o padrão da estrutura original do arruamento (Oliveira, 2016), conforme Figuras 3 e 4.

Figura 3: (da esquerda para a direita) passarela da praça do Largo do Cruzeiro de São Francisco antes da requalificação e depois da requalificação em concreto ciclópico, respectivamente.



Fonte: Martins, 2012. Org: Autores, 2024.

Figura 4: Rampa no Largo de São Francisco e rampa lateral, que não compromete a entrada principal, na Catedral-Basílica Primacial de São Salvador.



Fonte: Martins, 2012; Google Street View, 2024. Org.: Autores, 2024.

Dessa maneira, as calçadas deverão possuir uma largura mínima de 1,50 m, de acordo com a ABNT NBR 9050, a fim de garantir a passagem de cadeirantes e outros dispositivos de mobilidade. Além disso, postes e vegetação situar-se em uma faixa lateral para liberar o caminho central da calçada (ABNT, 2015).

Para evitar deslizamentos e proporcionar uma superfície regular, as calçadas devem ser reformadas com um material antiderrapante e resistente. Os pisos intertravados e o calçamento em concreto ciclópico seriam boas alternativas para solucionar esse problema, visto que são materiais de alta durabilidade e baixo custo (Cavalcanti; Amorim; Almeida Junior, 2011).

As rampas devem ser implantadas com guardas-corpo e em locais estratégicos, como entradas de prédios, cruzamentos e pontos de acesso ao transporte público. Elas

também devem ser constituídas por concreto, que, apesar de ser um material mais custoso, oferece maior segurança, pois garante longevidade e baixa necessidade de manutenção por ser adequado para áreas externas. Para reforçar a segurança, o uso de material antiderrapante é essencial, especialmente em locais propensos à chuva e outras intempéries (Silva, 2020).

Para garantir que a rampa seja acessível, são definidos os limites máximos de inclinação, os desníveis a serem vencidos e o comprimento da rampa através da equação $i = \frac{h \times 100}{c}$ em que i é a inclinação, expressa em porcentagem (%); h é a altura do desnível; e c é o comprimento da projeção horizontal (ABNT, 2015).

Conforme a NBR 9050, as rampas devem possuir uma inclinação de acordo com os limites estabelecidos na Tabela 1.

Tabela 1: Dimensionamento de rampas.

Desníveis máximos de cada segmento de rampa h (em m)	Inclinação admissível em cada segmento de rampa i (em %)
1,50	5,00 (1:20)
1,00	5,00 (1:20) < i ≤ 6,25 (1:16)
0,80	6,25 (1:16) < i ≤ 8,33 (1:12)

Fonte: ABNT-NBR-9050, 2020. Org.: Autores, 2024.

Por fim, visando a Lei nº 655/1983, em seus Art. 82, 134 e 135, cabe a Prefeitura Municipal de Paraty, em concordância com o IPHAN, licenciar, executar, fiscalizar e quantificar o custo de obras, reformas e construções necessárias a serem implementadas (Paraty, 1983). Dessa forma, reforça-se que é de responsabilidade municipal e institucional a concretização de práticas que mitiguem os problemas correlatos a falta de acessibilidade urbana do município.

4. Considerações Finais

Conforme debatido no capítulo introdutório deste trabalho, a falta de planejamento urbano voltado

a locomoção dos indivíduos acaba limitando as funções culturais e sociais do espaço urbano, uma vez que o potencial para tornar uma cidade viva e acessível está justamente nas pessoas que são impedidas de ocupar esses espaços, sendo de suma importância reverter essa situação por meio de cidades coesas, sendo essas com distâncias curtas entre os espaços, como os espaços públicos atraentes e multifuncionais.

Contudo, o desordenamento do crescimento demográfico brasileiro impediu a coesão das cidades e, a partir da comparação de dados, foi possível notar a fragilidade da

Constituição, que visa (apenas em teoria) a convivência igualitária entre os indivíduos residentes no território nacional. Também é notório que a Lei nº 13.146/2015, em seu art. 1º, destinada a “assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência (...)” (Brasil,, 2015), não é promulgada de forma igualitária e uniforme.

Isso pôde ser diagnosticado ao considerar o município de Paraty, onde, por meio de análises legislativas e do trabalho de campo, foi possível compreender essas questões supracitadas. Neste município, observou-se ruas compostas por pedras de formatos irregulares e tamanhos variados, calçadas inexistentes, mal planejadas e inacessíveis.

Desse modo, a proposta de intervenção recomendada ao longo deste trabalho visa sanar essa problemática, por meio da reforma e adaptação dos

calçamentos, para que atendam ao direito à inclusão da pessoa com mobilidade reduzida. Tal medida não deve ser encarada como privilégio, mas sim como um mecanismo de implementação de direito para todos, sem distinção.

Uma vez entendido que esses problemas são observados em grande escala em municipalidades de todo o país, espera-se que os resultados obtidos neste trabalho sirvam de modelo metodológico e propositivo para a realização de intervenções em espaços públicos com acessibilidade deficitária.

5. Referências

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015. Disponível em: <https://acessibilidade.unb.br/images/PDF/NORMA_NBR-9050.pdf>. Acesso em: 25 out. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 12 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 mai de 2024.

BELITARDO, Adele. O Pelourinho em Salvador: da arquitetura colonial ao Olodum. ArchDaily Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/1001370/o-pelourinho-em-salvador-da-arquitetura-colonial-ao-olodum>. Acesso em: 8 nov. 2024.

Cavalcanti, E. C. M., Amorim, R. P. F., & Almeida Junior, G. S. (2011). Pavimentação Intertravada: Utilização de Resíduo de Construção e Demolição para Fabricação e Assentamento de Paviers. XV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e XI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação, Universidade do Vale do Paraíba. Disponível em: https://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2011/anais/arquivos/RE_0111_0102_01.pdf. Acesso em: 13 de nov. de 2024.

GEHL, Jan. Cidade para pessoas. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014. Disponível em: https://www2.fag.edu.br/professores/solange/2021.1%20-%20URBANISMO%20LEG.%20URBANA%20EST.%20CIDADE/BIBLIOGRAFIA/4.4%20Livro_Cidade_para_pessoas_-_Jan_Gehl_text.pdf. Acesso em: 8 nov. 2024.

HARVEY, David. O direito à cidade. Lutas sociais, n. 29, p. 73-89, 2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Paraty. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/paraty.html>. Acesso em: 12 ago. 2024.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Código de Obras do Município de Paraty. 16 nov. 1983. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_n_655_de_16_de_novembro_de_1983.pdf. Acesso em: 21 nov. 2024.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Tombamentos em Paraty. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/381/#:~:text=Em%20Paraty%2C%20houve%20diferentes%20tombamentos,conjunto%20arquitet%C3%B4nico%20e%20paisag%C3%ADstico%20do>. Acesso em: 23 jul. 2024.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). História de Paraty. História - Paraty. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1510/#:~:text=Paraty%20ia,denomina%C3%A7%C3%A3o%20de%20Paraty%2C%20em%201844>. Acesso em: 22 set. 2024.

MARGUTI, Bárbara Oliveira; COSTA, Marco Aurélio; GALINDO, Ernesto Pereira. A trajetória do planejamento urbano no Brasil. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9155/1/A%20Trajet%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MARTINS, Laura. Pelourinho acessível. Cadeira Voadora. Disponível em: <<https://cadeiravoadora.com.br/pelourinho-acessivel/>>. Acesso em: 21 nov. 2024.

MONTE-MÓR, R. L. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 61-85, 2006.

OLIVEIRA, Hamilton. Projeto Pelô Acessível (Pelourinho-Salvador). Casa Adaptada, 1 fev. 2016. Disponível em: <<https://casadaptada.com.br/2016/02/projeto-pelo-acessivel-pelourinho-salvador/>>. Acesso em: 6 nov. 2024.

PARATY. Sobre a cidade. Disponível em: <<https://www.paraty.rj.gov.br/a-cidade/sobre>>. Acesso em: 7 jul. 2024.

PARATY. Lei nº 655, de 16 de novembro de 1983. Dispõe sobre o Código de Obras do Município de Paraty. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_n_655_de_16_de_novembro_de_1983.pdf>. Acesso em: 16 out. 2024.

PARATY. Lei Orgânica do Município de Paraty. Paraty, RJ, 1990. Disponível em: http://www.paraty.rj.leg.br/camaraparaty/docs/lei_organica.pdf. Acesso em: 5 nov. 2024.

PARATY. Lei nº 1.931, de 14 de maio de 2013. Dispõe sobre a regulamentação do transporte turístico no município de Paraty e dá outras providências. Paraty: Câmara Municipal, 2013. Disponível em: <https://paraty.rj.leg.br/camaraparaty/painel/Leis/2013/_1931_2013.pdf>. Acesso em: 22 set. 2024.

PARATY. Plano Diretor Participativo de Paraty: Tomo I - Diagnóstico. Versão 03. Paraty: Prefeitura Municipal de Paraty, 2023. Disponível em: <https://www.paraty.rj.gov.br/conteudo/downloads/plano-diretor/PD-PARATY-TOMO-I-DIAGNOSTICO-V03_2023.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2024.

SANTOS, Milton. "Espaço e sociedade no Brasil: a urbanização recente." Geosul, v.3, n.5, p.85-100. 1988.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. Edusp, 2005.

UNIVERSO DA INCLUSÃO. Histórica Paraty inicia obras de acessibilidade. Disponível em: <<https://www.universodainclusao.com.br/historica-paraty-inicia-obras-de-acessibilidade/>>. Acesso em: 18 out. 2024.



A Falta de Acessibilidade para Pessoas com Deficiência (PcDs) e Questões de Saneamento Básico na Cidade Histórica de Paraty (RJ)

Maria Eduarda Resende Felizardo, aluna do 2º do Ensino Médio da Escola Criativa Idade Sistema Educacional.

Gustavo Lamberti Ferreira, aluno do 2º do Ensino Médio da Escola Criativa Idade Sistema Educacional.

Isadora Silveira Mesquita de Paula, aluna do 1º do Ensino Médio da Escola Criativa Idade Sistema Educacional.

Ana Luisa Vieira Veloso, aluna do 3º do Ensino Médio da Escola Criativa Idade Sistema Educacional.

Fabio Leandro da Silva, Doutor em Ecologia e Recursos Naturais (UFSCar). Pós-Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana (UFSCar).

Resumo

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa sobre saneamento básico e acessibilidade na cidade de Paraty, Rio de Janeiro. O objetivo geral foi explorar como as estratégias de planejamento têm sido aplicadas em Paraty e comparar essas práticas com modelos mais amplos, desde o planejamento tradicional até as abordagens mais modernas e participativas. O estudo visa avaliar o impacto dessas práticas na sustentabilidade e inclusão social na cidade. Os métodos utilizados foram pautados em pesquisa bibliográfica, análise qualitativa e exploratória, além de trabalho de campo. Como resultado, foram propostas intervenções práticas para a cidade em relação aos temas, visando contribuir com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Palavras-Chave: Engenharia Urbana, Acessibilidade, Saneamento, Plano Diretor, Urbanização.

1. Introdução

A palavra espaço é muito utilizada por diversos autores e em diversas áreas do conhecimento. Na geografia é utilizada a expressão espaço ou espaço geográfico, o que é associado com uma parte da superfície terrestre.

No entanto, para além disso, Santos (2006, p. 39) definiu como “[...] um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não sendo considerados isoladamente, mas como o único quadro no qual a história se dá”. Silva, Guedes e Azevedo (2023) aponta que a visão de Milton Santos é clássica e não estabelece com clareza o objeto natural e a sua relação com a natureza.

Sabe-se que, tanto as ações quanto os objetos são dependentes da sistemicidade presente no território

(Faria; Bortolozzi, 2016). A paisagem então é formada por objetos naturais e artificiais que podem sofrer alterações ao longo do tempo, implicando em sua materialidade (Silva; Guedes; Azevedo, 2023).

Desta forma, é evidente que a compreensão do espaço é complexa, em razão dos atores e relações sociais existentes, assim como as categorias (ex: estrutura, processos, função) que auxiliam na formação espacial (Saquet; Silva, 2008) já que o espaço é influenciado por ações passadas e também pelos processos presentes. Logo, é importante compreender cada terminologia e suas implicações para o enfrentamento de problemas e implementação de estratégias voltadas para a gestão e planejamento urbano. A paisagem pode ser entendida como

um conjunto de elementos (naturais ou não) que expressam heranças e representações da relação entre ser humano e natureza (Santos, 2006); já o território é marcado pela conotação de domínio e controle em uma dada área, com forte relação com a dimensão política e econômica (Rocha, 2006).

Historicamente, o planejamento urbano nasceu como instrumento político para as transformações (sociais, políticas e econômicas) da emergente sociedade urbano industrial, inicialmente sobre o caráter higienista para evitar a propagação de doenças. Santos (2012) aponta que, com o passar do tempo houve o urbanismo tecnocrático modernista, neste momento planejar a cidade se torna uma tarefa árdua por englobar aspectos como antecipar o futuro, usar instrumentos urbanísticos, jurídicos e financeiros; apesar dos investimentos públicos em obras no, um aspecto que tem dificultado é a

realização de desapropriações, o que torna o processo dispendioso.

Ao longo de várias décadas, o planejamento urbano se desenvolveu no Brasil por meio de diversas modalidades (e.g. novas cidades, disciplinamento do uso e ocupação do território, planejamento físico) (Vilaça, 1999). Emerge entre 1928 e 1930, as ideias iniciais do Plano Diretor, situação observada no "Plano Aguache" que foi desenvolvido pelo arquiteto Alfred Agache para realizar o enfrentamento dos problemas funcionais da capital carioca, ganhando grande relevância nas décadas seguintes (Moreira, 2007). O Plano Diretor é um instrumento de gestão municipal aprovado por lei específica que atua no curto e médio prazo, considerando aspectos do meio físico e socioeconômico para que seja possível a concretização de uma cidade sustentável, através de medidas como o zoneamento para disciplinamento

do uso e cobertura do solo, evitando aspectos negativos do desenvolvimento urbano (Oliveira *et al.*, 2020).

O Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) torna obrigatório o Plano diretor para todas as cidades com mais de 20 mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas e em áreas de influência de empreendimentos de significativo impacto ambiental; sua finalidade é auxiliar em melhorias no espaço urbano, promover a função da sociedade, fixar regras para beneficiamento, além de considerar a totalidade do território municipal (Brasil, 2001).

Cabe enfatizar que, em nosso país foram às necessidades regionais que começaram a demandar o planejamento, especialmente entre as décadas de 50 e 60 na região sudeste por causa da expansão urbano-industrial e a necessidade de se atender os interesses políticos e econômicos, ainda mais com o Golpe Militar em

1964 e a população empobrecida e sem condições de manter um lar saudável (Monte-Mór, 2006). Uma grande parcela dos problemas atrelados à urbanização enfrentados pelas populações se relacionam com o planejamento urbano incipiente e a falta da fiscalização dos mecanismos normativos, além que o sistema vigente atravessa tudo e a todos (Monfré, 2015).

A falta de planejamento urbano provoca diversos aspectos negativos, como: perda de qualidade da água, problemas de drenagem urbana, esgotamento sanitário, poluição/contaminação, infraestrutura insuficiente, geração de resíduos sólidos (Sugahara; Ferreira; Guedes, 2022). Tal cenário pode agravar o aquecimento global em função da emissão de gases de efeito estufa, assim como a favelização e problemas com os meios de transporte. Constantemente, é abordado nos veículos de comunicação os problemas enfrentados em grandes capitais, como

São Paulo e Rio de Janeiro. Entretanto, estes problemas também são observados em municípios menores, como o caso de Paraty, no Estado do Rio de Janeiro.

Logo, a realização de estudos abordando questões atreladas ao planejamento urbano, pode contribuir para a melhoria da vida da população, especialmente em relação ao saneamento básico e acessibilidade por Pessoas com Deficiência (PcDs), pontos de grande relevância no município de Paraty (RJ). O alinhamento dos esforços e estratégias podem contribuir para o avanço da Agenda 2030, contribuindo para a concretização de objetivos como "saúde e bem-estar", "água potável e saneamento", "cidades e comunidades sustentáveis" e "vida na água", favorecendo o desenvolvimento sustentável (Nações Unidas Brasil, 2024).

Os objetivos do presente trabalho engloba: (i) verificar os efeitos da

urbanização e suas consequências, explorando o Plano Diretor de Paraty (RJ); (ii) compreender a influência de aspectos socioeconômicos no histórico de ocupação do município; (iii) verificar in loco se a legislação é aderente à realidade local; e (iv) desenvolver uma proposta de intervenção, sob a luz do Plano Diretor de Paraty (RJ), focando nas áreas que precisam ser melhoradas. A presente pesquisa analisa as questões de planejamento urbano, através de uma abordagem baseada nos desafios para Paraty (RJ).

2. Materiais e Métodos

2.1. Área de Estudo

Paraty é um município situado no Estado do Rio de Janeiro, localizado nos Hemisférios Sul e Ocidental, situado ao oeste do Meridiano de Greenwich e abaixo da Linha do Equador, um pouco acima do Trópico de Capricórnio. Observa-se no município a presença do bioma Mata Atlântica, além de uma

variedade de ecossistemas marinhos, tais como manguezais e recifes de corais (Dias; Seixas, 2017). O clima, segundo a classificação de Köppen-Geiger é do tipo Af, marcado por ser do tipo tropical e com chuvas distribuídas ao longo de todos os meses, inclusive nos mais secos (Climate-Data, 2024). Com mais de 45.243 pessoas e uma densidade populacional de 48,95 hab/km², Paraty (RJ) apresenta pouco mais de 27% dos domicílios urbanos com arborização e 30,9% dos domicílios com urbanização adequada, além de apresentar 19,9 internações por 100 habitantes por causa de diarreia (IBGE, 2024).

O município apresenta evidências da ocupação humana não indígena desde a chegada dos europeus na América do Sul (Paraty, 2023). Apesar das divergências históricas da ocupação de Paraty (RJ), acredita-se, que entre 1540-1560, já existia um núcleo no Morro da Vila Velha (denominado Morro

do Forte nos dias atuais); por outro lado, existe uma vertente que em 1597, Martim Corrêa de Sá realizou uma expedição contra os indígenas guaianás no Vale do Paraíba; outros historiadores apontam que ao longo do século XVII, o sistema de Capitanias hereditárias contribuiu para o povoamento, assim como o povoado acaba se rebelando e demandam a separação de Angra dos Reis, culminando na criação da Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty (Paraty, 2024). Paraty desempenhou um papel de destaque entre os séculos XVIII e XIX, devido ao escoamento de produtos como o café e açúcar (Dias; Seixas, 2017), mas perdeu relevância por causa do declínio desses ciclos econômicos.

2.2. Procedimentos metodológicos

Os métodos neste trabalho foram baseados em: (i) análise bibliográfica, (ii) abordagem qualitativa, (iii) análise exploratória e (iv) trabalho de

campo. Tratando-se do levantamento bibliográfico, a busca de artigos ocorreu no *Scholar Google* sem recorte temporal, o que permitiu o levantamento de informações críticas e análises dos temas apresentados pelos pensadores da geografia, bem como artigos científicos relacionados com a temática do urbanismo e a aplicação do Plano Diretor enquanto instrumento de política pública.

Na sequência, foi realizada a abordagem qualitativa do Plano Diretor de Paraty (RJ), verificando quais são os seus principais pontos, os mecanismos voltados para o território, o cenário de sustentabilidade e a ordenação do território.

Na parte exploratória, ocorreu o levantamento de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialmente dados econômicos, sobre a população de Paraty, saneamento básico e o histórico da ocupação do município. O principal

intuito foi compreender o atual cenário de Paraty (RJ).

Por fim, a última etapa teve como foco a atuação prática, que envolveu o trabalho de campo. Na ocasião, o território foi visitado durante a primeira semana de setembro de 2024. Durante a visita conduzida na cidade Paraty, ocorreu a observação das condições da cidade, a obtenção de fotos e anotações dos achados. A ação contribuiu para que fossem realizadas confrontações com o atual Plano Diretor do município, evidenciando possíveis incoerências, que serão elencadas para a proposição de intervenções na realidade observada.

3. Resultados e Discussão

3.1. Planejamento Urbano e o Plano Diretor

O planejamento pode ser definido como um "contínuo que envolve a coleta, organização e análise sistematizadas das informações, por meio de

procedimentos e métodos, para chegar a decisões ou a escolhas das melhores alternativas para o aproveitamento dos recursos disponíveis [...] (Santos, 2004, p. 24)”. Mesquita e Ferreira (2016) salientam que o planejamento possibilita o reconhecimento da realidade atual e a seleção de caminhos que favoreçam a construção de um referencial futuro, ordenando os usos e ocupação do território.

Por sua vez, o urbano pode ser compreendido como assentamentos dotados de alta densidade populacional e infraestrutura construída, cujas áreas são desenvolvidas pelo processo de urbanização que dá origem a cidades, vilas e também aos subúrbios (Comín, 2020).

Sendo assim, o planejamento urbano é o processo que busca a organização e sistematização de informações, pautados em métodos consolidados, com o foco de favorecer a escolha de alternativas que visem possibilitar a

construção de cenários futuros no meio urbano, de modo a otimizar o emprego dos recursos disponíveis e promover o desenvolvimento sustentável a partir da aplicação de instrumentos e políticas públicas.

Logo, o Plano Diretor desempenha um papel indispensável para o planejamento urbano. Este instrumento pode ser entendido como um instrumento básico e atrelado ao processo de desenvolvimento e expansão urbana, sendo que nele estão contidas as regras para a ocupação ordenada do território e a garantia do acesso a direitos, como moradia e a preservação do meio ambiente (Paraty, 2023). Ademais, reforça-se que o Plano Diretor é um instrumento de política urbana, aprovado por lei municipal, é de caráter obrigatório em alguns casos (a exemplo de Paraty, RJ) e engloba o território municipal como um todo (Brasil, 2001).

3.2. Melhoria das vias para pessoas com deficiência (PcDs)

Paraty (RJ) é uma cidade reconhecida por seu patrimônio histórico e cultural, que abrange suas igrejas e casas construídas no estilo colonial, uma diversidade de celebrações e festivais, além de ser nomeada como Patrimônio Mundial na categoria Sítio Misto pela Organização das Nações Unidas (Brasil, 2019). Porém, existem diversos problemas na cidade que afetam a vida da população local. Apesar de ser uma cidade com grande relevância turística, muitas pessoas PcDs não possuem os seus direitos assegurados. Rodrigues e Cheibub (2020) destacam que a falta do Turismo Acessível impacta nas oportunidades de conhecer e explorar de forma autônoma e segura o Centro Histórico de Paraty (RJ).

Conforme a Lei Federal nº 13.146/2015, considera-se PcDs aqueles que “têm impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual

ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Brasil, 2015). Ainda de acordo com a referida lei, é direito deste público a acessibilidade, o direito a tecnologias assistiva, adaptações, igualdade de oportunidades, a garantia de dignidade, entre outros pontos.

Apesar do Plano Diretor de Paraty (RJ) apontar a existência de rampas de acessibilidade, é reconhecida a deficiência de logradouros sem rebaixamento da guia (Paraty, 2023). O calçamento dificultoso é um dos problemas que encontramos durante nossa estadia área de estudo, devido à irregularidade das pedras que preenchem as ruas e calçadas, conhecidas popularmente como “pé de moleque” (Figura 1), que não só

impossibilita o trânsito de pessoas escorregadias gerando um alto risco de quedas. O que torna uma tarefa muito de cadeirantes e turistas, assim como arriscada e lenta caso ela seja feita de moradores que utilizem calçados inadequados, como um salto alto. com os devidos cuidados necessários. Ademais com as chuvas e pela entrada para evitar possíveis acidentes, da maré alta se torna impossibilitada demandando medidas de intervenção. a locomoção por se tornarem mais

Figura 1: Calçada/ Rua de Paraty, conhecida popularmente como 'pé de moleque'.



Fonte: Os autores, 2024.

Paraty (RJ) é um município que possui regras voltadas para o controle do seu processo de urbanização, a elaboração de um plano integrado que engloba a infraestrutura e acessibilidade pode beneficiar a cidade e os turistas, a construção de parcerias com outras instituições poderiam potencializar os avanços (Zouain *et al.*, 2011). Desta forma, é preciso adotar como estratégia o turismo inclusivo, englobar em políticas públicas e estratégias municipais o acesso aos espaços, repensar a infraestrutura e soluções voltadas para a realidade local, como meios de transporte com baixo impacto ambiental, compatibilizar preservação e acessibilidade, enfrentar barreiras arquitetônicas por meio de projetos inclusivos, considerar o mobiliário urbano e aspectos relacionados (e.g. elevadores com cabines, sistema de informação, segurança) (Leite; Câmara; Silva, 2020). Logo, o poder público municipal pode estabelecer parcerias e

implementar estratégias voltadas para tal finalidade, enfrentando barreiras físicas e políticas no curto e médio prazo.

Os habitantes PCDs e turistas seriam beneficiados pela implementação das estratégias apontadas, o que pode contribuir com o turismo e permitir uma maior acessibilidade. Algumas medidas que podem ser adotadas, pensando no impacto e na realização de trajetos completos e mais seguros para turistas e moradores, uma das possíveis ideias são: regularidade na pavimentação de vias de acesso, implementação de piso tátil, localidades para a passagem de cadeirantes, eliminação de desníveis em calçadas, emprego do Desenho Universal (Ministério das Cidades, 2006). Considerando que a proporção de pessoas com dois anos ou mais que possuem deficiência para o Estado do Rio de Janeiro é de 8,1% (Agência IBGE Notícias, 2023), aproximadamente 3.667 pessoas podem ser beneficiadas.

3.3. Projeto Piloto de Acessibilidade

A Prefeitura Municipal de Paraty (RJ), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a sociedade civil estão realizando o Projeto Piloto de Acessibilidade (PPA). A principal finalidade deste projeto é construir rampas, travessias e calçadas, visando facilitar o acesso aos espaços públicos e promover maior acessibilidade.

É importante ressaltar que o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Federal nº 13.146/2015) destina-se a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das PcDs, visando à sua inclusão social e ao exercício de sua cidadania.

O projeto foi criado por Leonardo Menezes Xavier, arquiteto e estudante do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN. O pesquisador resalta que: “À medida em que a cidade histórica deixa de ser apenas um bem do passado e se torna

um bem apropriado pelos sujeitos do presente, seu processo de ocupação e gestão deve, necessariamente, contemplar novos conceitos, programas e funções. Nesse contexto, a promoção de acessibilidade no Centro Histórico de Paraty corrobora para que esse bem tombado se torne mais inclusivo, democrático e igualitário” (Revista Acontece Interior, 2024).

O referido município é reconhecido como o primeiro sítio misto de nosso país, sendo declarado patrimônio mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (Brasil, 2019). Dessa forma, o desenvolvimento do projeto deve compatibilizar a conservação do patrimônio e desenvolver as ações de acessibilidade.

A concretização das estratégias possibilitará o acesso equitativo às riquezas do município. As intervenções não devem provocar impactos negativos

aos valores que possibilitaram o tombamento, mas não devem perder de vista a elaboração de um projeto de acessibilidade que permita a fruição equitativa, especialmente através da rota-piloto que conecta a ponte do Pontal e a Praça da Matriz, mediante adaptações nas travessias, construção de rampas acessíveis de concreto, além de modelos experimentais para a pavimentação (IPHAN, 2024).

A implementação das alternativas elencadas vai contribuir para a concretização de políticas públicas, além de tópicos contemplados pelo Plano Diretor de Paraty (Paraty, 2023), tais como: mobilidade, o plano de desenvolvimento turístico e moradia acessível. O Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) pode ser favorecido por meio da melhoria da acessibilidade à população, dada a necessidade de acesso universal (Nações Unidas Brasil, 2024).

3.4. Tecnologia para Saneamento Básico

Diante da fragilidade relacionada ao esgotamento sanitário em Paraty (RJ), a utilização da fossa séptica é uma forma de tratamento simples e voltada para a escala doméstica. Trata-se de uma tecnologia desenvolvida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

A fossa séptica biodigestora é capaz de tratar os dejetos humanos oriundos do vaso sanitário (urina e fezes), possui fácil instalação e manutenção, o sistema básico atende a cinco pessoas, além de ser necessário o uso mensal de cinco litros de esterco bovino e água, gerando um produto que pode ser empregado como adubo em plantações perenes e gerando menor impacto que a fossa rudimentar (EMBRAPA, 2024).

Dentre as vantagens do sistema, destaca-se (Costa; Guilhoto, 2014): redução das mortes ocasionadas por doenças de veiculação hídrica; redução da carga orgânica lançadas nos corpos

hídricos; ganhos com doença evitada; realocação dos gastos com saúde; o seu tempo de vida útil é de 10 anos; e para cada R\$ 1,00 investido o retorno pode ser de R\$ 1,60 em renda interna bruta. Sendo assim, é possível destacar a contribuição para a manutenção da qualidade dos recursos hídricos subterrâneos. Neste caso, seria necessária a iniciativa do poder público para realizar a implantação da tecnologia no município, visto que os residentes muitas vezes podem não conseguir arcar com o custo necessário. Considerando o cenário encontrado, é evidente que uma parcela da população carece de banheiro. Dados oficiais apontam que 43,6% da população não possui acesso ao esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2024). Sobre se a fossa séptica biodigestor, é uma opção para auxiliar na falta de saneamento básico e tratamento de esgoto na cidade de Paraty, porém é preciso investimentos para permitir a

sua viabilidade.

A Constituição Federal, garante como direito social a saúde, e o saneamento básico está totalmente interligado e conectado com o direito a saúde dos brasileiros e da sociedade (Art. 6º), já que o mesmo pode ser considerado como uma questão de saúde pública, justamente por prevenir propagação de doenças, vírus e fornecimento de água potável à população (Brasil, 1988). Por sua vez, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 3 (saúde e bem estar), 6 (água potável e saneamento), 11 (cidades e comunidades sustentáveis) e 14 (vida na água) são diretamente impactados por meio da implementação de estratégias voltadas para a melhoria do tratamento de esgoto, atendimento de necessidades da população, redução da incidência de doenças, acessibilidade aos espaços e redução da poluição dos corpos hídricos (Nações Unidas Brasil, 2024).

A partir destas análises, é possível identificar elementos que mostram que a intervenção necessária na cidade, é da disponibilização de saneamento básico relacionado à água potável e sistema de esgoto de maneira pública em Paraty (RJ), trazendo mais e iguais resultados neste âmbito.

4. Considerações Finais

Paraty (RJ) é um município fundado no século XVII, reconhecido como uma cidade histórica que atravessou ciclos econômicos relevantes, como os do café, da cana-de-açúcar e do ouro. Devido às suas características, foi tombada pela UNESCO, recebendo títulos que visam à proteção de seus aspectos materiais, culturais, arquitetônicos e ambientais, por meio de um ato administrativo específico.

Devido às suas características, algumas fragilidades são identificadas no município, exigindo intervenções. Por ser um patrimônio mundial,

Paraty (RJ) possui sua economia fortemente associada ao turismo, mas enfrenta carências em acessibilidade e saneamento ambiental, o que compromete o direito à saúde das populações mais vulneráveis e das pessoas com deficiência (PcDs). O saneamento básico, essencial para a saúde pública, ainda representa um desafio crítico, com um número significativo de domicílios sem acesso a sistemas de esgoto adequados. Essa situação contribui para o aumento de problemas de saúde pública, como doenças de veiculação hídrica e a contaminação do lençol freático. A implementação de fossas sépticas biodigestoras pode ser uma alternativa viável.

A acessibilidade é uma questão relevante, especialmente no Centro Histórico, onde o calçamento de pedras irregulares carece de adaptações adequadas para pessoas com deficiência (PcDs). O Projeto Piloto

de Acessibilidade, desenvolvido em parceria com o IPHAN, trouxe avanços importantes, como propostas para adequação de calçadas, instalação de rampas e pisos táteis, além da reestruturação do sistema de esgoto. Essas iniciativas estão alinhadas aos princípios dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No entanto, muitas áreas da cidade ainda demandam intervenções para assegurar o acesso universal.

Apesar das boas intenções e das iniciativas em andamento, as soluções propostas ainda apresentam limitações e carecem de maior integração. Embora a cobertura de abastecimento de água potável e redes de esgoto tenha sido ampliada nas últimas décadas, e a acessibilidade esteja recebendo maior atenção, avanços contínuos e a manutenção das intervenções são indispensáveis.

Por fim, pode-se concluir que Paraty (RJ), apesar de ser um modelo de

preservação histórica e cultural, ainda enfrenta problemas em termos da falta de planejamentos urbanos que promovam maior equidade e acessibilidade. Além da dificuldade de se moldar, por ser uma cidade tombada, tornando-se um patrimônio mundial com diversas restrições.

5. Referências

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. Pessoas com deficiência 2022 - PNAD contínua (2023). Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/s/0a9afaed04d79830f73a16136dba23b9.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 19 nov. 2024.

BRASIL. Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 11 de novembro de 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_

ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 19 nov. de 2024.

BRASIL. Paraty & Ilha Grande: cultura e biodiversidade (2019). Disponível em: <https://www.paraty.rj.gov.br/conteudo/downloads/paraty-patrimonio-da-humanidade/PARATY-CUL-BIO-POR.pdf>. Acesso em: 12 de novembro de 2024.

CLIMATE-DATA. Clima Paraty. Disponível em: <https://pt.climate-data.org/america-do-sul/brasil/rio-de-janeiro/paraty-15848/>>. Acesso em: 19 nov. 2024.

COMÍN, F. A. Planning the Development of Urban and Rural Areas: An Integrative Approach. *Sustainable Cities and Communities*, p. 468-478, 2020.

COSTA, C. C.; GUILHOTO, J. J. M. Saneamento rural no Brasil: impacto da fossa séptica biodigestora. *Engenharia Sanitária e Ambiental*, v. 19, p. 51-60, 2014.

DIAS, A. C. E.; SEIXAS, C. S. Conservação ambiental em Paraty, RJ: desafios para se colocar a ciência em prática. *Biodiversidade Brasileira*, v. 7, n. 1, p. 88-104, 2017.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA PECUÁRIA SUDESTE. Fossa Séptica Biodigestora. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-solucoes-tecnologicas/-/produto-servico/7413/fossa-septica-biodigestora>>. Acesso em: 18 out. 2024.

FARIA, R. M.; BORTOLOZZI, A. Território e saúde na geografia de Milton Santos: teoria e método para o planejamento territorial do sistema único de saúde no Brasil. *Ra'e Ga*, vv. 38, p. 291 - 320, 2016

INSTITUO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Paraty. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/paraty/panorama>>. Acesso em: 19 nov. de 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Obras levam acessibilidade ao Centro Histórico de Paraty (RJ). Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/obras-levam-acessibilidade-ao-centro-historico-de-paraty-rj>>. Acesso em: 19 nov. 2024.

LEITE, A. R. L.; CÂMARA, R. B.; SILVA, Y. A. L. Acessibilidade e Turismo no Centro Histórico de São Luís (Maranhão, Brasil). *Revista Turismo e Sociedade*, v. 13, n. 3, p. 1-21, 2020.

MESQUITA, A. P.; FERREIRA, W. R. O Município E O Planejamento Rural: o plano diretor municipal como instrumento de ordenamento das áreas rurais. *Espaço em Revista*, v. 18, n. 1, 2016.

MONFRÉ, M. A. M. Modelos de urbanismo: conceitos, desenhos e tipos conforme "o urbanismo" de françoise choay. *Revista Belas Artes*, v. 18, n. 2, p. 1-15, 2015.

MONTE-MÓR, R. L. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. *Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 61-85, 2006.

MOREIRA, F. D. Urbanismo e modernidade. reflexões em torno do Plano Agache para o Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)*, v. 9, n. 2, p. 95-114, 2007.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Brasil Acessível. Brasília/DF, 2006, 167 p.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 19 nov. 2024.

OLIVEIRA, A. V. L. C.; CESTARO, L. A. Os instrumentos de planejamento ambiental territorial e suas aplicações no âmbito municipal: uma análise do plano diretor e exercícios de zoneamento. *Geografia em Questão*, v. 13, n. 1, 115 - 128, 2020.

PARATY. Plano Diretor de Paraty: Tomo I - Diagnóstico. Paraty: Prefeitura Municipal de Paraty, 2023. Disponível em: https://www.paraty.rj.gov.br/conteudo/downloads/plano-diretor/PD-PARATY-TOMO-I-DIAGNOSTICO-V03_2023.pdf. Acesso em: 25, out. 2024.

REVISTA ACONTECE INTERIOR. Projeto de Rota-Piloto leva acessibilidade ao Centro Histórico de Paraty. Disponível em: <<https://www.revistaaconteceinterior.com.br/noticia/projeto-de-rota-piloto-leva-acessibilidade-ao-centro-historico-de-paraty>>. Acesso em: 19 nov. 2024.

ROCHA, J. C. Diálogo entre as categorias da geografia: espaço, território, e paisagem. *Caminhos de Geografia*, v. 9, n. 27, p. 128-142, 2008.

RODRIGUES, L.; CHEIBUB, B. L. Acessível ou Não? Eis a Questão! Analisando a acessibilidade do Centro Histórico da cidade turística de Paraty (RJ). *Revista Turismo em Análise*, v. 31, n. 2, p. 358-380, 2020.

SANTOS, A. M. S. Penalva. Planejamento urbano: para quê e para quem?. *Revista de Direito da Cidade*, v. 4, n. 1, p. 91-119, 2012.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, R. F. Planejamento ambiental: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. *Geo Uerj*, v. 2, n. 18, p. 24 à 42-24 à 42, 2008.

SILVA, D. A.; GUEDES, M. P.; AZEVEDO, T. R. Paisagem, natureza, recurso natural e meio ambiente: dilemas geográficos e reflexões ainda oportunas. *Ciência Geográfica*, v. 27, p. 310-327, 2023.

SUGAHARA, C. R.; FERREIRA, D. H. L.; GUEDES, W. P. Sistema de drenagem e planejamento urbano da cidade de Campinas/SP. *Gerenciamento de Cidades*, v. 10, n. 75, p. 87-96, 2022.

VILLAÇA, F. Dilemas do plano diretor. In: *O município no século XXI: cenários e perspectivas*. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima-CEPAM, p. 237-247, 1999.

ZOUAIN, D. M.; COSTA FERREIRA, C.; SILVA MACEDO, M. Á.; SANT'ANNA, P. R.; LONGO, O. C.; BARONE, F. M. Small business através do panóptico. *Revista de Administração Pública-RAP*, v. 45, n. 3, p. 863-884, 2011.



Paraty (RJ): Problemas Acarretados pela Urbanização

João Moutinho Gileno, aluno do 2º do Ensino Médio da Escola Criativa Idade Sistema Educacional.

Júlia Corrêa Silva, aluna do 2º do Ensino Médio da Escola Criativa Idade Sistema Educacional.

Bruna do Valle Mesquita Lomazini, aluna do 3º do Ensino Médio da Escola Criativa Idade Sistema Educacional.

Maria Luiza Santos da Silva, aluna do 1º do Ensino Médio da Escola Criativa Idade Sistema Educacional.

Priscila Kauana Barelli Forcel, Arquiteta e Urbanista (UNIP). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana (UFSCar).

Resumo

A urbanização transforma o espaço geográfico e pode gerar tanto benefícios quanto desafios para as cidades. Paraty, conhecida por seu patrimônio histórico e turismo, enfrenta problemas estruturais que comprometem a acessibilidade e a qualidade de vida de seus habitantes. Diante disso, este trabalho tem como objetivo identificar essas questões e propor uma intervenção no plano diretor do município para promover um desenvolvimento urbano mais inclusivo. Para ampliar a contextualização, o estudo analisa dados qualitativos da cidade, como PIB per capita, taxa de mortalidade infantil e IDHM. Além disso, apresenta conceitos geográficos fundamentais, como paisagem, espaço e território, fornecendo uma base teórica essencial para compreender os impactos da urbanização e embasar as propostas de melhoria.

Palavras-Chave: Engenharia Urbana, cidade, urbanização, acessibilidade, qualidade de vida.

1. Introdução

Palavras como espaço, paisagem, lugar, território e região são amplamente utilizadas em nosso cotidiano. No entanto, muitas vezes, esses termos são empregados de forma imprecisa. Para compreender melhor este trabalho, é fundamental entender o significado conceitual dessas categorias analíticas. O espaço geográfico é composto por paisagem, lugar, território e região. Segundo Santos (2012), a paisagem inclui tudo aquilo que percebemos visualmente, como cores, movimentos, odores e sons, funcionando como um retrato temporário de uma porção do espaço. O lugar refere-se a uma porção espacial vivida e dotada de significado. O território é delimitado por relações de poder, enquanto a região se relaciona com localização e extensão territorial. As primeiras reflexões sobre o direito à cidade surgiram com Lefebvre (2006), na década de 1960, ao analisar a transição da vida comunitária para a

urbanização positivista, guiada por lógicas de planejamento urbano. Nessa perspectiva, as metrópoles passaram a funcionar sob uma dinâmica econômico-industrial que influencia os fenômenos urbano-sociais e gera processos de alienação no espaço urbano. A urbanização desempenha um papel central na organização territorial e está associada ao crescimento das cidades em função do aumento populacional, impulsionado, em grande parte, pelo êxodo rural. Tradicionalmente, o debate urbano esteve relacionado ao crescimento desordenado, aos movimentos sociais urbanos, à reprodução da força de trabalho e à racionalização do uso do solo, frequentemente com foco na competitividade urbana. Nos dias atuais, a urbanização é impulsionada por avanços tecnológicos e científicos que redefinem a divisão territorial do trabalho. Nesse contexto, a mobilidade

se torna um elemento essencial para o desenvolvimento social, sendo que alguns indivíduos dispõem de mais mobilidade do que outros (Santos, 2012). O modelo modernista de planejamento urbano foi inspirado nas unidades de produção industrial e refletiu-se na concepção das cidades enquanto empresas. A competição entre cidades reproduz a lógica concorrencial das empresas, na qual a localização vantajosa se torna um diferencial estratégico. Assim, um dos elementos centrais do planejamento estratégico urbano é estabelecer condições para que a cidade se projete como um produto no mercado global (Vainer, 1996). No entanto, essa abordagem gera desafios para a governança democrática das cidades. Santos (2012) entende o espaço geográfico como uma totalidade complexa, resultante da interação entre sistemas de objetos e sistemas de ações (Silva, 2015). Os sistemas de objetos

condicionam as ações, enquanto estas criam novos objetos ou transformam os já existentes. Esse dinamismo evidencia a importância do planejamento urbano na organização espacial. Vainer (1996) analisa criticamente o modelo de planejamento estratégico urbano baseado em práticas empresariais, que trata a cidade como mercadoria, empresa e pátria, priorizando a competitividade global. Esse modelo, amplamente difundido na América Latina e no Brasil, foca na atração de investidores e turistas por meio do *marketing* urbano (Vainer, 1996). No entanto, essa abordagem prioriza interesses do capital transnacional e enfraquece a participação política e cidadã, tratando problemas sociais, como a pobreza, como meras questões ambientais ou paisagísticas. Em contraponto, Vainer (1996) defende alternativas que promovam cidades mais democráticas, inclusivas e sustentáveis.

A urbanização, como fenômeno multidimensional, reflete transformações sociais, econômicas e espaciais ao longo do tempo. Santos (2012) destaca as disparidades regionais nas taxas de urbanização e a importância da infraestrutura moderna. No Brasil, a urbanização recente apresenta tendências de interiorização e metropolização, com crescimento urbano expressivo entre as décadas de 1940 e 1980. Para compreender esse fenômeno, é necessário considerar as dinâmicas históricas e regionais que moldam a organização das cidades (Santos, 2012). A redução relativa da população rural no Brasil favoreceu a expansão das cidades, mas também intensificou desafios urbanos. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, houve avanços no combate a doenças, na organização sanitária e na disseminação de medicamentos (Vainer, 1996). Contudo, a urbanização acelerada trouxe desafios significativos,

como alta densidade demográfica, precariedade no transporte urbano, déficit de saneamento básico e degradação ambiental. O planejamento urbano surge como um elemento essencial para a qualidade de vida da população. Quando conduzido de forma inadequada, o desenvolvimento urbano pode se tornar insustentável e excludente. Como observa Santos (2014, p. 5-6):

Ao longo do século XX, novos e complexos problemas surgiram em função da alta densidade demográfica em algumas cidades, fazendo emergir problemas que somente poderiam ser enfrentados com soluções coletivas, como são os casos do saneamento e do transporte urbano. Tais soluções, no entanto, tornaram necessário superar a concepção liberal do Estado, tornando-o um ator legítimo na implementação de políticas públicas, o que constituía um enorme desafio em sociedades que se afirmaram sob o domínio do liberalismo político e econômico (Santos, 2014, p. 5 e 6).

A necessidade de políticas públicas eficazes para lidar com esses desafios é evidente. Planos Diretores desempenham um papel fundamental

na organização das cidades, prevenindo problemas estruturais antes que eles se tornem irreversíveis. O planejamento urbano, segundo Santos (2014, p. 5), surgiu como resposta à emergência da sociedade urbano-industrial:

O planejamento urbano surgiu como um instrumento de política para enfrentar as transformações sociais, políticas e econômicas derivadas da emergência da sociedade de base urbano-industrial. A crescente urbanização da população e o significativo crescimento demográfico de algumas cidades tornaram necessárias políticas públicas de controle do uso do solo urbano, programas habitacionais e demais infraestruturas urbanísticas (Santos, 2014, p. 5).

Entretanto, essas políticas nem sempre são eficazes na prática, pois o planejamento urbano emergiu após o crescimento desordenado das cidades, trazendo desafios persistentes. Os Planos Diretores frequentemente incluem diretrizes para a melhoria do transporte público coletivo e da mobilidade urbana, mas poucos contêm instrumentos efetivos para garantir políticas ambientais

adequadas (Cardoso, 2003). Atualmente, o planejamento urbano ainda se baseia em uma lógica tecnocrática e mercadológica, na qual as cidades são concebidas como "mercadorias". A valorização da atratividade urbana, por meio de infraestruturas modernas, centros comerciais e polos industriais, reflete o modelo das chamadas "Cidades-Mercadoria". Nessa perspectiva, a gestão urbana é dominada por interesses empresariais, nos quais a intervenção estatal se dá com base em dados de mercado, reduzindo a participação pública na formulação de políticas urbanas. Apesar disso, algumas iniciativas democráticas surgiram para ampliar a participação cidadã, como conselhos urbanos e orçamentos participativos. No entanto, desafios persistem, especialmente no que se refere à distribuição desigual de recursos, ao acesso precário à infraestrutura básica e

à priorização insuficiente do transporte coletivo (Galindo Monteiro, 2016). Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo identificar os problemas estruturais da cidade de Paraty, com ênfase na acessibilidade urbana. A partir dessa análise, serão propostas estratégias para aprimorar a infraestrutura e a mobilidade no município, promovendo um desenvolvimento urbano mais sustentável e inclusivo.

2. Materiais e Métodos

Esta pesquisa tem como objetivo identificar problemas estruturais no município de Paraty, promovendo o desenvolvimento de habilidades de pesquisa e análise crítica, além de aprofundar o conhecimento sobre a rica herança do município. Além disso, pretende-se propor intervenções no Plano Diretor para melhorar a qualidade de vida na região.

A pesquisa iniciou-se com uma revisão bibliográfica em periódicos científicos e portais oficiais, como o IBGE, além da análise da legislação municipal e nacional. Em um segundo momento, foi realizada uma visita de campo na cidade de Paraty, entre os dias 2 e 6 de setembro de 2024, para obter uma compreensão mais aprofundada da realidade local. Este trabalho foi desenvolvido em parceria com o projeto de extensão da Universidade Federal de São Carlos, visando contribuir com estudos acadêmicos e aplicados. A etapa inicial consistiu na leitura de conceitos fundamentais sobre urbanização e espaço geográfico, com base em artigos científicos e fontes online. Além da análise teórica, planejou-se a coleta de dados em campo, incluindo entrevistas com moradores e registros fotográficos, a fim de documentar os desafios enfrentados pela população. Como parte da metodologia, foi

3. Resultados e Discussões

produzido um vídeo para documentar problemas sociais e ambientais identificados na cidade. O objetivo desse material audiovisual é expor as dificuldades enfrentadas pela população e sugerir medidas para melhorar a situação observada. Ao final, será proposta uma intervenção, com o apoio de professores e alunos de pós-graduação da UFSCar, visando contribuir para o desenvolvimento do projeto. Essa proposta compõe este trabalho e também foi apresentada na UFSCar, fomentando discussões sobre planejamento urbano e qualidade de vida em Paraty.

A análise dos dados demográficos e socioeconômicos de Paraty revela características fundamentais para compreender os desafios e as potencialidades da cidade no contexto da urbanização e desenvolvimento. Paraty, com sua área territorial de 924,296 km² e uma população de 45.243 habitantes, apresenta uma densidade demográfica relativamente baixa, mas com variações marcantes em relação ao Brasil e ao estado do Rio de Janeiro. O quadro 1 apresenta dados numéricos relevantes para a compreensão dessa realidade.

Quadro 1: Dados demográficos municipais.

Local	Área territorial	População residente	Densidade demográfica	Escolarização	IDHM	Mortalidade infantil	Receitas realizadas	Despesas empenhadas	PIB per Capita
Brasil	8.510.417,77 1,771 km ²	203.080.756	23,86 hab/km ²	99,4%	5,4	11,20	-	-	42.247,52
Rio de Janeiro	1.200,329 km ²	6.221,223	5.174,60 hab/km ²	96,9%	0,799	11,8	37.784..146. 487	43.242.247.09 8	53.078,23
Paraty	924.296	45.243	48,95 hab/km ²	93,8%	0,655	4,27	49.814,53	43.357,19	17.899,53

Fonte: IBGE, 2022.

A partir da análise dos dados, é possível observar que a densidade demográfica de Paraty (48,95 hab/km²) é mais baixa em comparação à do Rio de Janeiro (5.174,60 hab/km²), mas ainda apresenta uma concentração populacional considerável em relação à média nacional de 23,86 hab/km². Esse dado evidencia que, apesar de sua população ser menor, Paraty possui uma distribuição populacional mais concentrada do que a média nacional, o que pode impactar no planejamento urbano e nos serviços públicos.

Com base nesse contexto demográfico, podemos agora observar como as tendências populacionais atuais influenciam diretamente o planejamento urbano e as políticas públicas, especialmente quando comparadas com as características históricas da cidade.

Em relação à escolarização, Paraty apresenta uma taxa de 93,8%, que está abaixo da média do Rio de Janeiro

(96,9%) e do Brasil (99,4%). Embora a cidade tenha alcançado um índice considerável, ainda existem desafios a serem superados em termos de acesso e qualidade educacional, se comparada a outras regiões do estado e do país.

Uma possível intervenção seria o fortalecimento das políticas educacionais focadas na inclusão digital e na ampliação do acesso à educação de qualidade, particularmente nas zonas mais periféricas, onde as disparidades educacionais são mais acentuadas.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Paraty é de 0,655, um valor abaixo da média nacional (0,799) e do estado do Rio de Janeiro (0,799), o que sugere desigualdades no desenvolvimento social e econômico. O PIB per capita de Paraty, de R\$ 17.899,53, é consideravelmente inferior ao do Rio de Janeiro (R\$ 53.078,23) e à média nacional (R\$ 42.247,52), destacando a disparidade econômica e os desafios do município

em promover uma maior equidade.

Esses índices revelam disparidades significativas, que devem ser endereçadas por meio de políticas públicas eficazes, com foco no desenvolvimento sustentável e na promoção de uma economia mais inclusiva.

Esses dados revelam que, apesar de Paraty ser uma cidade rica em patrimônio histórico e cultural, enfrenta disparidades significativas no desenvolvimento econômico e social quando comparada ao Rio de Janeiro e à média nacional. As políticas públicas direcionadas ao município devem focar na redução dessas desigualdades e no incentivo à inclusão social e ao desenvolvimento sustentável.

A implementação de programas que estimulem o empreendedorismo local e a capacitação profissional da população residente pode ajudar a mitigar as disparidades econômicas observadas e fortalecer a economia local de forma

inclusiva.

A urbanização de Paraty, fortemente impulsionada pelo turismo, tem sido um motor de crescimento econômico, mas também apresenta desafios, como a gentrificação. A migração de moradores locais para áreas periféricas, especialmente no centro histórico, tem sido um reflexo da valorização imobiliária e da crescente demanda turística (Bastos, 2022). Isso gera uma dicotomia entre a preservação do patrimônio histórico e a modernização da infraestrutura, gerando desafios no planejamento urbano e na manutenção da qualidade de vida dos habitantes.

Essa dinâmica de crescimento impulsionado pelo turismo, embora positiva para a economia, exige soluções que equilibrem o progresso urbano e a preservação da identidade cultural da cidade.

O impacto do turismo, embora positivo para a economia, tem contribuído para o aumento da desigualdade e da

segregação social. Como observado por Bastos (2022), "o processo de gentrificação em Paraty tem levado a um êxodo rural, com a população local se deslocando para as periferias, enquanto o centro histórico é dominado por residências de veraneio e negócios voltados para o turismo". A cidade agora enfrenta o dilema de equilibrar o crescimento do turismo com a necessidade de preservar sua identidade e atender às demandas sociais e econômicas de seus habitantes.

Uma proposta seria a criação de políticas de controle de preço de imóveis e o incentivo ao turismo sustentável, que promova a inclusão dos moradores locais nas atividades turísticas e ajude a mitigar os efeitos da gentrificação.

O desenvolvimento urbano de Paraty, portanto, exige um planejamento que busque integrar o crescimento econômico com a preservação ambiental e social. A cidade deve adotar

práticas sustentáveis e investir em infraestrutura para mitigar os impactos negativos da urbanização desordenada, como as inundações e a degradação dos ecossistemas. Estratégias como a restrição de densidade de construção e o planejamento adequado do uso do solo são essenciais para garantir um futuro mais equilibrado para Paraty.

A integração de um planejamento urbano mais sustentável pode ser alcançada por meio de iniciativas como a criação de zonas verdes e a revitalização de áreas degradadas, promovendo a regeneração urbana enquanto preserva a biodiversidade local.

Por fim, a preservação de Paraty como um destino turístico de relevância internacional deve ser acompanhada de políticas públicas que promovam a equidade social, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável, sempre respeitando as características únicas de sua história,

cultura e ambiente natural. Portanto, um desenvolvimento urbano sustentável em Paraty depende de um equilíbrio entre a expansão da infraestrutura e a preservação do patrimônio cultural, com políticas que garantam o bem-estar da população local e a proteção dos recursos naturais. A expansão urbana de Paraty, embora essencial para o desenvolvimento econômico da cidade, traz consigo desafios ambientais significativos. Localizada em uma região sujeita a riscos de inundações devido à sua proximidade com a Mata Atlântica e aos cursos d'água da região, a cidade precisa equilibrar o crescimento urbano com a preservação dos ecossistemas naturais. A análise do modelo de células MODCEL, que avalia o impacto da expansão urbana nas inundações, sugere que um controle mais rígido da urbanização, com restrições de densidade de construção e planejamento adequado do uso

do solo, poderia mitigar os riscos de inundações. A adoção de práticas sustentáveis, como o plantio de árvores, a restauração fluvial e a adaptação de áreas periurbanas para absorver as águas da chuva, são fundamentais para reduzir os impactos ambientais da urbanização desordenada.

Além disso, o processo de patrimonialização de Paraty, que visa à preservação do Centro Histórico e ao fomento do turismo, também impõe desafios ao cotidiano dos moradores locais, como discutido no artigo sobre o "Espaço Público e Patrimônio Histórico". A transformação de espaços públicos em áreas voltadas para o consumo turístico compromete, em certa medida, a função de participação e convivência social desses locais. Assim, a cidade precisa encontrar um equilíbrio entre a preservação de sua identidade cultural, a exploração do turismo como fonte de receita e o cuidado com o bem-estar e a qualidade de vida de seus habitantes.

O caso de Paraty exemplifica as complexidades do desenvolvimento urbano em cidades históricas, que enfrentam o desafio de equilibrar a preservação do patrimônio com as demandas do crescimento econômico e social. A cidade, com sua rica história e patrimônio cultural, precisa adotar estratégias de planejamento urbano que protejam suas características únicas, sem comprometer a qualidade de vida de seus moradores ou os processos naturais que garantem a sustentabilidade ambiental. A análise dos dados demográficos e socioeconômicos de Paraty, juntamente com os estudos sobre a gentrificação e os impactos ambientais da expansão urbana, reforçam a necessidade de uma abordagem integrada para o desenvolvimento da cidade, que considere tanto a preservação de sua identidade cultural quanto a busca por um crescimento econômico sustentável e inclusivo.

4. Considerações Finais

A Constituição Cidadã de 1988 preconiza que o direito à cidade deve ser garantido a todos os cidadãos, assegurando um ambiente urbano que promova qualidade de vida e bem-estar social. No entanto, a realidade de muitas cidades, como Paraty, revela um distanciamento significativo entre o ideal proposto e a realidade vivida pela população. Embora Paraty seja reconhecida internacionalmente por seu patrimônio histórico e por sua importância como destino turístico, a cidade ainda enfrenta desafios estruturais graves, como a falta de acessibilidade adequada e a carência de serviços essenciais, como o saneamento básico. Esses problemas evidenciam as desigualdades socioeconômicas presentes, que comprometem o acesso equitativo aos direitos urbanos, especialmente para os cidadãos mais vulneráveis. O presente estudo teve como objetivo

identificar e propor soluções para algumas das questões mais urgentes enfrentadas pela cidade. A partir da análise dos dados coletados e das observações em campo, foram formuladas propostas de intervenção que buscam promover uma melhoria significativa na qualidade de vida da população. Entre as principais intervenções propostas estão: a instalação de rampas de acessibilidade, a melhoria das condições das calçadas, a criação de sinalização em braille em pontos estratégicos da cidade, especialmente em locais de alta circulação, como pontos de ônibus, além de outras medidas que visam garantir o direito de locomoção e inclusão para todos, independentemente de suas condições físicas ou sensoriais. Entretanto, é fundamental que essas propostas não se restrinjam ao campo das ideias. Para que se tornem realidade, é imprescindível que os problemas identificados sejam amplamente discutidos, tanto com as autoridades competentes quanto com a sociedade civil. A conscientização sobre as carências estruturais e os desafios urbanos da cidade é o primeiro passo para a efetiva implementação das mudanças necessárias. Somente através do diálogo e da colaboração entre gestores públicos, sociedade e instituições acadêmicas será possível criar políticas públicas eficazes e implementar soluções que atendam às reais necessidades da população. O principal objetivo dessas intervenções é garantir que todos os cidadãos de Paraty tenham acesso igualitário aos direitos urbanos, especialmente aqueles que enfrentam dificuldades de mobilidade ou de orientação no espaço urbano. O direito à cidade inclui o direito à acessibilidade, à inclusão social e à plena participação no convívio urbano. Com a implementação dessas medidas, Paraty poderá avançar em direção a uma cidade mais

inclusiva, justa e igualitária, onde o desenvolvimento econômico e turístico não se sobreponha às necessidades básicas da população local. Portanto, é imprescindível que o governo municipal, juntamente com a sociedade civil e as instituições acadêmicas, adote uma abordagem integrada e sustentável para o desenvolvimento urbano, priorizando a qualidade de vida e o bem-estar de todos os cidadãos. A promoção de uma cidade mais acessível, inclusiva e sustentável é um passo fundamental para garantir que Paraty se torne um exemplo de cidade cidadã, onde o patrimônio histórico e cultural conviva harmoniosamente com as necessidades e os direitos de sua população.

5. Referências

BASTOS, Priscyla Árias Torrentes. O processo de gentrificação e os impactos da atividade turística no sítio histórico de Paraty/RJ. In: Anais do 5º Simpósio Científico ICOMOS Brasil e 2º Simpósio Científico ICOMOS/LAC. Anais... Belo Horizonte (MG): UFMG, 2022. Disponível em: <https://www.even3.com.br/>

anais/5-icomos-2-icomos-lac/569210-O-PROCESSO-DE-GENTRIFICACAO-E-OS-IMPACTOS-DA-ATIVIDADE-TURISTICA-NO-SITIO-HISTORICO-DE-PARATYRJ. Acesso em: 27 out. 2024.

BARBEDO, J. Análise dos impactos da expansão urbana nas inundações em Paraty, com uso do modelo de células Modcel. 2012. Disponível em: https://drive.google.com/drive/u/1/folders/1-5Chu_WUKjNaHw0ImqO82u-AGIdy5GWw. Acesso em: 23 set. 2024.

BRASIL. Lei N° 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 10 nov. 2024.

BRASIL. Patrimônio histórico-cultural. Disponível em: <https://www.paraty.rj.gov.br/a-cidade/patrimonio>. Acesso em: 12 mai. 2024.

GALINDO, Ernesto. Análise de modelos urbanos. 2016. Disponível em: <https://drive.google.com/file/ZC6vVVIIfHhw1snUWqZ141/view>. Acesso em: 7 out. 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e estados: Paraty (RJ). 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/paraty.html>.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Perfil dos Municípios Brasileiros: Paraty (RJ). 2009. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/default.shtm.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Paraty (RJ). Portal IPHAN, 2019. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/381/>.

PAES, Maria T. Duarte. Trajetórias do patrimônio cultural e os sentidos dos seus usos em Paraty (RJ). 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645810/13108>. Acesso em: 8 out. 2024. PARATY. Consulta pública revisão

do Plano Diretor Municipal. 2024. Disponível em: <https://www.paraty.rj.gov.br/plano-diretor-do-municipio>. Acesso em: 10 nov. 2024. SANTOS, Milton; SILVA, Sueli Santos. 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/1389/1179>. Acesso em: 6 mai. 2024.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. Disponível em: <https://labcs.ufsc.br/files/2011/12/16.-VAINER-C.B.-P%C3%A1tria-empresa-e-mercadoria.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2024.



MERCADERES

CORIBE

CAICARA II

Proposta para um Centro Histórico mais Acessível: O caso de Paraty

Pedro Vinícius Jacob Dantas, aluno do 1º do Ensino Médio da Escola Criativa Idade Sistema Educacional.

Johana Castaneli de Oliveira, aluna do 2º do Ensino Médio da Escola Criativa Idade Sistema Educacional

João de Abreu Bueno, aluno do 2º do Ensino Médio da Escola Criativa Idade Sistema Educacional.

João Gabriel Jacob Dantas, aluno do 1º do Ensino Médio da Escola Criativa Idade Sistema Educacional.

Tatiane Ferreira Olivatto, Mestre em Engenharia Urbana (UFSCar). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana (UFSCar).

Resumo

A cidade de Paraty é notada pela sua arquitetura característica da “segunda metade do século XVIII e primeiras décadas do século XIX”, tendo uma importância histórica e econômica durante o período do Ciclo do Ouro, Paraty foi uma das cidades mais importantes do período colonial. A paisagem urbana de Paraty é um reflexo da interação entre o ser humano e o meio ambiente, que mantém uma identidade cultural e uma sustentabilidade ambiental da cidade. Contudo, é possível notar diversos problemas relacionados à infraestrutura do município de Paraty, no Rio de Janeiro, que descumprem diversas diretrizes do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor. Dessa maneira, esta pesquisa conduziu um levantamento bibliográfico e documental sobre o processo histórico de urbanização de Paraty, conhecendo seu Plano Diretor e propondo, assim, uma intervenção prática relacionada aos problemas presentes no município estudado,

com foco específico no turismo acessível. O trabalho também envolveu uma visita de campo, onde ficou evidente que, além de dificuldades para caminhar nas calçadas, muitas das vezes, os turistas acabam por achar inviável o passeio no Centro Histórico de Paraty, já que não há presença efetiva de recursos que o tornem acessível, principalmente para Pessoas com Deficiência. A partir do referencial teórico estudado e das observações em campo, foi desenvolvida uma cartilha com diretrizes para a consolidação de um turismo mais acessível, com o objetivo de tornar o Centro Histórico de Paraty um lugar mais inclusivo, democrático e igualitário, a partir das reflexões e ideias propostas neste trabalho.

Palavras-Chave: Estatuto da Cidade, Plano Diretor, Centro Histórico, Acessibilidade, Turismo Acessível.

1. Introdução

O espaço geográfico, conforme a definição de Milton Santos, é uma construção complexa que envolve a interação dinâmica entre sistemas de objetos e sistemas de ações humanas, os quais se transformam ao longo do tempo sob a influência das intenções humanas e das condições materiais (da Silva, 2015). Essa concepção permite compreender que o espaço não é apenas uma entidade física, mas um contexto social que reflete e molda as relações de poder, as práticas culturais e as estruturas econômicas presentes nas sociedades. A análise espacial, portanto, se desdobra em categorias fundamentais como paisagem, lugar, território e região, que, juntas, oferecem uma perspectiva multifacetada sobre as transformações sociais e as interações humanas no espaço.

A paisagem, entendida como a porção visível do espaço, abrange não apenas elementos físicos, mas também sensações e percepções que influenciam a vida cotidiana das pessoas. Nesse sentido, o conceito de lugar se destaca por ser onde a vida social se desenrola, carregando a identidade e a singularidade de seus habitantes, mas também conectado a redes globais de relações. O território, por sua vez, é definido pelas relações de poder que delimitam e controlam o espaço, enquanto a região representa porções do espaço caracterizadas por características físicas, sociais e culturais comuns (Vainer *et al.*, 2000). No contexto do planejamento urbano, as cidades têm se transformado em centros de comando da economia globalizada. Ou seja, essas cidades passaram por um processo denominado urbanização. Karl Marx diz que a urbanização é um processo histórico que ocorre como parte do desenvolvimento da sociedade capitalista (Legnaioli, s.d.; Vainer *et al.*, 2000; Marguti; Costa; Galindo, 2016) corroboram com a ideia anterior, expondo que o planejamento estratégico urbano, influenciado por ideais neoliberais e práticas de marketing, trata as cidades como mercadorias em um mercado global, proporcionando diversos problemas decorrentes do processo de urbanização, como: superlotação, poluição visual, poluição sonora, falta de espaços verdes, infraestrutura inadequada, especulação imobiliária, gentrificação e desagregação social. Também consequente do processo de urbanização, tal processo acaba priorizando a eficiência econômica em detrimento das necessidades sociais. Essa abordagem reduz a cidadania a um papel passivo, limitando a participação dos cidadãos em processos decisórios essenciais para o desenvolvimento urbano. Em contrapartida, Borja e Castells (1996) defendem a

necessidade de um governo local forte e eficaz, exemplificado pelo caso de Barcelona, ressaltando a importância da competitividade global das cidades. Essa tensão entre as abordagens pragmáticas e críticas destaca a necessidade de preservar a política pública e garantir a participação cidadã genuína na formulação de políticas urbanas. (Vainer *et al.*, 2000)

Entre os anos de 1945 e 1950, a urbanização era sobretudo litorânea. Porém, a partir dos anos 1950, o Brasil passou por um processo de intensificação do processo de industrialização brasileiro, fazendo com que mais de 50% de sua população passasse a residir em cidades, como estudado por Milton Santos (1988). Conforme o autor, foi feita uma análise referente aos dados de crescimento populacional do Brasil entre os anos de 1940 a 1980. Nesta análise, é claramente explícito que ocorreu um aumento exponencial na população

brasileira em geral e que, em relação apenas à população urbana brasileira, esta ultrapassou imensuravelmente a população rural brasileira e a população brasileira em geral, com um aumento de aproximadamente 119% da população urbana em relação à geral e apresentando um total de 119 milhões de habitantes brasileiros.

Atualmente, conforme o censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui mais de 215 milhões de habitantes; ou seja, após mais de quarenta anos, o país teve um aumento populacional de, aproximadamente, 90% em relação à população de 1980. Dentro das dispersões urbanas, existe o propósito de conservar o patrimônio histórico e natural, mas muitas vezes o município tenta mudar os usos dessas áreas de conservação, e esse posicionamento é demonstrado por não dialogar com o empreendedor ou com as populações locais tradicionais.

1.1 Objetivos

É possível observar uma grande crise de oferta e demanda por urbanização. No município de Paraty, por exemplo, existem diversas leis quanto ao patrimônio histórico e ambiental, mas que muitas vezes são desrespeitadas por indivíduos de classe alta que querem construir alguma estrutura para uso próprio naquela região de patrimônio. E muitas vezes essas leis podem ser muito rígidas para quem não tem dinheiro para viver no centro urbano, então as pessoas que não tem onde morar acabam indo morar nas áreas de preservação ou patrimônio (Bitencourt e Gomes, 2018).

Diante deste contexto e do debate levantado na introdução, o presente trabalho se propõe:

- (i) Debater os principais referenciais legislativos que tangenciam a temática abordada;
- (ii) Aprofundar o conhecimento sobre o processo histórico e de urbanização

de Paraty;

- (iii) Conhecer o Plano Diretor de Paraty;
- (vi) Compreender a complexidade das características físicas, geográficas e históricas do município;
- (v) Analisar e debater sobre os problemas urbanos encontrados na cidade de estudo;
- (vi) Propor uma intervenção prática relacionada aos problemas presentes no município estudado.

2. Materiais e Métodos

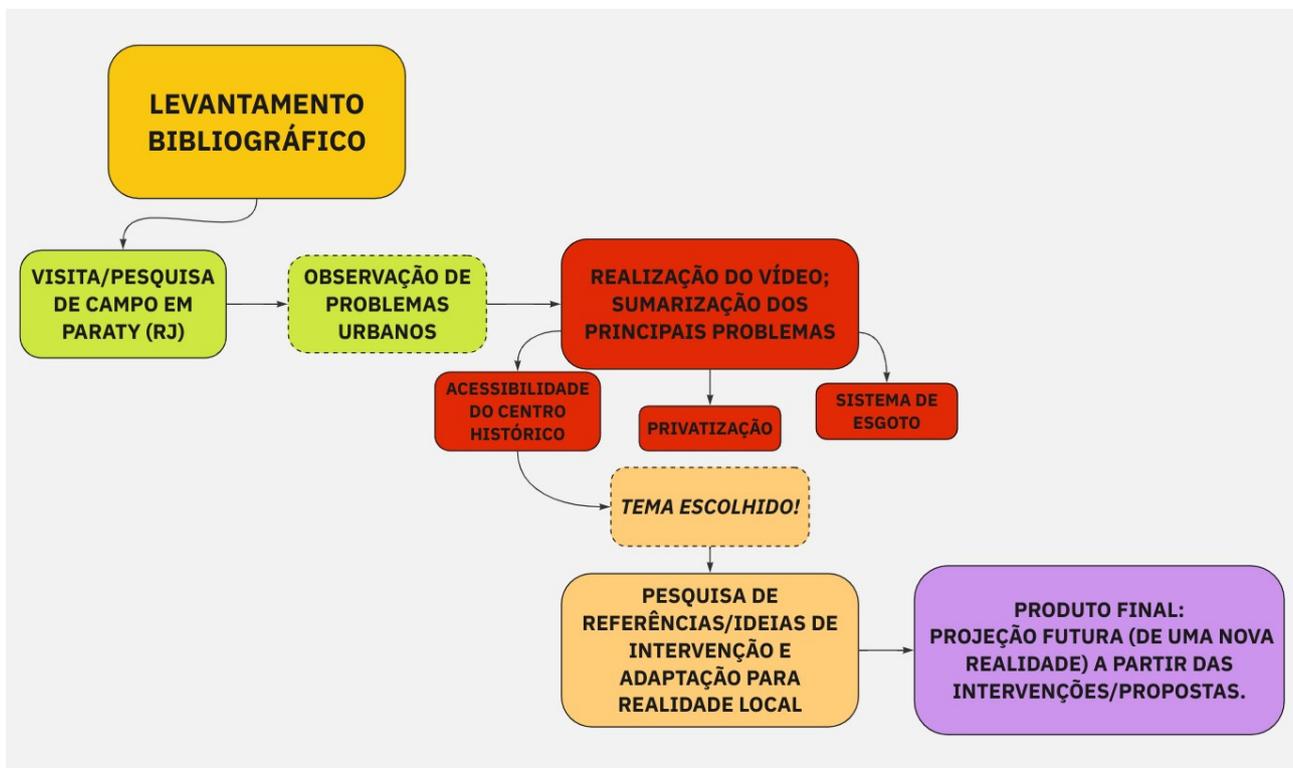
O trabalho é oriundo do centro educacional Criativa Idade Sistema Educacional, localizado na cidade de Poços de Caldas, no sul de Minas Gerais, e orientado pela doutoranda Tatiane Ferreira Olivatto (no contexto de um projeto de extensão em conjunto com a Universidade Federal de São Carlos - UFSCar).

O projeto visa expor detalhadamente as características de uma população, de um fenômeno ou de uma experiência,

além de pesquisar bibliograficamente sobre o assunto e também trabalhar em cima da exposição de dados. Com a pesquisa de campo, foi possível a aplicação de questionários e entrevistas. Essa pesquisa procura visar dados que existem em livros, artigos ou trabalhos acadêmicos. Este estudo apresentado conta com a abordagem quali-quantitativa —

pesquisa mista, que conta com dados qualitativos; subjetivos e quantitativos; baseados em métodos matemáticos e estatísticos —, e teve como foco artigos de urbanização que fazem referência e reflexões sobre as críticas e ideias de Milton Santos. Em suma, o trabalho seguiu as seguintes etapas, conforme o Fluxograma 1.

Fluxograma 1: Metodologia do trabalho



Fonte: Elaborado pelos autores

3. O Estatuto da Cidade e o Plano Diretor

Diante do cenário de aumento significativo da população urbana, logicamente houve maiores demandas referentes ao direito à cidade para a população, que conforme a “Carta mundial pelo direito à cidade” do Instituto Polis, é descrito como:

[...] usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social. [...] O Direito à Cidade é interdependente a todos os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, concebidos integralmente, e inclui, portanto, todos os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais que já estão regulamentados nos tratados internacionais de direitos humanos (Instituto Polis, 2006).

Desta forma surge, em 2001, o Estatuto da Cidade — instituído na Lei Federal Nº 10.257/01 (Brasil, 2001) —, cujo objetivo central é suprir as necessidades citadas anteriormente no contexto urbano. Conforme os incisos I e II do artigo 2º:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

O documento apresenta diversos instrumentos redigidos nos Planos Diretores, que **incentivam o desenvolvimento, a expansão e a democracia urbana** para serem aplicados em municípios com mais de 20 mil habitantes (Brasil, 2001).

Tomando como exemplo o Plano Diretor do território que será estudado neste trabalho, o município de Paraty, ele visa, em concordância com a Seção I - Dos Princípios e Diretrizes da Política Urbana,

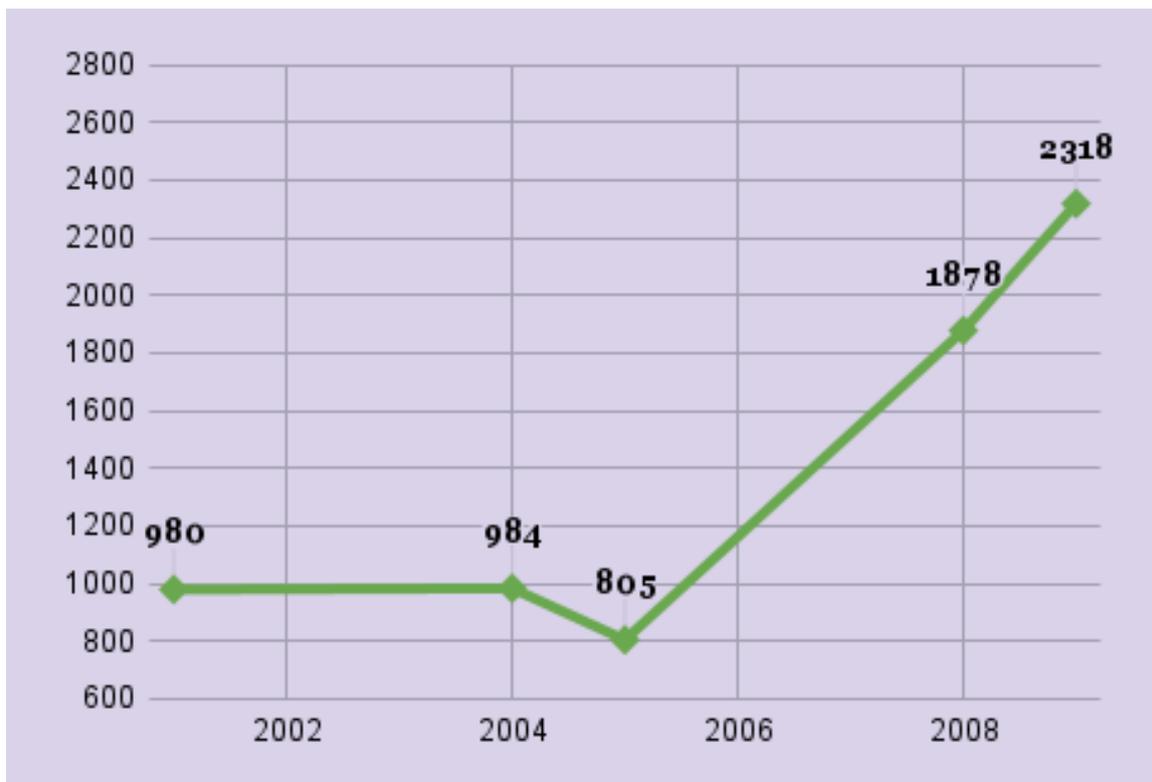
I. desenvolvimento integrado do Município em seus aspectos físico, ambiental, econômico, social, cultural e administrativo;

II. atendimento às necessidades básicas da população no que diz respeito à habitação, ao trabalho, à saúde, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao saneamento básico, à mobilidade, à segurança, ao abastecimento e ao convívio com a natureza;

Porém, conforme análises de Santos Junior e Montandon (2011), é exposto que, após dez anos da vigência do

Estatuto da Cidade, a aplicação do Plano Diretor nos municípios aumentou de forma considerável entre os anos de 2001 a 2009. No ano de 2005, é perceptível o pulo expressivo relacionado à aplicação do Plano Diretor nas cidades. Abaixo, é demonstrado o Gráfico 1 com as informações citadas acima.

Gráfico 1: Evolução da aplicação do Plano Diretor nos municípios



Fonte: IBGE, 2009.

No entanto, Santos Junior e Montandon (2011) analisam que, apesar de grande parte dos municípios possuírem o Plano Diretor, poucas são as cidades que realmente aplicam de maneira prática e eficaz os instrumentos contidos no documento. Portanto, é ainda predominante em vários municípios, como aponta Marguti *et al.* (2016), “*déficit* habitacional, gentrificação, falta de cobertura de esgotamento sanitário, poluição e contaminação, bem como agravamento dos tempos de deslocamento, mesmo nos centros urbanos mais desenvolvidos do país”. Com o avançar deste trabalho, ficará explícito que ainda atualmente Paraty é mais um desses municípios que descumprem as normas do Plano Diretor.

4. O Município de Paraty

Consequência do processo colonialista europeu que perpetuou por quatro séculos no Brasil, o município de

Paraty, localizado no extremo oeste litorâneo fluminense, foi fundado no ano de 1667, e é notável pela sua arquitetura característica da “segunda metade do século XVIII e primeiras décadas do século XIX” (IPHAN, 2019); importância histórica e econômica durante o período do Ciclo do Ouro, pois o Porto de Paraty, fundado em 1728, foi considerado o segundo porto mais importante deste período, pelo fato de ter sido ponto de importação de ouro para a Europa. Portanto, Paraty foi uma das cidades mais importantes durante o período colonial (Caponero *et al.*, 2019).

A paisagem urbana de Paraty é um reflexo da interação entre o ser humano e o meio ambiente. As construções históricas coexistem com a exuberante natureza da região, criando uma atmosfera única que atrai turistas do mundo todo. A conservação dessa paisagem não é apenas uma questão estética, mas uma necessidade para

manter a identidade cultural e a sustentabilidade ambiental da cidade (Cruz; Ferreira, 2015).

O território de Paraty é moldado por relações de poder que determinam o uso do solo, a gestão urbana e as políticas de desenvolvimento. A presença de áreas de preservação ambiental, como o Parque Nacional da Serra da Bocaina, contrasta com a necessidade de desenvolvimento econômico e infraestrutura para suportar o turismo crescente. A gestão eficaz do território requer um equilíbrio entre esses interesses conflitantes, buscando promover um crescimento urbano sustentável que respeite os ecossistemas locais e beneficie a comunidade como um todo (Santos, 2008).

A região de Paraty é caracterizada por uma diversidade de paisagens e usos do solo que contribuem para sua riqueza cultural e ambiental. Da costa atlântica às montanhas da Serra do Mar, cada área geográfica dentro de Paraty oferece recursos naturais únicos que precisam ser protegidos e geridos de forma integrada. A regionalização eficaz permite um planejamento urbano mais holístico, considerando não apenas o centro histórico, mas também os bairros periféricos e áreas rurais que compõem o mosaico urbano da cidade (Faria, 2006).

A Figura 1, 2 e 3 demonstram um pouco da arquitetura predominante de Paraty.

Figura 1: Cidade de Paraty (Litoral)



Fonte: Paraty Tours, 2024.

Figura 2: Praça do Centro Histórico (Paraty)



Fonte: Registrado pelos autores, 2024.

Figura 3: Igreja de Nossa Senhora das Dores (Paraty)



Fonte: Registrado pelos autores, 2024.

No âmbito nacional, Paraty é conhecida pelo tombamento referente ao seu conjunto arquitetônico e paisagístico, realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em fevereiro de 1958; em 1966, recebeu o título de Monumento Nacional e, em 1974, houve um novo tombamento

feito pelo IPHAN (IPHAN, 2019). Nas palavras da instituição, tal alega, a saber:

Neste conjunto (arquitetônico e paisagístico), destacam-se seu valor excepcional, a extraordinária beleza natural, a originalidade da área do município, além da importância do papel histórico que Paraty representou como elemento de ligação entre as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais (IPHAN, 2019)

Além do reconhecimento nacional, Paraty é considerada patrimônio mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) desde 2019, em razão, novamente, do conjunto arquitetônico e paisagístico. Conforme Lobo *et al.* (2023), esse reconhecimento tão importantíssimo da UNESCO só foi possível devido à presença de povos e comunidades tradicionais no território de Paraty e suas culturas. No dossiê intitulado “Paraty e Ilha Grande Cultura e Biodiversidade”, (da Silva *et al.*, 2020), a UNESCO aponta:

É a Mata Atlântica preservada que rodeia as águas calmas da baía da Ilha Grande. É a cultura indígena, quilombola e caiçara que vive em harmonia com essa rica biodiversidade. É o registro arqueológico da ocupação humana neste território ao longo do tempo. É a cidade colonial que preserva suas relações históricas e a dinâmica urbana no centro de Paraty [...]

O município é também famoso por eventos que ocorrem anualmente, como a Festa Literária de Paraty (FLIP), sendo um dos maiores festivais de literatura mais influentes do Brasil,

na América do Sul e em todo o mundo (Caponero *et al.*, 2019). Nas palavras dos organizadores(as) do evento:

É a dimensão do encontro que norteia as muitas linguagens empenhadas na construção de cada Flip: arquitetura, design, cenografia, urbanismo. Cada detalhe é pensado a partir da transformação dos espaços públicos, que ano após ano vão acumulando camadas de apropriação afetiva por visitantes e moradores (FLIP, 2021).

4.1. Dados Demográficos e Socioeconômicos

Através do site do IBGE, é relativamente simples encontrar dados referentes a determinado município, como de território; população; socioeconômico; saúde; educação e entre outros. Os principais dados — que são baseados no censo de 2010 e 2022 — envolvendo as categorias de população, trabalho e rendimento, saúde, educação, economia, território e meio ambiente deste município estão descritos abaixo. O município ocupa 45.243 habitantes, com uma densidade demográfica de 48,95 hab/km²; apresenta uma área

de extensão territorial relativamente grande de 924,296 km²; cerca de 93,8% da população entre 6 a 14 anos frequentam escolas; possui um PIB per capita de R\$44.262,66; a faixa etária predominante é entre os 40 a 44 anos; o salário médio é de, aproximadamente, 2.2 salários mínimos (cerca de três mil reais por mês); possui um médio Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que é cerca de 0,693; apenas 56,4%, 30,9% e 27,4% dos domicílios paratienses são equiparados, respectivamente, com saneamento básico adequado, arborização em vias públicas e urbanização adequada¹.

O dado específico que o IBGE consta sobre porcentagem de habitantes que possuem saneamento é equivocado,

pois segundo um diagnóstico apurado do Plano Diretor de Paraty (2024) – o mesmo instrumento que reforça o desenvolvimento democrático urbano, conforme visto anteriormente – foi observado que, na realidade, cerca de 89,3% da população paratiense (40.643 habitantes) não possui sistemas de esgoto em suas residências. Com essa informação alarmante, já é possível concluir que o Plano Diretor não é um instrumento exatamente eficiente por si só.

Abaixo, na figura 4 é apresentado o território de Paraty, destacado em laranja; na figura 5, a pirâmide etária do município; e na figura 6, os reais dados sobre a população não atendida com infraestrutura básica.

¹ A “urbanização adequada” refere-se, por exemplo, à presença de bueiros, calçadas, pavimentação e meio-fios.

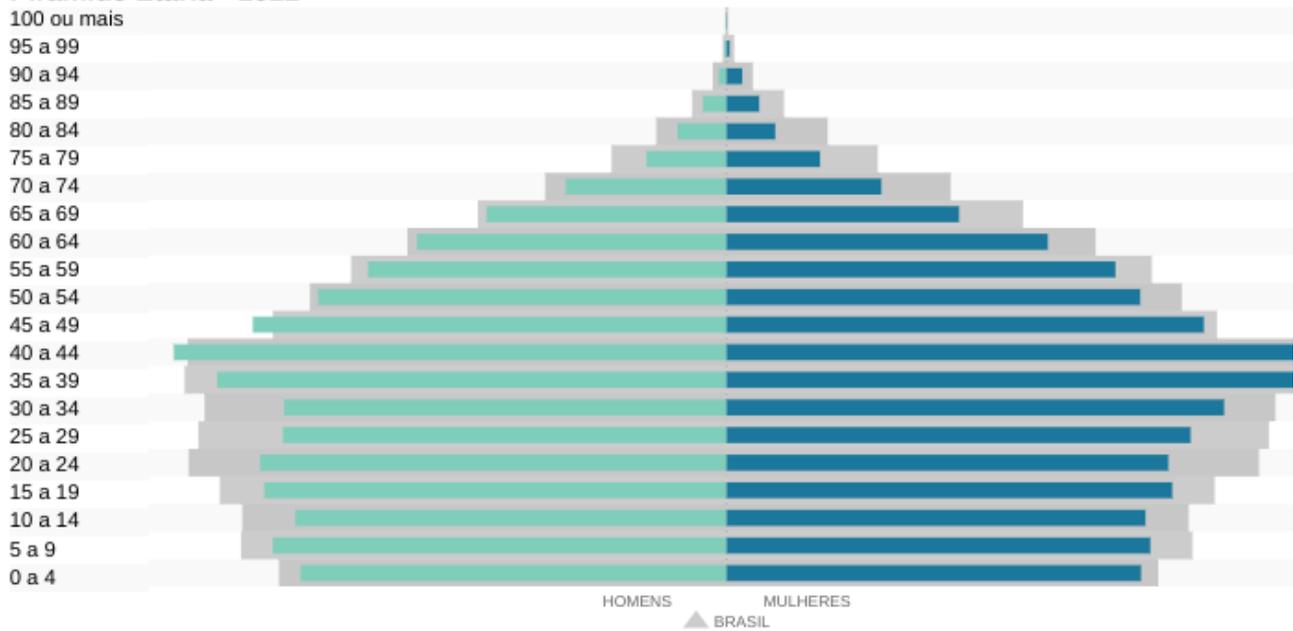
Figura 4: Território de Paraty



Fonte: Adaptado pelos autores de IBGE, 2022

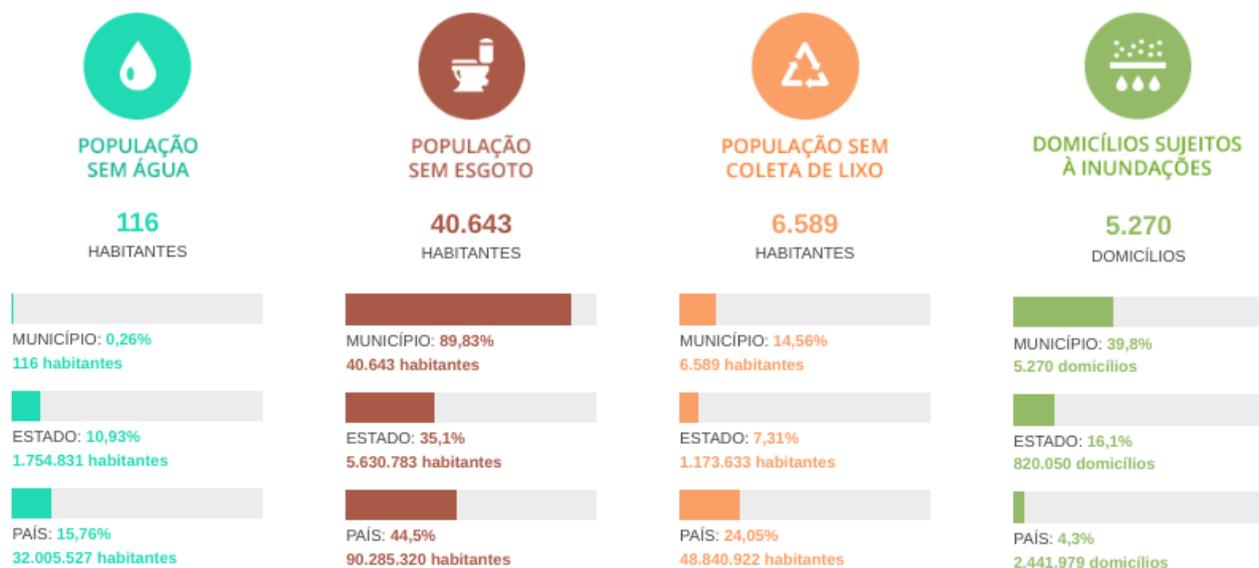
Figura 5: Pirâmide etária de Paraty de 2022

Pirâmide Etária - 2022



Fonte: IBGE, 2022

Figura 6: População não atendida com infraestrutura básica



Fonte: Instituto Água e Saneamento, 2022

5. Resultados e Discussões

Nos dias 2 a 6 de setembro de 2024 houve a viagem realizada pelos alunos do primeiro, segundo e terceiro ano do ensino médio. Perante o explanado até então na base teórica, foram observados diversos problemas relacionados à infraestrutura do município de Paraty, descumprindo com várias leis referentes ao Plano Diretor. No estudo presencial do município, as análises práticas corroboram com as informações teóricas.

De acordo com as experiências dos autores, é exposto a explícita dificuldade de deslocar-se sobretudo no Centro Histórico de Paraty – sendo este o lugar e o motivo pelo qual as pessoas viajam para o município. Para Pessoas com Deficiência (PcD), dependendo do tipo de deficiência que o indivíduo possui, pode ser inviável o deslocamento no Centro, pois não há nenhuma presença de recursos que façam o Centro ser mais acessível a

esses indivíduos, como pisos táteis, rampas e calçadas regulares.

Além da infraestrutura irregular, foi também observado a inexistência de profissionais e recursos que atendam às necessidade de PcDs em

estabelecimentos e pontos turísticos do Centro Histórico em geral. A seguir, é possível observar uma imagem que mostra a irregularidade da calçada do Centro.

Figura 7: Centro Histórico e calçada irregular



Fonte: Registrado e adaptado pelos autores, 2024

Segundo diversas análises legislativas feitas por Rodrigues e Cheibub (2020), por mais que haja atividades e legislações do órgão tombador do Centro, o IPHAN, fora constatado pelos autores que não existe nenhum tipo de impedimento legal para a implementação de recursos acessíveis para PcDs em patrimônios culturais tombados. Em 2021, foi iniciado um projeto que visa a implementação de recursos acessíveis no Centro-Histórico, liderado por Leonardo Menezes Xavier². Como o autor do projeto complementa:

À medida em que a cidade histórica deixa de ser apenas um bem do passado e se torna um bem apropriado pelos sujeitos do presente, seu processo de ocupação e gestão deve, necessariamente, contemplar novos conceitos, programas e funções. Nesse contexto, a promoção de acessibilidade no Centro Histórico de Paraty corrobora para que esse bem tombado se torne mais inclusivo, democrático e igualitário (Universo da Inclusão, 2024).

É importante ressaltar que o Plano Diretor visa também, no inciso XX do artigo 4 da Seção I o "*combate da elitização do Centro-Histórico [...]*". A implementação de recursos acessíveis tornam-se essenciais para essa luta contra o elitismo do Centro que o Plano Diretor indica.

A Convenção da ONU diz em seu artigo que tem como objetivo possibilitar às PcDs a viverem de uma forma independente, participando assim de todas as suas devidas atividades do cotidiano de forma plena, algumas medidas apropriadas são orientadas para assegurar às PcDs o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e à comunicação, entre outros. Assim o Estado reconhece o direito das pessoas

² Xavier é arquiteto da Prefeitura de Paraty e aluno do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, promovido pelo Centro Lucio Costa (CLC), unidade especial do Iphan (Universo da Inclusão, 2024).

com deficiência e trabalha para que elas possam ter as mesmas oportunidades de participar de coisas culturais, assim como as demais.

A partir disso, elas devem ter acesso a locais que ofereçam serviços ou eventos culturais, tais como teatros, museus, cinemas; além de possuírem o direito de frequentar uma infraestrutura pública adequada. Dessa forma, se faz necessário incentivar a implantação e a construção de infraestruturas acessíveis, como a implementação de rampas, calçadas planas, barras fixas e pisos táteis.

É fundamental que na prestação de serviços turísticos para PcDs no Centro Histórico exista algum programa de capacitação, sensibilização e estimulação de profissionais para atenderem às necessidades de PcDs – de forma competente e acolhedora – em quaisquer estabelecimentos de alimentação, hospedarias, lojas e atrações turísticas, como profissionais

em Libras e assistentes sociais, por exemplo, assim como a implementação de recursos contendo informações sobre os pontos turístico do Centro, como brailes e equipamentos audiodescritivos, e a circulação de transportes adaptados às PcDs.

Estratégias de promoção e comercialização do Centro Histórico com os objetivos propostos é um jeito de autopromoção do município que pode instigar maiores investimentos por parte de empresas turísticas, divulgações de Paraty/Centro Histórico e interesse de PcDs em conhecê-la, diante da adoção de recursos, infraestrutura acessível e profissionais capacitados em atender este mesmo público.

Com base nas observações e informações coletadas durante a visita ao município de Paraty, foi elaborada uma cartilha simplificada com o objetivo de promover um Centro Histórico mais acessível e inclusivo.

A cartilha, ilustrada nas Figuras de 8 a 11, busca apresentar de forma clara e objetiva os principais desafios enfrentados pelas Pessoas com Deficiência (PcD) ao visitarem o Centro Histórico. Inicialmente, são destacados os problemas atuais de infraestrutura e acessibilidade (Figuras 8 e 9). Em seguida, são sugeridas melhorias tanto para a infraestrutura urbana quanto para os serviços turísticos, visando garantir uma experiência mais acessível e agradável a todos os visitantes (Figura 9). Por fim, a cartilha apresenta uma iniciativa acessível já existente no local (Figura 10), servindo como exemplo de boas práticas a serem adotadas em outras áreas do Centro Histórico.

Figura 8: Cartilha elaborada (página 1)

Projeção de um Centro Histórico mais acessível - Paraty (RJ)

O Centro Histórico da cidade contém a maior parte da história da cidade e da região onde se localiza. Contudo, nota-se que o Centro apresenta um déficit imenso em relação ao seu acesso por parte das Pessoas Com Deficiência (PcDs), como a predominância de calçadas irregulares e a inexistência de infraestrutura acessível a este público, como rampas e pisos táteis.

A nossa ideia é de criar uma ideia de intervenção para as ruas e estruturas do Centro Histórico serem mais acessíveis para PcDs no geral.

Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as), 2024

Figura 9: Cartilha elaborada (página 2)



Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as), 2024

Figura 10: Cartilha elaborada (página 3)

IDEIAS/PROJEÇÃO DE UM CENTRO HISTÓRICO MAIS ACESSÍVEL

Segundo o artigo da Convenção da ONU, PcDs devem receber mesmas oportunidades que pessoas que não possuem deficiência, como mobilidade e a informações por exemplo. Uma forma de se proporcionar uma mobilidade melhor no Centro Histórico, seria a implementação de calçadas planas e pisos táteis nas ruas, rampas de acesso e barras fixas nas entradas de estruturas como lojas e teatros e em pontos turísticos terem a implementação de informações sobre os pontos turísticos em formato de braille e audiovisuais por exemplo.

É fundamental que na prestação de serviços no Centro Histórico exista uma programação de capacitação, sensibilização e de estimulação de profissionais como profissionais em libras e assistentes sociais, para atender as necessidade de PcDs de forma decente, competente e acolhedora em qualquer estrutura do Centro Histórico e a circulação de transportes adaptados para PcDs.

Estratégias de promoção e comercialização do Centro Histórico com os objetivos propostos é um ótimo jeito para se promover o município, o que pode instigar maiores investimentos por parte de empresas turísticas, divulgações de Paraty/Centro Histórico e interesse de PcDs em conhecê-la, diante da adoção de recursos, infraestrutura acessível e profissionais capacitados em atender este mesmo público.

INFRAESTRUTURA

- Pisos táteis 
- Rampas 
- Calçadas planas 
- Barras fixas

SERVIÇOS TURÍSTICOS

- Braille 
- Elementos Audiovisuais 
- Profissionais capacitados em atender PcDs em quaisquer estabelecimentos, como hospedarias, restaurantes, lugares de compras e atrações turísticas
- Transportes adaptados

Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as), 2024

Figura 11: Cartilha elaborada (página 4)



Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as), 2024

6. Considerações Finais

O estudo do município de Paraty revelou que, apesar de diversas leis voltadas à proteção do patrimônio histórico e ambiental, a aplicação prática dessas normativas muitas vezes é negligenciada, especialmente quando interesses de classes mais altas entram em conflito com as regulamentações. O caso de Paraty ilustra como o crescimento urbano desordenado, impulsionado pela pressão do turismo, pode resultar em conflitos entre a preservação do patrimônio e as demandas por novos empreendimentos imobiliários e infraestrutura. A exploração do patrimônio histórico para fins turísticos, sem a devida consideração das necessidades da população local, gera um cenário de exclusão social, onde aqueles que não têm recursos financeiros acabam sendo forçados a ocupar áreas de preservação ambiental, como as zonas de patrimônio.

Além disso, a acessibilidade no Centro Histórico de Paraty é um exemplo claro de como a falta de planejamento inclusivo agrava as desigualdades sociais. Pessoas com Deficiência (PcD) enfrentam barreiras físicas e estruturais que tornam o deslocamento no centro da cidade uma tarefa difícil ou até impossível. A ausência de rampas, pisos táteis e outras adaptações necessárias para garantir a mobilidade dessas pessoas demonstra a falta de uma abordagem urbanística que considere as necessidades de todos os cidadãos, o que é um dos princípios fundamentais do Estatuto da Cidade. A implementação de recursos acessíveis no Centro Histórico, como o projeto de acessibilidade liderado por Leonardo Menezes Xavier, é um passo importante na promoção da inclusão, mas ainda é insuficiente diante das inúmeras barreiras existentes. Como aponta a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência,

é fundamental que a sociedade e as cidades proporcionem às PcDs as mesmas oportunidades de acesso e participação nas atividades cotidianas, incluindo atividades culturais, turismo e vida urbana. Paraty, portanto, precisa avançar em sua política de inclusão, com a adoção de estratégias de planejamento urbano que integrem todos os segmentos da população, garantindo que os espaços públicos, especialmente os de grande valor cultural e histórico, sejam acessíveis a todos.

O Plano Diretor de Paraty, conforme as diretrizes estabelecidas, também deve contemplar a luta contra a elitização do Centro Histórico, garantindo que este não seja apenas um local para turistas e para um público de classe alta, mas um espaço democrático e acessível a todos. Isso passa pela criação de uma infraestrutura acessível, com calçadas regulares, transporte adaptado, sinalização tátil

e recursos de comunicação acessíveis, como braille e audiodescrição. A capacitação de profissionais para atender adequadamente as PcDs e sensibilizar o setor turístico local é igualmente necessária, a fim de promover um turismo inclusivo que permita a participação de todos nos bens culturais e patrimoniais da cidade. Portanto, a análise do município de Paraty revela um quadro de desafios urbanos e sociais que exigem a implementação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas. O Plano Diretor, embora um avanço importante, ainda precisa ser cumprido de maneira mais rigorosa, especialmente em relação ao direito à cidade, à sustentabilidade, à acessibilidade e à participação cidadã no planejamento urbano. Somente com uma abordagem mais integrada e participativa será possível alcançar o objetivo de uma cidade mais justa, democrática e acessível para todos os seus habitantes e visitantes.

7. Referências

- BORJA, J.; CASTELLS, M. As cidades como atores políticos. 1996.
- BITENCOURT, R. B.; GOMES, R. F. Áreas Metropolitanas de Belém e Brasília: novos recortes para análise. In: X Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona-Córdoba, Junio 2018. Departament d'Urbanisme i Ordenació del Territori. Universitat Politècnica de Catalunya, 2018.
- BRASIL. Lei Nº 10.257, de 10 de Julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 10 nov. 2024.
- CAPONERO, M. C.; GIRALDI, R. C.; LEITE, E. Paraty, patrimônio mundial da Unesco: preservação da história, da memória, da cultura e da biodiversidade. *Revista Confluências Culturais*, v. 8, n. 2, p. 42-53, 2019. DOI: 10.21726/rcc.v8i2.181
- CRUZ, A. L.; FERREIRA, L. G. Patrimônio e sustentabilidade: o desafio da conservação na paisagem urbana brasileira. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade, 2015.
- DA SILVA, A. A. F. et al. PARATY E ILHA GRANDE CULTURA E BIODIVERSIDADE. *Revista W/Educação*, v. 3, n. 1, p. 245-255, 2020.
- DA SILVA, J. C. F. Categorias analíticas da Geografia: caminhos para leitura do espaço geográfico. 2015. DOI: 10.13115/2236-1499.2015v1n14p237
- FARIA, L. A. Planejamento e gestão urbana: desafios e perspectivas no contexto regional. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- FLIP. Experiências da Flip 2021 em Paraty. Disponível em: <https://flip.org.br/2021/virtual-presencial-flip-2021/>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- IBGE -INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . Perfil dos Municípios Brasileiros: Paraty (RJ). 2009. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/default.shtm. Acesso em: 10 nov. 2024.
- IBGE -INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . Cidades e estados: Paraty (RJ). 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/paraty.html>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Paraty (RJ). Portal IPHAN, 2019. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/381/>. Acesso em: 17 fev. 2025.
- INSTITUTO ÁGUA E SANEAMENTO. Paraty (RJ). Municípios e Saneamentos. 2022. Disponível em: <https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/rj/paraty>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- INSTITUTO PÓLIS. Carta Mundial pelo Direito à Cidade. São Paulo: Instituto Pólis, 2006. Disponível em: <https://polis.org.br/wp-content/uploads/2021/09/Carta-Mundial-pelo-Direito-a-Cidade.pdf>. Acesso em: 23 Jun. 2024.

LEGNAIOLI, G. A urbanização no contexto capitalista. [S.d.].

LOBO, V. F. A. et al. Paraty Patrimônio Mundial Misto: povos e comunidades tradicionais e o ensino de História na rede municipal. 2023. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/21595>. Acesso em: 10 nov. 2024.

MARGUTI, B. O.; COSTA, M. A.; GALINDO, E. P. A trajetória brasileira em busca do direito à cidade: os quinze anos de Estatuto da Cidade e as novas perspectivas à luz da nova agenda urbana. Brasília: IPEA. 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9155>. Acesso em: 23 Jun. 2024.

PARATY. Consulta Pública Revisão do Plano Diretor Municipal. 2024. Disponível em: <https://www.paraty.rj.gov.br/plano-diretor-do-municipio>. Acesso em: 10 nov. 2024.

PARATY TOURS. Paraty Tours - Turismo ecológico/receptivo. 2024. Disponível em: <https://www.paratytours.com.br/>. Acesso em: 11 nov. 2024.

RODRIGUES, L.; CHEIBUB, B. L. Acessível ou Não? Eis a Questão! Analisando a acessibilidade do Centro Histórico da cidade turística de Paraty (RJ). Revista Turismo em Análise, v. 31, n. 2, p. 358-380, 2020. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v31i2p358-380

SANTOS JUNIOR, O. A.; MONTANDON, D. T. Projeto Rede de Avaliação e Capacitação para a Implementação dos Planos Diretores Participativos. Letra Capital: Observatório das Cidades IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 296, 2011.

SANTOS, M. Espaço e sociedade no Brasil: a urbanização recente. Geosul, v. 3, n. 5, p. 85-100, 1988.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

UNIVERSO DA INCLUSÃO. Histórica Paraty inicia obras de acessibilidade. 2024. Disponível em: <https://www.universodainclusao.com.br/historica-paraty-inicia-obras-de-acessibilidade/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

VAINER, C. et al. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos, v. 3, p. 75-103, 2000.

ALDEIA
INDÍGENA
PATAXÓ HÃ HÃ HÃE

PARATY RJ

Amigos patrocinadores

ESPAÇO
E VIDA



UM MUNDO ALÉM DA ESCOLA

Secretaria de Cultura
Clodo Arts Maio

Percepções dos Participantes

A Escola

A Criativa Idade, localizada em Poços de Caldas no estado de Minas Gerais, é uma escola que nasceu do sonho de Maria Teresa Mesquita de Paula, cuja filosofia educacional é profundamente influenciada pela pedagogia de Paulo Freire. Desde sua fundação, em 1989, a escola se estabeleceu com o objetivo de criar um ambiente onde o aprendizado e o ensino fossem vivenciados com alegria e autonomia. A Criativa Idade adota um modelo de ensino socioconstrutivista, onde os alunos têm liberdade para criar e explorar seu próprio caminho educacional. A escola valoriza a educação como um processo libertador, focando no desenvolvimento de habilidades críticas e criativas. Ela começou em um pequeno casarão, mas logo se expandiu para outros espaços maiores, mantendo a essência de um ambiente acolhedor e inovador. Além disso, a Criativa Idade destaca-se pela integração de metodologias modernas e a busca constante por práticas pedagógicas que respeitam as individualidades de cada aluno.

Percepções daqueles que... nos Abriram as Portas

A escola Criativa Idade agradece aos alunos dessa universidade, que se dispuseram a orientar e avaliar a pesquisa dos nossos alunos e alunas de ensino médio, no Projeto Jovens cidadãos: transformando comunidades. A oportunidade que tiveram de conhecer tão de perto e efetivamente o núcleo de pesquisa da UFSCAR trouxe uma nova dimensão ao fazer pedagógico realizado na escola no ensino básico, trazendo a pesquisa e a ciência como atingíveis e possíveis para qualquer idade. Essa parceria se desdobrou em qualidade metodológica para nossa escola, pois o conhecimento compartilhado entre todos os nossos alunos e corpo docente evidenciou o potencial criativo e científico de qualidade que se consolidou nos grupos que estiveram envolvidos no projeto de extensão.

Com os nossos desejos de novos encontros e certezas de que “há braços”.

Maria Teresa Mesquita de Paula

*Diretora e coordenadora da escola Criativa Idade Sistema
Educativa*

...Saíram de sua Zona de Conforto

“A experiência de realizar esse projeto de extensão foi completa em aprendizados e academicamente. Entendo e senti ao longo do processo que nós, estudantes, participantes dessa pesquisa nos envolvemos significativamente e conseguimos aproveitar bem tudo o que poderíamos adquirir enquanto aprendizado. Tanto a pesquisa escrita, quanto a pesquisa em campo, e também a apresentação concluída como última etapa no campus da UFSCAR.”

*Maria Eduarda Rezende
aluna do terceiro ano do ensino médio*

“O processo de realização do trabalho demandou muito esforço, paciência e algumas noites em claro; desde o início, com a pesquisa bibliográfica e seus estudos e com a viagem para Paraty, até o final com a apresentação no congresso da UFSCAR. Porém, no final valeu a pena demais! Foi uma experiência que, apesar de todo o processo ter sido bem cansativo, proporcionou um aprendizado inimaginável e importantíssimo para a minha carreira futura (seja o que for que apareça!). Agradeço imensamente ao professor Felipe, à Tati e a todos que colaboraram coletivamente no trabalho! Ainda não tenho uma faculdade e um curso cem por cento definidos (porém, provável que eu queira fazer psicologia). Entretanto, diante do fato de eu ter conhecido pessoalmente a UFSCAR e ter me apaixonado por ela, tem se tornado um sonho querer estudar nela, priorizando-a em relação a outras faculdades”

Pedro Dantas

aluno do segundo ano do ensino médio

“Como participante do projeto “Jovens Cidadãos” e estudante do ensino médio da escola “Criativa Idade”, fazer parte deste trabalho foi, em grande parte, desgastante e cansativo devido aos seus rigorosos requisitos. Entretanto, este projeto me trouxe novas experiências e desafios, ajudando-me a desenvolver um maior entendimento sobre como me planejar e elaborar futuras pesquisas, dando-me maior noção e mostrando-me a importância de um planejamento prévio para a elaboração de uma pesquisa acadêmica. Dentro deste mesmo projeto, também realizamos uma viagem para a cidade alvo de nossos estudos, Paraty, o que nos possibilitou enxergar de forma nítida e palpável os problemas enfrentados pela cidade. Sou grato à escola e à UFSCar por me proporcionar essa experiência, que, por mais desafiadora que tenha sido, foi graças a ela que novos horizontes se abriram diante de mim, me proporcionando conhecimentos e experiências incríveis que influenciarão de forma positiva minha jornada na vida.”

Pedro Henrique Engler

aluno do terceiro ano do ensino médio

“Como aluno do Ensino Médio, participar do projeto de extensão Jovens Cidadãos foi uma experiência muito engrandecedora e desafiadora, na qual pude aprender o como desenvolver uma pesquisa, passando pela leitura de textos acadêmicos, pela compreensão de conceitos, pela escrita do trabalho, mas, principalmente, aprender sobre organização, responsabilidade, disciplina e coragem, muita coragem para apresentar o produto de meu trabalho para meus professores e orientadores que, não só mostraram o caminho, mas também caminharam junto de mim para que eu pudesse desenvolver meu trabalho com tudo que eu havia possibilidade de entregar. Concluo dizendo que o projeto foi profundamente marcante em minha vida, sendo uma grande oportunidade que tive de crescimento em diversos aspectos. Sou muito grato à escola, à UFSCar e, sobretudo, aos professores que fizeram parte desse momento que, certamente, contribuíram diretamente para o jovem cidadão que sou e para o cidadão que serei futuramente também.”

João Vitor Moreira

aluno do terceiro ano do ensino médio

“A experiência de realizar esse projeto de extensão foi completa em aprendizados e academicamente. Entendo e senti ao longo do processo que nós, estudantes, participantes dessa pesquisa nos envolvemos significativamente e conseguimos aproveitar bem tudo o que poderíamos adquirir enquanto aprendizado. Tanto a pesquisa escrita, quanto a pesquisa em campo, e também a apresentação concluída como última etapa no campus da UFSCAR.”

*Maria Eduarda Rezende
aluna do terceiro ano do ensino médio*

“Ter feito parte do projeto Jovens Cidadãos foi muito especial. O processo das pesquisas para chegarmos no processo prático nos deu autonomia para construirmos um trabalho do 0 com os nossos conhecimentos. Construimos um trabalho baseado em Legislações e documentos oficiais que, ao meu ver, acrescentou muito na minha vida estudantil. Com o projeto aprendi o passo a passo da formação de uma pesquisa e como fazê-la de forma adequada e consciente. A viagem até Paraty agregou muito em nossa pesquisa, quando nos deparamos com coisas irregulares que a legislação apontava estar correta, e isso nos auxiliou na formação do nosso pensamento crítico sobre como muitas vezes a legislação não é funcional e o que poderíamos fazer para que ela se tornasse funcional. O trabalho em si, junto com os professores, foi um ganho muito especial, tanto para nós alunos quanto para nossos mestres.”

Maria Eduarda Zanetti

aluna do terceiro ano do ensino médio

organização e conselho editorial

Denise Balestrero Menezes
Tatiane Ferreira Olivatto
Priscila Kauana Barelli Forcel
Felipe Facci Inguaggiato
Ana Laura de Paula
Fabio Leandro da Silva

revisão

Julia Neves Andrade

diagramação

Priscila Kauana Barelli Forcel

fotos

João Saheki Skulski

autores

Ana Luisa Vieira Veloso
Bruna do Valle Mesquita Lomazini
Carlos Daniel Martins Gonçalves
Gabriela Vilela Cordeiro
Guilherme Maran de Azevedo
Gustavo Lamberti Ferreira
Isadora Silveira Mesquita de Paula
João de Abreu Bueno
João Gabriel Jacob Dantas
João Moutinho Gileno
João Saheki Skulski
João Vitor Moreira Pereira
Johana Castaneli de Oliveira
José Henrique Silva Freitas
Júlia Corrêa Silva
Luna Pereira de Podestá
Maria Eduarda Resende Felizardo
Maria Eduarda Zanetti de Paula
Maria Luiza Santos da Silva
Mayara Costa Kozikoski
Miguel Marques Ramos
Nicole Souza Lemes
Pedro Ghiraldello Furtado
Pedro Henrique Engler Da Silva
Pedro Vinícius Jacob Dantas
Yuri Pereira de Paula

participantes do projeto

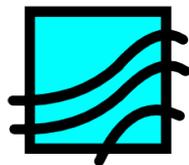
Ana Luisa Vieira Veloso
Bruna do Valle Mesquita Lomazini
Carlos Daniel Martins Gonçalves
Gabriela Vilela Cordeiro
Guilherme Maran de Azevedo
Gustavo Lamberti Ferreira
Isabela Melo Cabral
Isadora Silveira Mesquita de Paula
Jean Ricardo Orrú Layva
João de Abreu Bueno
João Gabriel Jacob Dantas
João Moutinho Gileno
João Saheki Skulski
João Vitor Moreira
Johana Castelani de Oliveira
José Henrique Silva Freitas
Julia Correa Silva
Kenzo de Melo Sato
Lucas Henrique Viana de Assis
Luna Pereira de Podestá
Maria Eduarda Resende Felizardo
Maria Eduarda Zanetti de Paula
Maria Luiza Santos da Silva
Mateus Francisco Diniz Costa
Mayara Costa Kozikoski
Miguel Marques Ramos
Nicole de Sousa Lemes
Pedro Ghiraldello Furtado
Pedro Henrique Engler Da Silva
Pedro Vinícius Jacob Dantas
Renato de Paula Miguel
Vinicius Scarpati Curcioli
Yuri Pereira da Paula



realização



processo: 23112.015163/2024-19



PPGEU / UFSCar



apoio

